



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

ANDRÉA GEISIANE GOMES DA SILVA

**AVALIAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO DIGITAL DO PORTAL
GELEDÉS NO FOMENTO A POLÍTICAS PÚBLICAS ANTIRRACISTAS NO
BRASIL**

FORTALEZA

2024

ANDRÉA GEISIANE GOMES DA SILVA

AVALIAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO DIGITAL DO PORTAL
GELEDÉS NO FOMENTO A POLÍTICAS PÚBLICAS ANTIRRACISTAS NO BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Nazaré Moraes Soares.

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S578a Silva, Andrea Geisiane Gomes.
Avaliação das estratégias de comunicação digital do Portal Geledés no fomento a políticas públicas antirracistas no Brasil / Andrea Geisiane Gomes Silva. – 2024.
115 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2024.
Orientação: Profª. Dra. Maria de Nazaré Moraes Soares.
1. Comunicação digital. 2. Ativismo digital. 3. Racismo e antirracismo. 4. Colonialismo e colonialidade. 5. Políticas públicas antirracistas. I. Título.

CDD 320.6

ANDRÉA GEISIANE GOMES DA SILVA

AVALIAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO DIGITAL DO PORTAL
GELEDÉS NO FOMENTO A POLÍTICAS PÚBLICAS ANTIRRACISTAS NO BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Avaliação de Políticas Públicas,
como requisito parcial para a obtenção do
título de Mestre em Avaliação de Políticas
Públicas.

Aprovada em: 31/05/2024.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria de Nazaré Moraes Soares (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Kelly Maria Gomes Menezes
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Zuleide Fernandes de Queiroz
Universidade Regional do Cariri (URCA)

A Deus e aos Orixás.

AGRADECIMENTOS

À Fundação Cearense de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCAP, pelo incentivo e colaboração com esta pesquisa.

Agradeço a Deus, pela força Divina e afago.

Aos Orixás, por sempre me mostrar os caminhos

À minha mãe, uma mulher negra e periférica, símbolo de resistência para os filhos.

À professora Nazaré, pela orientação, afeto, paciência, troca de experiências e compreensão.

Às professoras Zuleide e Kelly, que tanto colaboraram com meu trabalho.

Aqueles que são amparo, afeto, amor e alicerce: Yasmim Amorim, Clara Viana, Jonas de Pinho, Lívia Rodrigues, Paula Rejane, José Erandy, Amanda Maciel, Mayara Cintya e Otília Barbosa.

Ao Iroko, meu filho de 4 patas, por sempre está comigo nos momentos de escrita

E ao mar, onde entreguei tantas alegrias e apreensões esses anos!

“Eles combinaram de nos matar, mas nós combinamos de não morrer”
(Conceição Evaristo)

RESUMO

Com a demanda crescente do acesso à internet pelos brasileiros a partir de 1990, houve um aumento nas relações sociais em rede que proporcionaram aos movimentos sociais tradicionais se desenvolverem também na esfera *on-line*. Com estas premissas o presente trabalho fará uma avaliação da trajetória do Portal Geledés - Instituto da Mulher Negra e suas ações na promoção do ativismo digital para o fortalecimento da luta contra o racismo. O Portal se articula como mecanismo de mudança social e política pública antirracista em rede na efetivação dos direitos das pessoas negras e propaga a participação democrática na esfera *on-line* e no espaço público urbano. O trabalho discute as reivindicações do movimento negro educador, adotando uma abordagem do decolonialismo digital para o fomento de políticas públicas antirracistas a partir da trajetória do movimento negro unificado (Gomes, 2019; Gonzalez, 2021; Silva, 2023; Faustino; Lippold, 2023, Barbosa, 2023; Sodré, 2006, Ribeiro, 2018). Os aspectos metodológicos são a netnografia, denominada como o estudo da etnografia na esfera virtual. Sendo assim, será feito um estudo descritivo, denso e profundo das postagens do *Instagram* do Geledés e serão analisadas as informações obtidas nessas postagens bem como os vínculos existentes entre as seguidoras (Kozinets, 2014; , Gohn, 2015, Sodré, 2006); outra metodologia adotada será a pesquisa qualitativa (Minayo, 1994), colocando em prática a abordagem qualitativa e por fim a análise de discurso (Orlandi, 2009) nos comentários das postagens do *Instagram* do Geledés referentes aos meses de março e novembro de 2020 a 2023. Conforme a investigação, o Portal Geledés é uma rede social que proporciona uma análise crítica dos atores sociais (seguidoras), estes formam uma rede de relações sociais via internet. O percurso avaliativo é pautado na avaliação em profundidade, esta se dá de forma densa, profunda e subjetiva (Rodrigues, 2008). A avaliação em profundidade enfatiza a trajetória da política pública, seu contexto, temporalidade e territorialidade. Os resultados da pesquisa apontam que o Geledés ao utilizar instrumentos tecnológicos na esfera *on-line*, efetiva suas pautas antirracistas e propaga a igualdade de gênero e classe. O portal ao ser referência nas comunidades eletrônicas expõe parcerias que colaboram para a realização de suas reivindicações ampliando os vínculos entre as pessoas. A pesquisa destaca a importância do Portal Geledés em criar conteúdos educativos e informativos que mobilizam pautas antirracistas. Essa abordagem se alinha com Gomes (2019) e Gonzalez (2021), que discutem o Movimento Negro Educador (MNE) como uma força política e pedagógica que ressignifica a noção de raça e promove a emancipação da população negra. De acordo com Sodré (2006) e Ribeiro (2018), os resultados mostram que o Portal

Geledés desafia as estruturas coloniais digitais, promovendo conteúdos que combatem a invisibilidade e a hipervisibilidade impostas às mulheres negras nas plataformas digitais. A partir das reflexões de Faustino e Lippold (2023) o Portal Geledés incorpora as discussões de Carneiro (2011) e Gonzalez (2021) sobre a dupla opressão enfrentada pelas mulheres negras, derivada do racismo e do sexismo. As postagens analisadas no Instagram refletem o papel central do feminismo negro em abordar questões de gênero, raça e classe de forma integrada, reforçando a luta por igualdade e reconhecimento.

Palavras-chave: comunicação digital; ativismo digital; racismo e antirracismo; colonialismo e colonialidade; políticas públicas antirracistas.

ABSTRACT

With the growing demand for internet access by Brazilians since 1990, there has been an increase in networked social relations that have allowed traditional social movements to also develop in the online sphere. With these premises, this paper will evaluate the trajectory of the Geledés Portal - Instituto da Mulher Negra and its actions in promoting digital activism to strengthen the fight against racism. The Portal is articulated as a mechanism for social change and anti-racist public policy in the network in the realization of the rights of black people and propagates democratic participation in the online sphere and in urban public spaces. The paper discusses the demands of the black educator movement, adopting a digital decolonialism approach to promote anti-racist public policies based on the trajectory of the unified black movement (Gomes, 2019; Gonzalez, 2021; Silva, 2023; Faustino; Lippold, 2023, Barbosa, 2023; Sodré, 2006, Ribeiro, 2018). The methodological aspects are netnography, known as the study of ethnography in the virtual sphere. Therefore, a descriptive, dense and in-depth study of Geledés' Instagram posts will be carried out and the information obtained from these posts will be analyzed, as well as the links between followers (Kozinets, 2014; , Gohn, 2015, Sodré, 2006); another methodology adopted will be qualitative research (Minayo, 1994), putting into practice the qualitative approach and finally discourse analysis (Orlandi, 2009) in the comments of Geledés' Instagram posts for the months of March and November 2020 to 2023. According to the investigation, the Geledés Portal is a social network that provides a critical analysis of social actors (followers), who form a network of social relationships via the internet. The evaluation process is based on in-depth evaluation, which is done in a dense, deep and subjective way (Rodrigues, 2008). The in-depth assessment emphasizes the trajectory of public policy, its context, temporality, and territoriality. The results of the research indicate that Geledés, by using technological instruments in the online sphere, implements its anti-racist agendas and promotes gender and class equality. As a reference in electronic communities, the portal expands partnerships that collaborate to carry out its demands, expanding the bonds between people. The research highlights the importance of the Geledés Portal in creating educational and informative content that mobilize anti-racist agendas. This approach aligns with Gomes (2019) and Gonzalez (2021), who discuss the Movimento Negro Educador (MNE) as a political and pedagogical force that redefines the notion of race and promotes the emancipation of the black population. According to Sodré (2006) and Ribeiro (2018), the results show that the Geledés Portal challenges digital colonial structures, promoting content that combats the invisibility and hypervisibility imposed on

black women on digital platforms. Based on the reflections of Faustino and Lippold (2023), the Geledés Portal incorporates the discussions of Carneiro (2011) and Gonzalez (2021) on the double oppression faced by black women, derived from racism and sexism. The posts analyzed on Instagram reflect the central role of black feminism in addressing issues of gender, race, and class in an integrated manner, reinforcing the fight for equality and recognition.

Keywords: digital communication; digital activism; racism and anti-racism; colonialism and colonality; black movement; anti-racist public policies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1	– Matriz de objetivos da pesquisa avaliativa	14
Ilustração 2	– Matriz categorias de análise teórica	40
Ilustração 3	– Marcos legais frutos de reivindicações do Movimento	44
Ilustração 4	– Trajetória Institucional Geledés	46
Ilustração 5	– Resumo das postagens referente a coluna “Nossas Histórias”	50
Ilustração 6	– Trajetória das Ativistas do Geledés	62
Ilustração 7	– Demonstração de armazenamento de dados da pesquisa	64
Ilustração 8	– Etapas da Análise do Discurso	66
Ilustração 9	– Post Memória Tem Cor 1	67
Ilustração 10	– Post Memória Tem Cor 2	68
Ilustração 11	– Post Memória Tem Cor 3	69
Ilustração 12	– Post Memória Tem Cor 4	70
Ilustração 13	– Post Memória Tem Cor 5	74
Ilustração 14	– “Um Certo Alguém”	75
Ilustração 15	– Memória Tem Cor	77
Ilustração 16	– Post Coluna “Nossas Histórias” 1	78
Ilustração 17	– Post Coluna “Nossas Histórias” 2	79
Ilustração 18	– Post Coluna “Nossas Histórias” 3	80
Ilustração 19	– Post Coluna “Nossas Histórias” 4	83

SUMÁRIO

1	CENÁRIO PRELIMINAR.....	12
1.1	Definição da política pública em estudo e do campo avaliativo	12
1.2	Problema, justificativa e pressupostos da pesquisa	13
1.3	Objetivos do estudo, aspectos metodológicos, escopo ético e estrutura do trabalho	14
2	TRAJETÓRIA TEÓRICA PARA A PESQUISA AVALIATIVA	16
2.1	O movimento negro educador e a representação da mulher negra	16
2.2	O fomento de políticas públicas a partir do movimento negro	25
2.3	Colonialismo digital e ativismo digital	31
3	EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA AVALIATIVA	37
3.1	Abordagem avaliativa, tipologia da pesquisa e categorias de análise	37
3.2	Caracterização do universo, amostra e sujeitos da pesquisa avaliativa	40
3.3	Procedimentos para a coleta de dados e para a análise dos dados	43
4	ANALISANDO EM PROFUNDIDADE O PORTAL GELEDÉS	48
4.1	Análise do Conteúdo das políticas públicas articuladas pelo Portal Geledés	48
4.2	Análise do Contexto das políticas articuladas pelo Portal Geledés	58
4.3	Análise da Trajetória Institucional do Portal Geledés	73
5	CONSIDERAÇÕES QUE EMERGEM DA PESQUISA AVALIATIVA	90
5.1	Contribuições teóricas e empíricas e plano de divulgação em CT&I	90
5.2	Limitações da pesquisa e sugestões para estudos futuros	93
5.3	Recomendações da pesquisa avaliativa para a agenda pública e produto técnico	93
	REFERÊNCIAS	96
	APÊNDICE A – AUTORIZAÇÕES PARA A PESQUISA E TCLE	102
	APÊNDICE B – TABELA DE COLETA E ARMAZENAMENTO DE DADOS NETNOGRÁFICOS	103

1 CENÁRIO PRELIMINAR

1.1 Definição da política pública em estudo e do campo avaliativo

O avanço da comunicação digital nas últimas décadas não apenas transformou as relações sociais e a disseminação de informações, mas também abriu novas frentes para o ativismo e a mobilização social. Em um contexto em que o racismo e as heranças coloniais ainda permeiam as estruturas sociais, a internet se torna um espaço crucial para o surgimento de movimentos antirracistas e decoloniais que buscam o combate do racismo como também das relações de poder da sociedade capitalista. Este trabalho propõe-se a explorar como as ferramentas digitais têm sido utilizadas para promover a conscientização e o combate ao racismo, impulsionando políticas públicas antirracistas no Brasil.

Esta pesquisa realiza uma avaliação das estratégias de comunicação digital do Portal Geledés - Instituto da Mulher Negra, no fomento a políticas públicas antirracistas no Brasil. O portal utiliza o ciberativismo para reivindicar as pautas em defesa das mulheres e homens negros. Posiciona-se, também, contra todas as formas de discriminação que anulam a cidadania: lesbofobia, homofobia, preconceitos regionais, de credo, opinião e de classe social, expandido as bandeiras de lutas na área dos direitos humanos, priorizando as questões raciais e de gênero, utilizando ferramentas como: artigos, notícias, palestras e cursos sobre educação e contra ações racistas, e como essas pautas são relacionadas no campo da pesquisa acadêmica e no mundo do trabalho (Portal Geledés, 2021).

O uso de plataformas digitais por movimentos sociais, como o Geledés – Instituto da Mulher Negra, exemplifica como o ativismo digital pode promover debates sobre racismo e ações antirracistas, ao mesmo tempo em que desafia as estruturas coloniais que persistem na sociedade brasileira. Ao analisar a trajetória e as estratégias de comunicação digital empregadas pelo Geledés, busca-se entender como essas iniciativas contribuem para a formulação e implementação de políticas públicas voltadas à equidade racial.

O presente trabalho aborda a colonialidade, a mesma continua a moldar as relações sociais e raciais, destacando como o ativismo digital se posiciona como uma ferramenta de resistência e transformação. O trabalho investiga, também, como as políticas públicas antirracistas emergem da articulação entre ativismo digital e movimentos sociais, buscando soluções que desafiam a colonialidade e promovem uma sociedade mais justa e igualitária.

O Geledés como política pública participa de diversas iniciativas da sociedade

civil e de efetivação das políticas públicas em nível municipal, estadual e federal. Atuando em inúmeras instâncias do controle social, entre eles: Campanha Nacional em Defesa da Legalização do Aborto, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Relatoria do Direito Humano à Educação, GT Educação do Movimento Nossa São Paulo, Fórum Permanente de Educação e Diversidade Etnicorracial do Estado de São Paulo, Rede Nacional de Controle Social e Saúde da População Negra, Fórum Itinerante e Paralelo da Previdência Social, Fórum Brasil do Orçamento, e Movimento Nacional pró Reforma Política (Portal Geledés, 2024).

Quanto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, o Portal empenha-se no apoio de diversas organizações da sociedade civil das Américas na luta pela legalização da Convenção Interamericana Contra Todas as Formas de Discriminação Racial e da Convenção dos Direitos Sexuais e dos Direitos Reprodutivos. Geledés participa ainda, de diversos espaços de efetivação e monitoramento em políticas públicas: II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; Participação no Conselho Assessor da Sociedade Civil (CASC) do BID; Atribuições do Conselho Assessor da Sociedade Civil; Mercosul Social e Participativo e a Conferência de Revisão de Durban (Portal Geledés, 2024).

A escolha do Geledés se deu em relação aos vínculos criados pelos atores sociais - as seguidoras na esfera *on-line* e no espaço público urbano. Ou seja, o Portal Geledés propicia a aplicação do ciberfeminismo¹ para propagar os ideais do feminismo negro e emancipar as mulheres negras na esfera virtual e fora dela. A definição do Portal Geledés como objetivo avaliativo no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas, pois traz à tona a necessidade de pensar a interseccionalidade nas lutas identitárias antirracistas.

O conteúdo do Referido Portal é embasado em pesquisas e acontecimentos históricos, e as postagens são feitas por mulheres negras e ativistas do movimento. Geledés cria vínculos fortes entre as seguidoras, sendo assim, um mecanismo de mudança social (Kozinets, 2014).

1.2 Problema, justificativa e pressupostos da pesquisa

O Portal Geledés retrata como é o movimento social em rede, o alcance e o impacto que ele causa. É sabido que o movimento feminista tem várias fragmentações, estas por conta das subjetividades que cada grupo de mulheres vivencia. Assim, é de extrema

¹ Movimento feminista na esfera online

relevância mostrar como o portal reivindica as questões de gênero e raça.

A pesquisa avalia o Portal Geledés como política pública para incentivar a participação social na forma de ciberativismo para a proteção da mulher negra, a fim de compreender como a liberdade na internet possibilita o crescimento do ciberfeminismo, partindo do Geledés, que começou como uma ONG localizada em São Paulo e depois tomou notoriedade pela web, com vínculos existentes nas relações sociais entre as seguidoras na esfera *on-line* e no espaço público urbano.

1.3 Objetivos do estudo, aspectos metodológicos, escopo ético e estrutura do trabalho

O objetivo geral desta pesquisa avaliativa é avaliar as estratégias de comunicação digital do Portal Geledés no fomento a políticas públicas antirracistas no Brasil. Considerando o objetivo geral proposto, foram elencados os seguintes objetivos específicos:

- a) Analisar o conteúdo das ações encaminhadas pelo Portal Geledés que fomentam políticas públicas antirracistas;
- b) Compreender o contexto das ações encaminhadas pelo Portal Geledés que fomentam políticas públicas antirracistas;
- c) Refletir sobre a trajetória institucional do Portal Geledés que fomentam políticas públicas antirracistas.

Ilustração 1 - Matriz de objetivos da pesquisa avaliativa

OBJETIVO GERAL: é avaliar as estratégias de comunicação digital do Portal Geledés no fomento a políticas públicas antirracistas no Brasil		
OBJETIVO ESPECÍFICO	DIMENSÃO AVALIATIVA	PRESSUPOSTO TEÓRICO-EMPÍRICO
a) Analisar o conteúdo das ações encaminhadas ao Portal Geledés que fomentam políticas públicas antirracistas.	Conteúdo da política pública (Rodrigues, 2008, 2016)	Portal Geledés (2020-2023); Kozinets (2014); Sodré (2006)
b) Compreender o contexto das ações encaminhadas Portal Geledés que fomentam políticas públicas antirracistas.	Contexto da política pública (Rodrigues, 2008, 2016)	Portal Geledés (2020-2023), Gomes (2012); Carneiro (2011); Gonzalez (2021)
c) Refletir sobre a trajetória do Portal Geledés que fomentam políticas públicas antirracistas.	Trajectoria institucional da política pública (Rodrigues, 2008, 2016)	Portal Geledés (2020; 2023), Kozinets (2014); Sodré (2006); Faustino; Lipold (2023)

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa avaliativa (2024).

A metodologia será qualitativa com uma singularidade netnográfica que se inter-

relaciona com a análise da rede social de diversas formas importantes, pois a etnografia na esfera *on-line* tem descrições expansivas, densas e detalhadas que colaboram para o estudo em rede. A netnografia analisa as relações entre os atores sociais e os vínculos existentes entre eles. O percurso avaliativo é realizado com o suporte da Avaliação em Profundidade.

Na primeira parte do trabalho tem a definição e os aparatos sócio-históricos do Movimento Negro Educador e como o referido movimento social colabora com as estratégias para o fomento das políticas públicas antirracistas sendo assim, encaminha-se a explicação do feminismo negro e porque o mesmo é necessário. Na parte seguinte, são apresentados os aspectos metodológicos e o percurso avaliativo. Por fim, há a discussão sobre o ativismo digital e o ciberfeminismo no âmbito do Portal Geledés.

2 TRAJETÓRIA TEÓRICA PARA A PESQUISA AVALIATIVA

2.1 O movimento negro educador e a representação da mulher negra

A colonialidade é o poder do capitalismo e do eurocentrismo, colocando estes como saber central e correto, ou seja, refere-se a experiência de vida das pessoas negras consideradas como inferiores, naturalizando a violência sobre elas (Ribeiro, 2023).

No contexto sócio-histórico a colonialidade determina uma lógica hegemônica da civilização ocidental e ao trazer a temática embasada em uma perspectiva contra-hegemônica e crítica, permite expor a racionalidade da dominação da modernidade. Sendo assim, é perceptível a compreensão sobre as marcas de diferenças que são produtoras de inferiorização, desumanização com as pessoas negras na sociedade.

No contexto colonial, o racismo estabeleceu uma hierarquia das raças e das culturas, nessa hegemonia foi afirmada e continua sendo reafirmada a superioridade branca ocidental, colocando sobre os povos africanos e pessoas negras uma inferioridade, por meio de práticas violentas, retirando os povos colonizados de seu legado histórico e de sua dignidade. O racismo foi peça fundamental nos sistemas coloniais reafirmando a superioridade dos colonizadores, tendo a ideologia do embranquecimento uma estratégia crucial nessas sistematizações colonizadoras (Oliveira, 2023).

O racismo é estrutural na sociedade coloniais e busca legitimar, na prática um plano político sobre os povos não-brancos, colocando em ênfase os privilégios simbólicos ou materiais para a supremacia branca e são essas prerrogativas que determinam a produção e reprodução racial, enquanto instrumento de dominação, exploração e exclusão social de pessoas negras (Oliveira, 2023).

O racismo como estrutura é um organismo de exclusão social presente nas relações da sociedade capitalista, que busca permanecer em constante reafirmação da hegemonia, dito isto, a população negra é negligenciada das mais diversas formas. Todavia, para entender a lógica dominante contemporânea são necessários alguns conceitos históricos como colonialidade, decolonialidade e ideologia do embranquecimento, estes serão exemplificados nos próximos parágrafos.

Embranquecimento é uma faceta do racismo, o mesmo é uma parte do processo de colonização, que sistematizou o clareamento da população brasileira desde a cor da pele até sua subjetividade, afastando a população negra de sua própria cultura, esse encadeamento hierarquiza as pessoas não-brancas dentro da negritude baseada na tonalidade

da cor da pele, servindo assim, para a reafirmação do branqueamento como fator ideal da humanidade, determinada como pigmentocracia ou colorismo (Lago; Montibeler, 2023).

O colorismo vai além da materialidade da raça, pois, acarreta-se na alienação racial e embranquecimento ideológico de pessoas negras de pele mais clara, Posto isto, o colorismo é uma ideologia na sociedade racista distanciando as pessoas negras de suas origens e conduzi-las para a branquitude (Lago; Montibeler, 2023).

O embranquecimento cultural e biológico, determina uma hegemonia, colocando a cultura negra como inferior e retrógrada, a consequência disto é o progresso nacional associado a uma crescente branquitude cultural, física e ideológica (Wade, 2023).

De acordo com (Barbosa, 2023), o conceito de colonialidade surge do colonialismo, especificando um projeto particular da modernidade, a mesma surgiu com a invasão europeia nas Américas e Caribe, juntamente com o tráfico maciço de povos africanos escravizados. A colonialidade se configura como uma matriz colonial de poder em nível conjunto com o controle da economia, da autoridade da natureza, dos recursos naturais, da sexualidade e de gênero, do conhecimento e da subjetividade, determinando as relações sociais em uma hierarquia distinta a partir da sociedade civil moderna.

Em síntese, a colonialidade é um padrão global de dominação e exploração da sociedade moderna que estabelece a classificação racial e étnica da população. As bases da colonialidade hierarquizam as relações em nível global, isto é, o poder capitalista é concentrado no Norte, o homem branco e europeu é a referência universal, e por consequência o saber hegemônico é o eurocentrismo moderno (Barbosa, Oliveira, 2023).

A decolonialidade é a teoria e as práticas de formação humana e gera grupos para a luta contra a lógica hegemônica moderna, tendo como base a formação de cidadãos e de uma sociedade livre, justa e solidária. Tendo como objetivo principal estimular o rompimento da ordem colonial (Ribeiro, 2023).

A decolonialidade se volta para a reconstrução e restituição de histórias silenciadas e reprimidas pela modernidade e racionalidade eurocêntrica. A lógica decolonial, aborda um projeto contra hegemônico como alternativa anti-imperialista, antissexista, antipatriarcal, anticapitalista, antihomofóbico e antirracista (Barbosa, 2023).

Os estudos/pesquisas acadêmicas decoloniais auxiliam a demonstrar as falhas decorrentes da padronização e hierarquização da sociedade a partir das ideologias da branquitude, entendida como um sistema político em que a raça, classe e gênero possibilitem uma experiência conectada de privilégios (Anjos, 2023).

O Movimento Negro (MN) conquistou um local afirmativo de resistência no

Brasil, pois, trouxe em suas reivindicações debate sobre o racismo para a cena pública e a promoção de políticas públicas para superação das desigualdades raciais. O referido Movimento ressignifica e politiza o conceito de raça, tratando-a como caráter emancipatório e não inferiorizante (Gomes, 2019).

O MN é movimento social que tem como particularidade a atuação em relação à questão racial. Sua constituição é complexa englobando um conjunto de organizações, coletivos e indivíduos, na luta contra o racismo e por melhores condições de vida para a população negra, respaldando-se de manifestações culturais, estratégias políticas e iniciativas educacionais, marcando o movimento social como uma singularidade diversificada e plural (Pereira; Maia, 2020).

O MN foi introduzido no Brasil juntamente com o movimento de favelas, em meio à efervescência na retomada dos movimentos sociais após o regime ditatorial, em meados de 1980, estes dois movimentos sociais tiveram como principais fundadoras mulheres negras, entre elas: Lélia Gonzalez (MN), Elizabeth Viana (MN), Rosália Lemos (MN), Jurema Batista (Movimento Feminista) e Geralda Alcântara (Movimento Feminista) (Rodrigues; Freitas, 2021).

O presente trabalho compreende o Movimento Negro como uma potência de emancipação das relações étnico-raciais, saindo assim, da linha horizontal de uma premissa conservadora. Ao ressignificar o conceito de raça para uma perspectiva sócio-histórica, o MN traz a própria história do Brasil, bem como da população negra do país. O MN transporta consigo, enunciados e instrumentos teóricos, ideológicos, políticos que analisam como é executado o racismo brasileiro não apenas na estrutura do Estado, mas também nas relações cotidianas das suas próprias vítimas. E vai para além dessas demandas, porque dá uma nova visibilidade para a questão étnico-racial, para uma sociedade mais democrática onde todos sejam tratados igualmente como sujeitos de direitos, apesar das suas diferenças (Gomes, 2019).

De acordo com Gomes (2019), a importância do movimento social são as dimensões emancipatórias, reivindicativo e afirmativo, ou seja, o MN é um importante ator político e trabalha como educador de pessoas, coletivos e instituições sociais ao longo de sua história.

Mas quem participa do MN? Em sua luta contra o racismo nas diversas estruturas do Estado e nas relações sociais, participam grupos políticos, acadêmicos, culturais, religiosos e artísticos que lutam pela superação do racismo e da discriminação racial. No MN a raça é a identidade étnico-racial e é utilizada como fator primordial para as pessoas negras.

Em uma perspectiva feminista o movimento de mulheres negras se percebeu sofrendo uma dupla opressão, tanto em relação aos homens e mulheres brancos e brancas, quanto aos próprios companheiros de luta - os homens negros (Rodrigues; Freitas, 2021).

O MN pode ser compreendido como um conjunto mobilizações política e de protestos antirracista, que englobam movimentos artísticos, literários e religiosos, promovidos por pessoas negras em todo o Brasil (Gomes, 2012).

O Movimento Negro Educador (MNE) trata-se de um movimento que afirma à importância da ancestralidade africana e reconhece os vínculos históricos, políticos e culturais das pessoas negras do Brasil. É necessário que as ações do MNE sejam pautadas na coletividade adotando uma postura política de combate ao racismo (Pereira; Rodrigues, 2020).

Gomes (2019) afirma ainda que o MN para ter um olhar educador tem que seguir algumas demandas, entre elas:

Entendendo-a como um direito conquistado pela população negra brasileira ao longo dos séculos. - Dialogaremos com as principais ações desenvolvidas por esse ator político no Brasil, a partir do início do século XX aos dias atuais. Consideramos a importância das realizações Somados a esse aspecto, é oportuno destacar ainda dois outros: (1) a centralidade dada pelo Movimento Negro à raça como construção social, acompanhada da sua ressignificação e politização, (2) e a explicitação da complexa imbricação entre as desigualdades sociais e raciais. A do final dos anos de 1990, o Movimento Negro, juntamente com alguns intelectuais negros e não negros, alertou a sociedade e o Estado para o fato de que a desigualdade que atinge a população negra brasileira não é somente herança de um passado escravista, mas, sim, um fenômeno mais complexo e multicausal, produto de uma trama complexa entre o plano econômico, político e cultural (Gomes, 2019, p. 21).

Após a abrangência da realidade sociopolítica da implementação da economia brasileira e que por sua vez veio atrelado às políticas públicas e políticas sociais, mesmo no que numa ambiência ambígua de ditadura militar, é necessário a definição de alguns termos, como Estado, Governo, Política Pública e Políticas Sociais.

Na história do MN a Educação se tornou prioridade, pois, o analfabetismo, pós-libertação da escravatura em 1988, não houve uma inserção da população negra nas escolas oficiais, que desencadeou problemas na inserção no mercado de trabalho dessas pessoas (Gomes, 2019).

Ao perceber a educação como prioridade o MN obteve características e ressignificações que começou a ser chamado de Movimento Negro Educador - MNE. A comunicação é essencial para o combate ao racismo e educar a maior quantidade de pessoas negras, pois elas não tinham acesso à educação. Sendo assim, em seguida a pesquisa fará o apontamento de diversas ações feitas pelo MNE.

A imprensa negra no final do século XIX e no início do século XX, rompe o ideal

de que a população negra tinha o lugar de inferioridade intelectual. Os jornais da população negra tinham um papel educativo, político e informativo para as pessoas negras. Outro exemplo é a Frente Negra, que foi criada para combater a discriminação racial, formar atores dramaturgos negros e fazer resgate de culturas e costumes da matriz africana. A Frente Negra também alfabetizou seus primeiros participantes, estes em sua maioria eram empregadas domésticas e operárias. Adentrando para o eixo das demandas e reivindicações da área da educação, o MNE teve uma participação importante na Política Educacional, pois foi nela que aconteceu a discussão de raça no processo de tramitação para a LDB da Educação - Lei 4.024/61 (Gomes, 2019).

As ações do MN na construção da agenda normativa no reconhecimento da diversidade étnica e racial, também por ser retomada a relação nas lutas por uma educação de melhor qualidade, em uma perspectiva histórica no Brasil, a Convenção Nacional do Negro Brasileiro que ocorreu em 1945 e 1946, em São Paulo e no Rio de Janeiro, as demandas mais essenciais foram as reivindicações para que os estudantes negros em todos os graus, fossem admitidos como pensionistas do Estado, enquanto a educação não fosse gratuita (Silvério; Trindade, 2022).

Após esses acontecimentos históricos e reivindicações mesmo que inicial sendo alcançadas, no dia 18 de junho de 1978 em São Paulo, surgiu o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Étnico-Racial (MUCDR), posteriormente em dezembro de 1979, transformou-se no Movimento Negro Unificado (MNU), vale ressaltar que mesmo com siglas diversas o trabalho leva em consideração que todo o Movimento Negro é educador para a sociedade em especial para as pessoas negras desde o início do coletivo até a contemporaneidade (Gonzalez, 2021).

O MNU apresentou duas grandes pautas para a luta no combate ao racismo, o movimento social colocou a educação e o trabalho como questões centrais nas suas reivindicações. Mas as mulheres negras onde estavam? Qual seu papel no MNE? A questão do sexismo que envolve a mulher negra, juntamente com o racismo, é caracterizada como uma neurose da cultura brasileira e faz com que as especificidades da mulher negra se configurem em noções de mulata, doméstica e mãe preta.

Segundo Gonzalez (2021) a mulher negra é a mais discriminada da sociedade brasileira, pois acumula diversas opressões de natureza social e econômica, isto é recorrente com as ações de discriminação de sexo e raça. Sendo assim, é essencial compreender as políticas que colaboraram para que a mulher negra percebesse como o ser político e como o desenvolvimento econômico cooperaram para o papel da mulher negra na sociedade

brasileira.

O desenvolvimento econômico brasileiro resultou em um modelo de modernização conservadora excludente, este modelo que manteve a força de trabalho negra na condição de massa marginal, em termos de capitalismo industrial monopolista e de exército de reserva, e que tem termos de capital industrial competitivo pelo setor hegemônico do monopólio. A força de trabalho negra significa menor qualificação e pior remuneração (Gonzalez, 2021).

Nota-se que a implantação modernizante da economia brasileira resulta em consequências negativas para a população negra, principalmente para as mulheres negras periféricas. Quando esse modelo excludente entra em prática, mantém a força de trabalho dessa classe subordinada a um sistema desigual e racista, colocando em evidência a precarização do trabalho das mulheres negras. Com a expansão dos movimentos sociais em 1970, a população negra integrou-se aos movimentos de associações de moradores nas favelas e nos bairros periféricos (Gonzalez, 2021).

Para compreender o feminismo negro é necessário que se tenha a compreensão do que é racismo. De acordo com (Ribeiro, 2021), racismo é um sistema de opressão que nega direitos a um grupo e cria uma ideologia que oprime esse mesmo grupo. Segundo Gonzalez (2021), o racismo é uma construção ideológica em atos que se concretizam em várias ações de discriminação racial. Ao mesmo tempo em que é um discurso excludente, ele é vinculado e reinterpretado conforme os interesses dos que dele se beneficiam.

Segundo Silva (2021), o movimento negro brasileiro ressignifica o conceito de raça, o mesmo é compreendido como construção social que marca de forma estrutural as sociedades latino-americanas. No século XIX, o racismo favoreceu a divisão da humanidade em raças e gerou uma hierarquia entre elas. É a partir dessas ideias de superioridade e inferioridade existentes entre as raças que as desigualdades no Brasil podem ser explicadas (Carneiro, 2011).

Partindo de diversas definições levantadas por autoras, como Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez, ativistas do movimento de mulheres negras, encontraram os pontos de que o racismo é uma filosofia de pensamento e de que, no cotidiano põe em prática uma hierarquia excludente e inferior para com as pessoas negras. É através dessas definições que se é possível assimilar o papel da mulher negra na sociedade brasileira.

Para compreender o papel da mulher negra na sociedade contemporânea, primeiramente, é necessário captar quais símbolos de resistência que ela desenvolveu na época da escravidão, como ela foi a persistência feminina dentro das casas-grandes, nas

lavouras e com sua família (mesmo nas poucas horas do dia que ela passava com seus parentes).

A mulher negra escrava tem três características: a de escrava do eito, mucama e mãe preta - com a qual obteve uma resistência passiva. A escrava do eito era a mulher que estimulava seus companheiros para as fugas ou revoltas. Trabalhava entre treze e dezoito horas por dia, a depender das atividades que executava e, na maioria das vezes, cometia suicídio, quando estava grávida para que seus filhos não tivessem o mesmo destino que ela (Gonzalez, 2021).

A mucama tinha a função de manter a casa-grande em todos os níveis, tais como passar, cozinhar, costurar e amamentar as crianças das sinhazinhas. Além disso, sofria com os assédios sexuais do senhor branco que, por vezes, levava parentes mais jovens para iniciarem com as mucamas mais “chamativas” sua vida sexual (Gonzalez, 2021).

Como efeito de suas atividades como mucama, a mulher negra deu origem à mãe preta, isto é, ela que na fase inicial da vida (na primeira infância) cuidou e educou os filhos dos seus senhores. Ao contar histórias de africanas como o quibungo, mula sem cabeça e até mesmo sobre o Zumbi dos Palmares, ciente ou não, repassou para o homem branco gêneros da cultura africana, sendo assim, a mãe preta praticava a resistência passiva. Pertenceu à mãe preta como sujeito de saber da africanização do português falado, o pretuguês² (Gonzalez, 2021).

Para Gonzalez (2021), a mãe preta é que fazia todo o papel de ser mãe, enquanto as mulheres brancas reproduziam e se casavam com os senhores de engenho. A mãe preta deu uma reviravolta na classe dominante, pois passou todos os seus valores e internalizou nela os costumes de matriz africana.

As atividades exercidas na época da escravidão pela mulher negra (escrava do eito, mucama e mãe preta), mesmo que não fossem conscientes, resultaram em papéis de protagonismo de resistência que perpassaram e asseguraram as características da cultura afro-brasileira. Historicamente, as pessoas negras se mobilizam coletivamente, a mulher negra a todo momento estava na linha de frente das lutas. Todavia, ela não obtinha os direitos das causas ganhas, ou seja, ela não tinha a efetivação dos seus direitos. Nessas categorias da mulher negra como símbolo de resistência representada na figura da mucama e mãe-preta, desenvolveu-se a imagem da doméstica que perpassa os fatos sócio-históricos de raça, gênero e classe.

² Africanização do português falado no Brasil, bem como a africanização da cultura brasileira.

A mulher negra é um agente de mudança social, pois têm uma luta complexa entre ser mulher e ainda ser negra. Essas subjetividades mostram o porquê do feminismo negro, da luta contra o sexismo e das reivindicações antirracistas, tais características dão às mulheres negras ativistas o papel da dupla militância³ (Carneiro, 2011).

Ao falar sobre o seu trabalho, contou que compunha a equipe da faxina de uma instituição escolar em dupla com outra mulher negra, destacando a falta de estrutura e as condições desumanas às quais eram submetidas. Contudo, nesse bojo, o que se avoluma é o relato acerca do sentimento de inferioridade, despertado pelos olhares dos alunos. Nesse momento eu pensava sobre como os papéis trabalhistas mais subalternos são destinados majoritariamente a pessoas negras, sobrepondo dois elementos importantes para a reflexão acerca do sofrimento psíquico: a raça e a classe (Trecho do diário de campo cartográfico e entrevista semiestruturada) (Sousa; Silva, 2023).

O relato citado acima evidencia o retrato de ser uma mulher negra no Brasil, para o capitalismo a divisão social e racial do trabalho é de extrema importância para o sistema vigente, ou seja, para o racismo estrutural exista e se reafirme é necessário para que a desigualdade perpetue no cotidiano de pessoas negras brasileiras, colocando assim, um sentimento de inferioridade perante os demais da sociedade, principalmente na mulher negra (Sousa; Silva, 2023).

Ser mulher negra no Brasil significa ter uma dupla militância, ou seja, ela tem que ter “mais esforço”, pois, fica subordinada às pessoas brancas, homens negros e ainda tem que combater o racismo com o qual sofre em sua vida cotidiana.

A necessidade existencial e política que impulsiona o esforço organizativo das mulheres negras evidencia os limites da ação política destes dois movimentos sociais - movimentos negros e os movimentos feministas - que são suas matrizes geradoras. Isto implica a afirmação política de um Movimento de Mulheres Negras ou a configuração da mulher negra como uma nova força política, isto significa, ao mesmo tempo, a afirmação de uma crítica política a esses dois movimentos, pois não abrangem suas singularidades (Carneiro, 2011).

As mulheres negras têm subjetividades que o movimento feminista e o movimento negro não suprem por serem tão complexos, tanto na inferioridade da mulher negra em relação ao homem branco e ao negro, como também nos requerimentos das mulheres brancas. A mulher negra nunca foi vista como frágil, pois era ela que sempre esteve na luta, durante muito tempo, nas lavouras escravocratas, na “libertação” dos escravos, nas

³ Luta complexa do feminismo negro - ser mulher e ser mulher negra.

ruas sendo vendedoras para sobreviver e alimentar seus filhos e sua família, nas casas das senhoras brancas e, hoje, como domésticas nas casas de mulheres brancas de classe média alta (Carneiro, 2011).

O movimento feminista ou de mulheres "esquece" da questão racial. As mulheres negras vivenciam a discriminação racial e o machismo dos homens negros e brancos. É necessário a compreensão de que é fundamental a existência - dentro do movimento feminista ou feminismo negro, para que sejam dados os direitos das mulheres negras, retirados durante décadas.

A miscigenação racial na sociedade brasileira tem diferentes usos políticos e ideológicos e vem dando suporte para o mito da democracia racial, na medida em que as relações sexuais entre homens brancos, mulheres indígenas e negras seria o principal motivo da tolerância racial. Esse argumento desconsidera o estupro colonial praticado pelo colonizador sobre as mulheres negras e indígenas (Carneiro, 2011).

Encontros sexuais forçados e autorizados entre a população indígena, africana e europeia provocaram um povo com diferentes texturas de cabelo, cor dos olhos/pele e vários fenótipos resultantes dessa fusão. Esses fenótipos tornaram-se marcadores raciais para a distribuição da educação, empregos, entre outros bens sociais (Bilge; Collins, 2021).

A vinda das multinacionais para o Brasil excluiu as mulheres negras dos empregos, pois, para conseguirem ser contratadas como operárias, era necessário ter "boa aparência e boa educação". Essa boa aparência exigida nas entrevistas era remetida às mulheres brancas de cabelo liso e que tinham pelo menos um nível básico completo de escolaridade. Essas condições não abrangiam boa parte das mulheres negras.

A miscigenação é um instrumento eficaz de embranquecimento do país, por meio de uma instituição de uma hierarquia de cor e de fenótipos que tem em sua base o negro de pele escura e no topo o homem branco. Em função desse imaginário social que indica uma melhor aceitação dos mais claros em relação aos mais escuros, por exemplo, temos classificações como moreno-claro, moreno jambo, mulato, caboclo, marrom-bombom e por fim, o pardo (Carneiro, 2011).

O embranquecimento é sustentado pela democracia racial, que por consequência fundamenta a dupla mestiçagem biológica e cultural. Na sociedade colonizadora alimentava um "sonho" para que as pessoas negras quisessem se assemelhar cada vez mais com os brancos. O embranquecimento para as pessoas negras equipara-se pela assimilação da população negra para com os valores culturais brancos (Munanga, 2015).

Raça ou cor é algo que ninguém consegue definir. O "pardo", talvez, agregue

aqueles que tiveram sua identidade étnica destroçada pelo racismo e discriminação. Essas diferenciações, conseqüentemente, vêm funcionando com êxito, como elementos de fragmentação da identidade negra, impedindo que ela se transforme em um elemento que agregue, no campo político, as demandas coletivas por equidade racial (Carneiro, 2011).

Na classificação “pardo” encaixam-se os mulatos, caboclos e todos os que não se consideram brancos, negros, amarelos ou indígenas. Todos esses encontram uma zona cinzenta onde podem se esconder, se abrigar e se esquecer de sua origem negada (Carneiro, 2011).

Aquí, aprendemos a não saber o que somos e, sobretudo, o que devemos querer ser. Temos sido ensinados a usar a miscigenação ou a mestiçagem como carta de alforria do estigma da negritude: um tom de pele mais claro, cabelos mais lisos ou um par de olhos verdes herdados de um ancestral europeu são suficientes para fazer alguém que descenda de negros se sentir pardo ou branco ou ser “promovido” socialmente a essas categorias. E o acordo tácito é que todos façam de conta que acreditam (Carneiro, 2011, p. 59).

A ideologia do embranquecimento propicia uma promoção social. Ou seja, se uma mulher negra, tiver qualquer fenótipo de uma pessoa branca, ela denomina-se como parda, ainda que, muitas vezes, sofra racismo, seja por conta da cor da pele, cabelo, nariz, boca, entre outras características de pessoas negras. Isto faz com que esses sujeitos esqueçam sua origem. Um exemplo comum é quando um homem negro se casa com uma mulher branca. Contudo, uma mulher negra dificilmente casará com um homem branco: “Preta para trabalhar, mulata para fornicar e branca para casar”, aí está uma amostra eficaz da ideologia do embranquecimento.

As mulheres negras ao posicionarem-se coletivamente, combatem o racismo e o sexismo. O Festival de Latinidades foi uma amostra do que a organização descentralizada de poder pode resultar. Em uma sociedade que nega a existência do racismo pelo fato da maior parte da população ser negra, esconde-se na questão social de mulheres negras o mito da democracia racial, disfarçado em discursos e ações racistas.

2.2 O fomento de políticas públicas a partir do movimento negro

A política pública e a política social são campos multidisciplinares e seu foco está na análise efetiva da política pública em si e em seus processos. As políticas públicas repercutem na economia e na sociedade como um todo (Souza, 2006).

A epistemologia antirracista consiste em repensar em quem, o quê e a quem serve as produções de conhecimento, é necessário propor um olhar atento às teorias, este olhar deve

ser construído em movimento de estudo, agregando auto-letramentos críticos, em especial o letramento racial crítico de lentes variadas e decoloniais e interseccionais (Borges, 2021).

Na contemporaneidade, principalmente nas redes sociais é inegável as *hashtags* como: “não basta não ser racista, tem que ser antirracista”, quais premissas as pessoas devem apresentar para não efetivar práticas racistas? Sendo assim, é essencial para o referido trabalho a definição do que é ser antirracista.

Segundo Kendi (2020), Antirracista é aquele que apoia uma política pública antirracista por meio de ações que expressam ideais antirracistas. Dito isto, ser antirracista é estabelecer definições lúdicas de racismo/antirracismo, que envolvam: políticas públicas, ideias, teorias e ações sociais. Um ideário antirracista é qualquer ideia que indique que os grupos étnicos são iguais em toda a sua totalidade e diferenças, a lógica antirracista defende que as políticas racistas são a causa da desigualdade racial. Uma política é antirracista quando em qualquer determinante produza ou efetive igualdade racial entre os grupos étnicos, reconhecendo a existência do racismo como passo inicial.

O movimento negro desempenhou um papel de acentuada relevância na luta antirracista em nosso país. Os protagonistas dos movimentos negros eram: filhos dos primeiros negros da classe operária e classe média; primeiros negros estadunidenses que ingressaram na universidade, e jovens operários, trabalhadores negros e dançarinos de *soul*⁴ (Gonzalez, 2021).

Em 1995, houve a realização da “Marcha Nacional Zumbi dos Palmares Contra o Racismo pela Cidadania e Vida”. Como resultado foi entregue ao Presidente da República da época, Fernando Henrique Cardoso, o “Programa para superação do racismo e da desigualdade étnico-racial. Fato marcante para os pesquisadores do MNUE foi a III Conferências Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial e a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, promovida pelas Organização das Nações Unidas, em 31 de agosto a setembro de 2001, em Durban na África do Sul (Gomes, 2019).

Em Durban, o Estado brasileiro reconheceu internacionalmente que o racismo existe no país, e se comprometeu em efetivar ações afirmativas para a reparação dessa questão social que cerca as pessoas negras do Brasil, entre elas destacam-se ações no campo de trabalho e educação.

Em 2000, foi criada a Secretaria de Políticas e Promoção da Igualdade Racial (Seppir), várias universidades públicas passaram a adotar medidas de ações afirmativas, em

⁴Ritmo dançante afro-americano que causou uma forte mobilização política para as pessoas negras nos EUA e no mundo. No Brasil, um grande artista do soul é Tim Maia.

especial às cotas raciais. No plano acadêmico, em 2000 foi fundada a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). Em 2004, houve a criação do Ministério da Educação - MEC, apesar de todas as barreiras enfrentadas pelo movimento social à educação e diversidade nesse novo ministério, foi resultado das lutas do MNUE. No ano de 2003, foi sancionada a Lei 10.639/03, incluindo os artigos 26-A e 79B da LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas particulares e públicas de ensino fundamental e médio do Brasil. Atualmente, as reivindicações do MNUE foram transformadas em políticas do MEC, leis federais, divisões do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal (Gomes, 2019).

Um dos grandes marcos de reivindicações alcançadas pelo MNUE foi a Lei Federal 12.288 de 2012, sancionada pela Presidenta da República - Dilma Rousseff, logo após, houve a criação da Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012, que dispõe das cotas sociais e raciais para o ingresso nas universidades federais e instituições federais de nível técnico e médio. Também aconteceu a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola e por fim, a sanção da Lei 12.990, de junho de 2014, que destina 20% das vagas aos negros nos concursos públicos feitos pela União (Gomes, 2019).

O MNE é produtor de saberes emancipatórios sobre a questão racial no Brasil. Compreende-se que o MN é capaz de revolucionar a teoria educacional brasileira, com a construção de uma pedagogia que propõe repensar as escolas e universidades a partir da decolonização dos currículos. Um marco histórico são as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 que instituíram como obrigatório na rede pública e privada o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena e a educação das relações étnico-raciais no Brasil (Silva, 2021).

Com os efeitos positivos observados na linha do tempo do MNUE é perceptível que o movimento negro politiza e ressignifica a questão racial de uma maneira única, atrelados a ações afirmativas baseados na educação, comunicação e trabalho, trazendo assim, o protagonismo para as pessoas negras do país.

É válido notar que o processo de reorganização do MNU aconteceu por iniciativa de diversas mulheres negras, perante a liderança de Beatriz Nascimento. Com o passar dos anos, as mulheres negras buscaram denunciar as práticas machistas dos companheiros de luta, pois, diversas vezes, as excluía do processo de tomada de decisão, colocando-as em tarefas mais “femininas”.

Os anos seguintes testemunharam a criação de outros grupos de mulheres negras (Aqualtune em 1979, Luísa Mahin em 1980 e Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro em 1982) que, de um modo ou outro, foram reabsorvidos pelo movimento

negro. Todas nós, sem jamais termos nos distanciando do movimento negro, continuamos nosso trabalho de militante no interior das organizações mistas a que pertencíamos (André Rebouças, IPCN, samba, MNU etc.) sem, no entanto, desistir da discussão de nossas questões específicas junto aos nossos companheiros que, muitas vezes, tentavam nos excluir do nível das decisões, delegando-nos tarefas mais “femininas” (...). Mas, por outro lado, por aí também se explica o espaço que temos no interior do movimento negro (Gonzalez, 2020, p.104).

A militância das mulheres negras resulta das manifestações coletivas as quais essas mulheres representavam ativamente. Estas percebiam que suas subjetividades não eram colocadas em pauta pelo movimento de mulheres e, muitas vezes, seu lugar de fala tornava-se “inviável” nos congressos, bem como suas pautas de classe e raça. Elas acompanhavam a luta antirracista e se organizavam no movimento de moradores e associações de bairros da periferia.

O MNU teve origem na classe média negra. O movimento de favelas foi criado pelo proletariado urbano, habitantes das favelas e regiões das periferias. A participação das mulheres negras, aconteceu com a organização dos primeiros grupos de mulheres negras, e foi uma ramificação do próprio movimento negro. A população negra é mais exposta às práticas de discriminação. Sendo assim, existe no movimento negro uma consciência política do racismo e da exploração de classe. Já o movimento de mulheres originado da classe média branca, reiteradamente “se esquece” da questão racial (Gonzalez, 2021).

A avaliação de políticas públicas tem duas dimensões: a primeira é a dimensão técnica e a segunda é a política, nesse sentido a avaliação de políticas públicas é determinada por procedimentos científicos, estes por consequência transformam-se em conhecimento acadêmico (Silva, 2009).

As políticas públicas se desenvolvem em um processo circular, onde encontra-se o problema a ser solucionado, o mesmo é incorporado nas agendas governamentais. No Brasil, as políticas públicas não foram desenvolvidas em uma tradição sistemática, mas sim, na expansão impulsionada pela redemocratização da sociedade brasileira, evidenciando as demandas para a universalização das políticas sociais (Silva, 2009).

O grande encontro do movimento negro com o movimento de favelas aconteceu a partir da campanha eleitoral de 1982. Com o destaque de Benedita da Silva e Jurema da Silva, houve a presença de faveladas no Encontro de Mulheres promovido pelo Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro, em março de 1983. Benedita da Silva organizou o I Encontro de Mulheres de Favelas e Periferia, em julho de 1983. Também naquele ano, Jurema participou do II Encontro Feminista da América Latina e do Caribe, que foi histórico, pois foi a primeira vez que o feminismo brasileiro era representado por uma favelada em um evento internacional

(Gonzalez, 2021).

Em sua participação nos congressos do movimento feminista as mulheres negras, eram tidas como “agressivas” e “não feministas”. O movimento de mulheres brasileiras não deixou de reproduzir o "imperialismo cultural". O movimento de mulheres negras se organizava e se organiza até hoje a partir do movimento negro, e não do movimento de mulheres (Gonzalez, 2021).

O mito da democracia racial que formou a consciência nacional brasileira, realça o racismo e cria um tipo de racismo sem racistas, ocultando práticas racistas e inferiorizando cidadãos em uma perspectiva étnica e racial. Seguindo esse mesmo fundamento que também é patriarcal, estabelece a inclusão da mulata na objetificação sexual (Gonzalez, 2020).

O mito da identidade nacional brasileira omitiu a raça para construir uma ideologia de democracia racial, ou seja, ser brasileiro substituindo outras identidades, como as de raça. Ao apagar a categoria política de raça, a democracia racial alterou-se a um discurso nacional, eliminando a linguagem que poderia descrever as desigualdades raciais que impactam a vida das pessoas negras brasileiras (Bilge; Collins, 2021).

A democracia racial, como todo mito, está enraizada nas pessoas. Esse mito é um relato fantástico que não fica apenas na ideologia, exemplos disso são as frases: “Racismo no Brasil não existe”, “pessoas negras não precisam de cotas, isso faz com que se tornem superiores”, “o racismo reverso existe”. Na questão social das mulheres negras, o mito da democracia racial está envolto em um “ditado” popular, as aspas são intencionais, pois não é um provérbio se os sujeitos colocam isso em prática e de uma forma que convertam em uma realidade social certa: “negra para trabalhar, mulata para fornicar e branca para casar”.

Com a contextualização do mito da democracia racial fica evidente que ser uma mulher negra no Brasil significa lutar contra o sexismo, machismo e racismo a maior parte do ano, exceto no carnaval, quando a mulher negra se torna o centro das atenções, quando tudo nela é lindo e chama atenção. Apenas se enxerga beleza e, por quatro dias, o Brasil vive “sem” racismo.

Aqui falaremos de mulata não só como um caráter étnico, mas como uma profissão. No carnaval, uma das frases mais enraizadas é: bebida, mulher e samba. As pessoas ficam admiradas com as passistas, colocando-as como rainhas. Todavia, seus corpos estão sendo desejados e objetificados (Gonzalez, 2021).

No rito carnavalesco o mito da democracia racial é atualizado com toda a sua força simbólica. É nesse período que a mulher negra se transforma em rainha, na “mulata deusa do meu samba”, desejada principalmente por estrangeiros, em sua maioria brancos e loiros, que

vem de longe admirar essas mulheres de beleza única. O mito da democracia racial no carnaval exerce sua violência simbólica, em especial, com a mulher negra, pois, ao contrário do endeusamento que acontece nesses dias, no restante do ano essa mesma mulher que é a mais bela de todas é representada como a doméstica (Gonzalez, 2020).

O mito da democracia racial está presente no cotidiano das mulheres negras brasileiras. Mas há uma “pausa” no período do carnaval para aquelas mulheres que todos os dias sofrem racismo, sexismo e são estigmatizadas. Têm cinco dias de endeusamento, são as rainhas, as protagonistas das festividades. Nesses dias o racismo, a hipersexualização da mulher negra, as violências de gênero ou ficam mais evidentes ou “somem”.

As mulheres brancas, incluindo as feministas, corroboram historicamente para um não reconhecimento das lutas das trabalhadoras domésticas. As militantes feministas propagavam a mesma opressão contra a qual protestavam. Contudo, essa ideologia racista é inexplicável, pois, as pessoas que trabalhavam com os serviços domésticos eram e são vistas como menos humanos. Desde o período da escravidão, o ser doméstica tem sustentado muitos mitos que se prolongam durante anos inclusive na contemporaneidade (Davis, 2016).

Ser Doméstica, do viés racista é ser uma mucama, porém, hoje, é permitido perante a lei e envolve também prestações de serviço (trabalho autônomo). É do lado oposto da exaltação, que no cotidiano é reafirmado o racismo, uma vez que mesmo as mulheres negras de classe média alta sofrem racismo, pois “boa aparência” e “educação” são para pessoas brancas. Um exemplo disso é que a maioria das mulheres negras são “convidadas” a entrar no elevador de serviço, sendo assim, a função de mucama nunca foi esquecida pela sociedade brasileira. Principalmente, por aquela mulher negra da periferia, esta que sustenta sua família, muitas vezes sozinha, e cujos parentes do sexo masculino são perseguidos e, muitas vezes, mortos pela polícia (Gonzalez, 2021).

A sexualização do corpo da mulher negra brasileira na maioria das vezes é colocada como “quente”. Todavia, a leitura do corpo da mulher negra condiz com essa: a imagem da doméstica estruturada da mucama. Originando assim, a mulata e a mulher de cuidado (Ribeiro, 2018).

Uma política identitária coletiva emergiu da identidade de mulheres negras, que eram baseadas em experiências comuns de dominação, exploração e marginalização. Nem todas as trabalhadoras domésticas são negras, todavia, essa categoria está intimamente associada às mulheres negras. As afro-brasileiras são mais vulneráveis à violência, especialmente as que moram em favelas e são domésticas (Bilge; Collins, 2021).

A doméstica e a mulata são um efeito da divisão social e sexual do trabalho. A

“diferença” de uma para a outra dá-se no tempo histórico: antes mulata e hoje doméstica. Se se pesquisa na internet por “doméstica”, aparecerão os seguintes sinônimos: empregada, auxiliar, criada, oficial, serva, servente, operária, funcionária, laica, servidora, flâmula, subalterna, subordinada e trabalhadora. Isto reflete que a doméstica é uma ramificação moderna do que era ser mulata. Todavia, é sabido que, mesmo com nomenclaturas distintas na realidade social, essas duas designações se complementam mutuamente nas práticas racistas.

2.3 Colonialismo digital e ativismo digital

A visão colonialista perpassa séculos desde a época que os povos negros e tradicionais do Brasil foram escravizados nomeados na visão eurocêntrica como não civilizados, selvagens e mesmo após a “libertação” da escravatura a população negra continuou sendo mera coisa para o sistema que começava se implantar globalmente, no território brasileiro o sistema capitalista mesmo que tardiamente implantou trazendo traços racistas, sexistas e xenofóbicos, ao longo da pesquisa observou-se que para o sistema hegemônico ter consistência o racismo é a base dele e no mundo virtual que tanto se fala em liberdade, essa questão significativamente é presente.

O neocolonialismo é o novo e complexo organismo de poder político, cultural e financeiro característico a luta de classes dos países interdependentes, embora após anos tenham obtido uma independência formal, algumas ex-colônias continuaram sendo dominadas pela antiga metrópole ou “neometrópoles”⁵, a dominação cultural é um das características mais importantes para que o sistema e a sociedade continuem reproduzindo instâncias colonialistas, para embasar sua missão civilizatória (Faustino; Lippold, 2023).

Com o desenvolvimento tardio da industrialização, a aceleração e rotação do capital, o racismo e a xenofobia tornam-se os instrumentos mais importantes para o capitalismo. Atuando como critério biopolítico para diferenciar quem é cidadão e quem não é, quem é merecedor da ética, estética e dizeres nacionais, ou seja, quem é humano e quem não é, e sobretudo, quem tem acesso e controle dos sistemas informativos, portanto o neocolonialismo tardio oferece condições excelente para o colonialismo digital, este por sua vez não é uma fase do neocolonialismo tardio, mas sim, sua expressão tecnológica informacional (Faustino; Lippold, 2023).

O trabalho negro é o mesmo das pessoas brancas, porém, a remuneração do

⁵ Países que utilizam novas formas de propagar a exploração para se manterem no poder (Faustino; Lippold, 2023).

trabalho - o preço - é menor. A parte da música “a carne mais barata do mercado é a carne negra⁶”, evidencia a perspectiva racializada de que a pessoa negra deve trabalhar mais ou igual, todavia, a remuneração deve ser menor e na prática acontece.

Tarcízio Silva é um dos poucos teóricos brasileiros que falam sobre o racismo no ambiente virtual - denominado racismo algorítmico. Silva evidencia os cinco pilares do racismo algorítmico, que são: 1- Feedback- promoção racial nos sistemas de inteligência racial já existentes na sociedade; 2 - humanidade diferencial - promove um grupo hegemônico, consolidando em espécie de distribuição racial no sistema tecnológico; 3- Paradoxo entre invisibilidade e hipervisibilidade; 4 - colonialidade global no negócio da tecnologia- são grandes empresas de tecnologia que colonizam a infraestrutura, para que elas mesmas possam restringir o acesso de pessoas ao seu monopólio; 5- colonialidade de campo- disciplinas no campo da informação que negam a presença do racismo em seus estudos, na formação de seus profissionais, professores e novos pesquisadores (Faustino; Lippold, 2023).

Racialização codificada ou racialização digital, possa ser mais abrangente para dar conta da explicitação do contexto material de desenho dos algoritmos, de forma a evidenciar a seletividade racial dos cargos técnicos em empresas de programação, a distribuição social desigual de prestígio entre produtores de conteúdo digital na internet e a codificação naturalizada dos discursos e estética racistas nas mídias sociais e nos bancos de imagens digitais (Faustino; Lippold, 2023, p.151).

A internet traz aspectos diferentes, pois, de um lado, as tecnologias apresentam novas formas de dominação e do outro lado oferece oportunidades para novas formas de agências políticas. A expansão do acesso à internet reconfigurou o formato político em todo o mundo, descentralizando a possibilidade de fala, colaboração e criatividade. Mesmo que a escuta permaneça centralizada por algoritmos racializados (Faustino; Lippold, 2023).

A racialização digital está presente nas relações de trabalho e distribuição do valor pago para as pessoas negras, está presente também, nos aplicativos de reconhecimento facial, ao não identificarem os traços negros com precisão, ao contrário, quando as pessoas negras utilizam esses aplicativos os fenótipos negróides são excluídos e substituídos por traços brancos, sem mencionar que a maioria embranquece a tonalidade da pele. Um exemplo, são os filtros utilizados nas redes sociais, especialmente no *Instagram* e TikTok.

O capitalismo de vigilância se diferencia do capitalismo clássico, pelo meio acumulação, a conversão - codificação em dados comportamentais da experiência humana - como base para ser cultivada e vendida. Uma análise minuciosa põe explorar as oportunidades

⁶ A carne - música de Elza Soares que critica como as pessoas negras são tratadas na sociedade.

oferecidas pelo ciberativismo antirracista e feminista, como o estudo feito por Bianca Nogueira Corrêa que mobiliza seu estudo baseado em Cheikh e Lélia Gonzalez, para refletir os direitos por meio das redes em pretuguês. Organizações como o Observatório do Cooperativismo de plataforma, o Núcleo de tecnologia do MTST, o InternetLab, a Rede Latino-americana de estudos sobre a Vigilância, Tecnologia e Sociedade (Levits), todos baseados na cultura hacker (Faustino; Lippold, 2023).

Descolonizar significa confrontar a missão civilizatória em novos moldes de levantamentos de *high-tech*⁷, colocando assim, em modo destrutivo referente a acumulação de produção capitalista nas suas diversas dimensões, sejam elas sutis ou não.

Quando a esquerda hegemônica, o movimento negro e o conjunto de movimentos sociais farão um debate sério sobre segurança da informação e os possíveis usos contra=hegemônicos do aprendizado da máquina? Quando se apropriaram dos debates em torno do marco civil da internet e da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD - Lei n.13709/18? Nessa luta qual é o potencial dos espaços contra-hegemônicos, como os hackerspaces? (Faustino; Lippold, 2023, p.189).

Os *hackerspaces*, são clubes ou laboratórios de hackers e realizam um importante trabalho de letramento científico e tecnológico, divulgação científica e apropriação criativa popular. Por consequência, a sociedade do século XXI vive em um fato marcante da história humana, pois, critica e tem a ação descolonizadora que cria uma interface com o hacktivism. Sendo assim, é de extrema importância fortalecer as *perilabs*⁸, que são espaços autônomos e temporários que podem chegar na educação, criando um lócus de educação não formal dentro dos muros da educação informal (Faustino; Lippold, 2023).

É o próprio capital que reintroduz o racismo e a racialização nas expressões contemporâneas da luta de classes, portanto, o conjunto de contradições vivenciadas pela massa do povo fora dentro das fábricas - não se pode negligenciar as contradições de gênero, orientação sexual e ambientais. Desse modo, a análise do colonialismo digital é urgentemente inevitável, para combater e analisar o racismo digital na contemporaneidade (Faustino; Lippold, 2023).

Para que se chegue em uma descolonização da tecnologia os movimentos devem passar por uma transformação radical da sociedade e da sociabilidade dos equipamentos de acesso à internet, o que implica em um olhar crítico sobre a relação complexa entre o capitalismo, colonialismo, sexismo e racismo.

⁷Alta tecnologia, contato com o que há de mais recente no mercado de ensino e tecnológico (Faustino; Lippold, 2023).

⁸Espaços periféricos de descolonização da tecnologia (Faustino; Lippold, 2023).

Com a expansão da internet as pessoas começaram a manifestar-se na esfera *on-line*. O indivíduo que antes priorizava individualidade começou a modificar algo que o levou para a coletividade. Veremos nos parágrafos a seguir, as indagações que levaram as pessoas a se manifestar em rede. Os seres humanos são movidos por suas emoções, sendo assim, os movimentos sociais na contemporaneidade, são movimentos emocionais e se baseiam na comunicação. Uma peculiaridade em relação aos movimentos tradicionais é a tecnologia da comunicação em rede. O que levou as pessoas a manifestarem-se em rede? A pobreza, a crise econômica, a falta de democracia, a humilhação provocada pelos poderosos uniram as pessoas a transformar o medo em indignação e em esperança de uma humanidade melhor e longe das opressões na luta contra a desigualdade social e contra a exploração (Castells, 2013).

As relações de poder são constitutivas da sociedade, o poder é exercido por meio de coerção. Torturar corpos é menos eficaz que moldar mentes. Os humanos criam significados interagindo com seu ambiente natural e social, com suas redes neurais e as redes da natureza, ambas se fundem nas redes sociais. Portanto, essas redes são o ato da comunicação (Castells, 2013).

A autocomunicação é uma mudança fundamental no domínio da comunicação, ou seja, o uso da internet e das redes sem fio como plataformas da comunicação digital, que antes se dava pela comunicação em massa, se modifica para a autocomunicação de massa, que é delineada pela plataforma tecnológica, solidificando-se na autonomia do ator social em relação às instituições da sociedade. É por essa razão que os governos e grandes empresas têm tanto medo da internet (Castells, 2013).

As redes sociais são espaços de autonomia social, fugindo do controle dos governos e empresas. Servem para compartilhar dores e esperanças no livre espaço público da internet. Os usuários da internet formam as redes sociais, acarretando uma união que ajudou a superar o medo. A internet e a rede de dados móveis permitem que as pessoas se organizem concretamente, longe das opressões.

Os movimentos sociais são ações coletivas de equidade sociopolíticas e culturais que oportunizam diversas formas da população em se organizar e expor suas demandas. Os movimentos sociais se constituem de denúncias simples (concentrações, passeatas, marchas, mobilizações que tencionam o sistema vigente e até em pressões indiretas (Gohn, 2015).

Na atualidade os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, sejam elas, locais regionais, nacionais ou internacionais. Ou seja, há uma utilização dos novos meios de comunicação e informação como a internet. Esses modernos mecanismos de mudança social geram criatividade e inovações socioculturais (Gohn, 2015).

Os movimentos sociais movem-se contra as atitudes conservadoras da sociedade, principalmente as do passado e constroem algo inédito. Todavia, não se pode ignorar que existem tipos de movimentos sociais regressistas que utilizam a xenofobia nacionalista e diferenças religiosas e raciais, não desejando mudanças sociais emancipatórias, mas sim, impor seus próprios interesses, mobilizando a violência como estratégia principal de suas ações (Gohn, 2015).

O presente trabalho leva em consideração os movimentos sociais que atuam pelas lutas emancipatórias coletivas, em especial, aos movimentos de raça, classe e gênero, bem como defende os movimentos sociais de cunho crítico, alinhados na defesa dos direitos humanos, sociais, igualdade racial, de classe e gênero, que compreendam e respeitem as lutas sócio-históricas das classes que são excluídas pelo sistema.

Os movimentos sociais progressistas atuam de forma emancipatória, realizando uma investigação sobre a realidade social e construindo suas propostas, concretizando-se em redes que agem como resistência à exclusão e batalham para a inclusão. As novas configurações dos movimentos sociais em rede referem-se a um tipo de relação coletiva, agem com objetivos estratégicos e produzem uma função de articulações com os resultados pertinentes para a movimentação *on-line* e a sociedade civil em geral (Gohn, 2015).

Mencionando os movimentos conservadores, não se pode deixar de especificar que no ano de 2022, no Brasil, houve “manifestações”, operações efetuadas por grupos bolsonaristas após os resultados das eleições presidenciais. Pessoas foram para as ruas, acamparam em frente aos quartéis do país. O ato foi totalmente contraditório, principalmente porque pediam a intervenção militar (volta da ditadura). Ora, se eles se encontravam nas ruas exercendo os seus direitos de liberdade, não é lógico pedir o intermédio da autocracia burguesa⁹. Chamou atenção o fato de a organização ter sido realizada na e pelas redes sociais, embasadas em *fakes news*¹⁰.

Nos movimentos sociais em rede não há líderes, pois o movimento vai se ajustando. Portanto, a rede se transforma em um sujeito coletivo de mobilização e de liderança, utilizando a auto-organização, a automobilização e a autoliderança (Castells, 2013).

Um exemplo real das lideranças dos movimentos em rede foi a série de manifestações no Brasil, em 2013. Havia uma liderança clara apenas no início (contra o aumento das passagens) e, após isso, se tornou multifocal, agrupando reivindicações, como a melhoria da saúde pública e educação, bem como os gastos das reformas dos estádios para a

⁹ Ditadura militar (Netto, 2011).

¹⁰ Notícias falsas e distribuição de boatos nas mídias sociais (Faustino; Lippold, 2023).

Copa do Mundo. Percebe-se que as manifestações de 2013 foram moldadas de acordo com a realidade social dos ativistas.

A sociabilidade da sociedade em rede é composta por indivíduos conectados e isso é cultural. Contudo, a internet é excelente em interligar os indivíduos, visto que não perdem sua individualidade e conectam-se com pessoas que lhes interessam. Tudo se transforma em uma unidade de ação coletiva que é delineada na rede da vida (Castells, 2013).

As pessoas mobilizam-se quando algo lhes afeta pessoalmente. Consequentemente, todos podem ser passivos ou ativos nos movimentos sociais em rede, o que leva a uma satisfação em contribuir para uma sociedade melhor. O medo superado pela indignação e a indignação superada pela esperança, são características dos movimentos sociais em rede.

3 EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA AVALIATIVA

Neste capítulo será delineado o percurso avaliativo e metodológico escolhido para realizar a presente pesquisa avaliativa.

3.1 Abordagem avaliativa, tipologia da pesquisa e categorias de análise

Foi realizado neste trabalho, uma pesquisa bibliográfica e netnográfica sobre o ativismo digital, compreendendo como a liberdade na internet, vinculada às redes sociais, constitui-se como mecanismo de mudança social e, ao mesmo tempo, possibilita o crescimento da participação social para a efetivação dos direitos políticos, civis e sociais.

Este trabalho está associado ao campo *on-line* e demonstra que Antropologia social é ampla, mas no aspecto eletrônico. Pois, as possibilidades de estudos estão em constante movimento, visto que a etnografia se adapta e tem uma grande mobilidade. Para apreender as especificidades dos movimentos sociais em redes, será feita uma análise netnográfica do Portal Geledés.

O presente trabalho utiliza a avaliação em profundidade, cuja proposta é qualitativa, com características etnográficas. Todavia, tem integração com os dados quantitativos e secundários.

A proposta de uma avaliação em profundidade toma basicamente quatro grandes eixos de análise: conteúdo da política e/ou do programa, contemplando sua formulação, bases conceituais e coerência interna; trajetória institucional; espectro temporal e territorial abarcado pela política ou programa e análise de contexto de formulação dos mesmos. As primeiras condições para a realização de uma avaliação em profundidade, como exposto, foram de que a mesma conseguisse ser ao mesmo tempo extensa, detalhada, densa, ampla e multidimensional, o que exigiria uma abordagem multi e interdisciplinar. Estes elementos já situam a proposta como crítica aos modelos positivistas de análise (Rodrigues, 2016, p. 107).

Desse modo há um requisito para que a avaliação seja extensa e ampla, ou seja, uma avaliação em profundidade não pode ser focada apenas nas metas propostas pela política e seus resultados. Ela é densa, pois o principal pressuposto são as abordagens interpretativas. Por consequência, a pesquisa qualitativa ganha destaque na abordagem (Rodrigues, 2008).

Gussi (2017) diz que nos pressupostos da avaliação em profundidade são existentes instrumentos metodológicos que são estratégicos para que se processe a constituição do diálogo entre a temporalidade, discursos e compreensão sócio-histórica da coletividade pelo viés social com a vivência do singular e individual. Para tanto, são bons

métodos as narrativas e relatos de vida, pois é possível formular a percepção do contexto social com o qual os sujeitos estão inseridos.

Uma entrevista aberta e aprofundada de qualidade é aquela que resulta em informações e reflexões novas, na maioria das vezes, sequer imaginadas pelo pesquisador. A riqueza dessa modalidade de entrevista é que ela fornece ao pesquisador os elementos importantes para a análise pelo cotejamento das ideias, informações e reflexões, também interpretações tecidas pelos próprios entrevistados (Rodrigues, 2008, p.108).

As características norteadoras da avaliação em profundidade são divididas em quatro eixos analíticos. O primeiro é o conteúdo da política ou programa, este contempla a formulação, bases de conceitos e coerência interna. O segundo é a trajetória institucional. O terceiro é o espectro temporal e territorial que abrange a política pública. Por fim, o quarto é a análise de contexto de formulação de política ou programa, estes dão o norte para a proposta da avaliação em profundidade (Rodrigues, 2008).

Gussi (2017) expande o conceito de trajetória: o autor explica que as relações entre as políticas públicas e as instituições têm múltiplos itinerários, considerando, assim, o deslocamento não linear das políticas entre as distintas posições dos atores e grupos sociais. As consequências disso são decisões tomadas analiticamente na avaliação em políticas públicas.

Avaliar perante uma abordagem antropológica implica, metodologicamente, uma compreensão da construção das trajetórias das políticas públicas e, para que isso ocorra, é indispensável um esforço analítico a partir da construção densa dessa trajetória. O eixo analítico da trajetória institucional é uma compreensão dos processos sociais, construindo uma assimilação do diálogo entre temporalidades e territorialidades, dando ênfase às dimensões histórica, coletiva e social da política pública (Gussi, 2017).

O presente trabalho analisa a trajetória do Portal Geledés, pois o PG é uma política pública que tem uma trajetória institucional crítica e de participação em defesa das mulheres negras. Investigando os eixos da avaliação em profundidade pode-se verificar as modificações interpretativas que vão acontecendo dentro e fora da instituição, ou seja, na comunidade *on-line* e no espaço urbano público.

A pesquisa será qualitativa, visto que é importante para o trabalho uma aproximação da totalidade das ações afirmativas trabalhadas pelo Portal Geledés, principalmente, nas questões de gênero e raça, em que há um universo de significados que não podem ser quantificados.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser qualificado. Ou seja, ela trabalha com um universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que responde a um espaço mais profundo das relações, dos processos, e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 1994, p. 21).

Segundo Goaday (1995) o conteúdo das observações da pesquisa qualitativa deve conter uma parte mais descritiva e outra mais reflexiva. É essencial ter a descrição dos sujeitos, reconstrução dos diálogos (registrar citações úteis para a análise da pesquisa, bem como interpretar e apresentar dados), descrição dos locais, descrição dos eventos especiais (atividades gerais). Já nas reflexões analíticas, estão os temas emergências das categorias teóricas, reflexões metodológicas e mudança de perspectivas

As pesquisas qualitativas virtuais, destacaram-se na pandemia, despertando em vários pesquisadores novas formas de ressignificar a pesquisa, no ambiente pandêmico houve um aumento das relações sociais na esfera *on-line* para além da família. Um dos pontos fortes da pesquisa virtual é uma maior abrangência geográfica com inclusão de pessoas de diversos lugares e economia de recursos financeiros e redução do tempo de coleta de dados (Schmidt, Palazzi, Piccinini, 2020).

Para as compreensões culturais tênues dos grupos sociais que frequentemente são o objeto da netnografia, a entrevista em profundidade tem papel fundamental nesta investigação. As entrevistas em profundidade revelam ao netnográfico um alargamento em sua percepção do que foi observado *on-line* (Kozinets, 2014).

Os múltiplos vínculos resultantes da netnografia tornam-se multiplicidade das relações sociais. Essas características derivam de uma medida essencial no estudo da etnografia *on-line*: a centralidade, que tem quatro subdivisões. A primeira, é a centralidade de grau que pondera os atores mais ativos e populares em uma comunidade eletrônica. A segunda é a centralidade de vetor, ela mede os vínculos fortes entre os nodos. A terceira é a centralidade de interposição, esta verifica a influência e poder de um ator. A última é a centralidade de proximidade, determina o alcance e acessibilidade da rede social analisada (Kozinets, 2014).

Ilustração 2 - Matriz categorias de análise teórica

OBJETIVO GERAL: é avaliar as estratégias de comunicação digital do Portal Geledés no fomento a políticas públicas antirracistas no Brasil		
CATEGORIAS DE ANÁLISE	DIMENSÃO AVALIATIVA	QUESTÃO A OBSERVAR EMPIRICAMENTE
(i) raça, racismo, movimento educador, movimento negro educador	Gomes (2012); Carneiro (2011); Gonzalez (2021); Ribeiro (2018);	Como a trajetória do movimento negro Educador proporciona uma democracia participativa nas políticas públicas?
(ii) Políticas públicas, população negra, movimento negro	Sodré (2006); Silva (2009), Rodrigues (2016);	Como o movimento negro Educador colabora para a efetivação e elaboração de políticas públicas antirracistas?
(iii) Colonialismo, colonialidade, ativismo digital	Gohn (2015; Castells (2013); Kozinets (2014).	Como o ativismo digital traz estratégias para um não colonialismo

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa avaliativa (2024).

A pesquisa considera o poder de representação emancipatório coletivo, cujas ações são resultantes das informações obtidas no Geledés. Por fim, o trabalho fará uma averiguação do alcance do portal, que tem como enfoque a cobertura local, regional e nacional.

3.2 Caracterização do universo, amostra e sujeitos da pesquisa avaliativa

De acordo com Marcone e Lakatos (2003), o universo da pesquisa é denominado pela área ou população/público-alvo, descrevendo a quantidade de pessoas que atuam na pesquisa. Dito isto, posteriormente será exemplificado o universo da pesquisa e os critérios escolhidos para amostra que se denomina como uma parte do conjunto de elementos pesquisados.

A coleta de dados da netnografia inclui três dimensões: dados arquivados, dados extraídos e os dados de notas de campo. A pesquisa terá foco na coleta de dados extraídos nas postagens do *Instagram* no Portal. A coleta de dados foi feita nos meses de março e novembro do ano de 2020 a 2023, os meses escolhidos são por conta do 8M e o 20 de novembro, esta dimensão cria uma conjunção com os membros da cultura por meio da interação pessoal comunal. Ou seja, os dados são coletados das postagens, comentários e entrevistas que são procedimentos comuns para extrair dados netnográficos. Existem duas formas de capturar os dados *on-line*, o primeiro é salvar o arquivo de modo legível no computador. O segundo é salvar a imagem da tela, podendo ser utilizados programas captura de tela como o Snagit

(Kozinets, 2014).

No universo amplo da pesquisa das postagens realizadas de 2020 a 2023 (meses de março e novembro), ao longo desses meses/anos as postagens obtiveram 355.119 curtidas e 3.354 comentários, todavia para uma análise densa foi necessário delimitar uma amostragem, disto isto, a análise e coleta de dados ficou das postagens desses meses/anos que obtiveram mais de 30 comentários sendo contabilizado textos e emojis, também foi delimitado postagens que mesmo com um quantitativos de comentários abaixo de 30 foram necessários na avaliação do Portal.

A rede social é um grupo de pessoas, conectadas por determinadas relações sociais, tais como parentesco, amizade, trabalho ou que tenham algum interesse comum. A rede é constituída por um conjunto de atores interligados por um conjunto de laços relacionais, os “nodos”, podendo ser equipes, pessoas, ideias e mensagens entre outras designações (Kozinets, 2014).

Os movimentos sociais em rede utilizam as ferramentas tecnológicas (*on-line*) para alinhar-se aos movimentos anticapitalistas, por exemplo, redes com temas específicos, como as das mulheres ou organizações que atuam sobre as questões de gênero, redes socioculturais com características étnicas, religiosas, procedentes de práticas sociais contemporâneas. Esses recursos trazem em seus participantes sentimentos de pertencimentos (Gohn, 2015).

As abordagens das redes sociais são abrangentes e postas para ajudar a compreender a interação entre redes de computadores, bem como as comunicações mediadas por um computador e as redes eletrônicas. Os analistas de redes sociais conceituam diversos recursos de comunicabilidade entre pessoas em comunidades, bem como culturas eletrônicas. Tais relações podem ser de áudio, fotográficas, textos, animações e audiovisuais. Também incluem compartilhamento de informações, discussões sobre os vários tipos de comportamentos, sejam eles emocionais, de trabalho, conselhos, amizades e ações na vida *on-line* ou *off-line* (Kozinets, 2014).

Os vínculos dos membros de comunidades eletrônicas podem incluir compartilhar uma fotografia, compartilhar um link de um blog, intercambiar histórias, adicionarem-se como amigos em um website de rede social, avisar um ao outro sobre um programa ou notícia interessante, oferecendo críticas, e assim por diante (Kozinets, 2014 p. 55).

Os vínculos entre os membros das comunidades em rede podem variar entre fortes

ou fracos. O primeiro, inclui combinações de intimidades, auto exibição, relações recíprocas, contato frequente e de afinidades. Já o vínculo fraco é aquele diálogo eventual ou irregular que tem pouca ligação emocional (Kozinets, 2014).

No Portal Geledés, os vínculos potentes estão entre as seguidoras e seguidores que frequentemente curtem, comentam e compartilham postagens do referido site. Já a conexão fraca, por outro lado, se dá nas seguidoras e seguidores que não interagem com nenhum conteúdo do site ou, se interagem, é um contato raro. Todavia, os contatos fracos entre as seguidoras do PG podem transformar-se em fortes, pois pode ocorrer de alguns artigos, postagens ou projetos em andamento levantarem curiosidades entre esses nodos de fracos vínculos, podendo, assim, gerar interesses que antes não eram comuns.

O PG, que foi criado em 30 de abril de 1988, é uma organização da sociedade civil que se posiciona em defesa das mulheres e das pessoas negras. É formado pelas ativistas Antonia Aparecida Quintão, presidenta do portal e professora que trabalha pesquisa sobre educação, interdisciplinaridade, raça e gênero; Sônia Nascimento - vice-presidenta - foi presidenta em duas gestões da ONG, é advogada e uma mulher negra que participou de vários cursos de capacitações sobre as lutas das pessoas negras; Nilza Iraci, que coordena a parte de advocacia e incidência política, associou-se a todas as Conferências da ONU e esteve presente nas lutas feministas e antirracistas nas três últimas décadas; Suelaine Carneiro, que é socióloga, faz parte do programa de educação no Instituto da Mulher Negra e utiliza da educação como direito básico (coordenadora de educação e pesquisa); Sueli Carneiro, Doutora em educação pela Universidade de São Paulo, ativista do movimento de mulheres negras desde o início das reivindicações é uma teórica de referência da temática de raça, gênero e classe - coordenadora de Difusão e Gestão da Memória Institucional; Maria Sylvia Aparecida, coordenadora de política de promoção da igualdade de gênero e raça; Natália Carneiro, coordenadora das Redes Sociais e da Comunicação Institucional e, por fim, Érica, coordenadora de gestão e administrativa e financeira (Portal Geledés, 2023).

O Portal Geledés é uma ONG de cunho político, em prol da defesa das mulheres negras e homens negros, uma vez que, em ambos os grupos, há desvantagens e discriminação social, fazendo com que eles necessitem de visibilidade. Existem várias formas de opressões que essas pessoas sofrem, como LGBTQA+fobia, preconceitos regionais, de religião, classe social, entre outros.

Vale ressaltar que as ativistas que exercem um papel de liderança do PG são mulheres negras, com uma trajetória acadêmica extensa e crítica, e um percurso histórico ativo do movimento feminista negro brasileiro. O Portal foi criado no mesmo ano que a

Constituição Federal, ou seja, foi resultante de lutas para a implementação de direitos sociais, civis e políticos.

O termo Geledés, que se pronuncia “Gueledé”, se refere a uma sociedade secreta feminina das comunidades tradicionais Yorubás. Essa comunidade representa o poder da fertilidade feminina sobre a terra, a procriação e o bem-estar dos seus integrantes. Geledés é, também, um festival anual que homenageia as mães, não pelo fato da maternidade, mas sim, por sua representatividade de anciãs. A cerimônia ocorre na época de seca (entre os meses de março e maio). No festival, os homens usam uma máscara/adorno na cabeça que não pode cobrir o rosto, para demonstrar o poder que as mulheres mais velhas têm (Portal Geledés, 2009).

Atualmente o *Instagram* do PG com o @portalgeledes, conta com 164 mil seguidores e faz postagens diariamente. O portal Geledés é uma rede social que proporciona uma análise crítica dos atores sociais (seguidoras do site, e se suas páginas no Facebook e *Instagram*), que formam uma rede de relações sociais via internet. Os nodos do Geledés são uma completude de pessoas e equipes de trabalho em prol das lutas com as quais o referido portal defende.

3.3 Procedimentos para a coleta de dados e para a análise dos dados

O método de levantamento de dados *on-line*, tornou-se um dos principais métodos de investigação, no qual se analisa uma ampla variedade de questões sociais que envolvem as comunidades eletrônicas. Existem dois tipos de levantamento de dados *on-line*, o primeiro é a exploração de tópicos dessas comunidades e quais características resultam das suas relações. O segundo, trata de outros tópicos que não estão diretamente relacionados a essas culturas virtuais ou comunidades, mas sim, subdivisões referentes aos membros de uma comunidade *on-line* (Kozinets, 2014).

São existentes três percursos na análise de dados qualitativa: o interpretativismo, a antropologia social e a pesquisa social e interpretativa. Para concretizar esses aspectos de análise de dados netnográficos, a pesquisa utilizará a interpretação hermenêutica, pois ela se aprofunda nos contextos sociais e históricos de dados para investigações de explicações, promovendo uma interpretação cultural densa e específica da comunidade *on-line* estudada (Kozinets, 2014).

Para a análise do Portal Geledés será feito um estudo descritivo, denso e profundo das postagens do *Instagram*, fazendo um recorte dos meses de março e novembro dos anos de

2020 a 2023. Após isso, será efetuada uma investigação de tópicos de levantamento de dados, pertinentes às seguidoras do Geledés.

Levantamentos *on-line* são, portanto, bons para pesquisas em culturas e comunidades *on-line* em que se quer: 1) tirar conclusões sobre o uso de comunidades eletrônicas que sejam representativas de uma determinada população [...]; 3) compreender atitudes expressas sobre comunidades *on-line* [...]; 5) obter uma ideia das correlações entre diversos valores, tais como dados demográficos, atitudes e uso de comunidade *on-line*; 6) obter uma ideia das atitudes e opiniões das pessoas sobre as comunidades *on-line* [...]; 8) aprender sobre as representações das pessoas sobre o que fazem, ou pretendem fazer, em relação a sua comunidade e atividade cultural *on-line* (Kozinets, 2014. p. 48).

Na netnografia, existem duas formas básicas para o armazenamento de dados *on-line* que são: salvar o arquivo em um modo legível em computador, ou em uma imagem visual da tela que aparece no momento que se vê os dados da rede social, (Kozinets, 2014).

Nesta pesquisa foram salvos em planilha no google drive dados das postagens, como: o dia, o link, número de curtidas, comentários, tema geral, e para verificar a postagem basta clicar no link, não apenas uma pessoa que esteja ou tenha a rede social do *Instagram*, mas qualquer pessoa com o acesso à internet ver a Ilustração 3:

Ilustração 3 - Demonstração de armazenamento de dados da pesquisa

02.03			
LINK: https://www.instagram.com/p/B9O5XYcB3R-/	CURTIDAS: 644	COMEN: 03	Largo de São Francisco da Prainha - CASA MARIELLE
08.03			
LINK: https://www.instagram.com/p/B9exwAuBWzf/	CURTIDAS: 564	COMEN: 02	VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E MUELHESRE NEGRA
LINK: https://www.instagram.com/p/B9exzspH-b/	CURTIDAS: 183	COMEN: 00	VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E MUELHESRE NEGRA
LINK: https://www.instagram.com/p/B9ex-CPBDbO/	CURTIDAS: 375	COMEN: 01	8M
09.03			
LINK: https://www.instagram.com/p/B9hFGcMBkch/?img_index=1	CURTIDAS: 1633	COMEN: 33	GRANDES NOMES NEGRAS NO CINEMA
LINK: https://www.instagram.com/p/B9hFSzOBFUa/?img_index=1	CURTIDAS: 399	COMEN: 06	GRANDES NOMES NEGRAS NO CINEMA
16.03			
LINK: https://www.instagram.com/p/B9y_mneqG2I/	CURTIDAS: 682	COMEN: 04	POPULAÇÃO NEGRA E O CORONA VÍRUS
20.03			
LINK: https://www.instagram.com/p/B99EUiaBse5/	CURTIDAS: 404	COMEN: 05	#MEMÓRIATEMCCR
LINK: https://www.instagram.com/p/B99GUFUBFTM/	CURTIDAS: 354	COMEN: 00	#MEMÓRIATEMCCR
LINK: https://www.instagram.com/p/B99LsdNh8Ya/	CURTIDAS: 596	COMEN: 01	#MEMÓRIATEMCCR
LINK: https://www.instagram.com/p/B99N-qUBi_T/	CURTIDAS: 409	COMEN: 01	#MEMÓRIATEMCCR
LINK: https://www.instagram.com/p/B99QQ7QB6ko/	CURTIDAS: 470	COMEN: 04	#MEMÓRIATEMCCR
LINK: https://www.instagram.com/p/B99U6iAhwH-/	CURTIDAS: 4.467	COMEN: 28	#MEMÓRIATEMCCR
LINK: https://www.instagram.com/p/B99WqvUBdZ/	CURTIDAS: 1045	COMEN: 05	#MEMÓRIATEMCCR
LINK: https://www.instagram.com/p/B99X06YBYFt/	CURTIDAS: 3.697	COMEN: 21	#MEMÓRIATEMCCR
+ ≡ LINKS 03.2020 ▾ LINKS 11.2020 ▾ LINKS 03.2021 ▾ LINKS 11.2021 ▾ LINKS 03.2022 ▾ LINKS 11.2022 ▾ LINKS 03.2023 ▾ LINKS 11.2023 ▾			

Fonte: Elaborado pela autora com base no armazenamento de dados da pesquisa (2024)

O levantamento *on-line* do Portal Geledés analisará como a rede social representa as mulheres negras e simultaneamente fará a apreensão de descrições densas das seguidoras,

bem como analisará como o Portal influencia no movimento antirracista no Brasil. A pesquisa busca verificar o alcance do Geledés na sociedade em rede, porém, com foco na abrangência nacional, a fim de refletir quais as postagens e interações são as mais populares, bem como estudar as possíveis relações de vínculos sólidos entre as ativistas. Tais ações serão descritas com detalhes no diário de campo.

De acordo com Kozinets (2014), a netnografia adapta os procedimentos etnográficos comuns de observação participante às contingências peculiares da interação social mediada por computador, utilizando essas interações como fonte de dados para chegar à compreensão e à representação etnográfica de um fenômeno cultural. Assim como toda pesquisa empírica, a netnografia é caracterizada por cinco grandes etapas, que compreendem: definição das questões de pesquisa; identificação e seleção da parcela da internet que será estudada; a entrada no campo, que é marcada pela observação participante ou não, além da coleta de dados; análise e interpretação dos dados produzidos e, por fim, a redação e o relato dos resultados de pesquisa, articulando-os à teoria. (Soares; Stengel, p. 4).

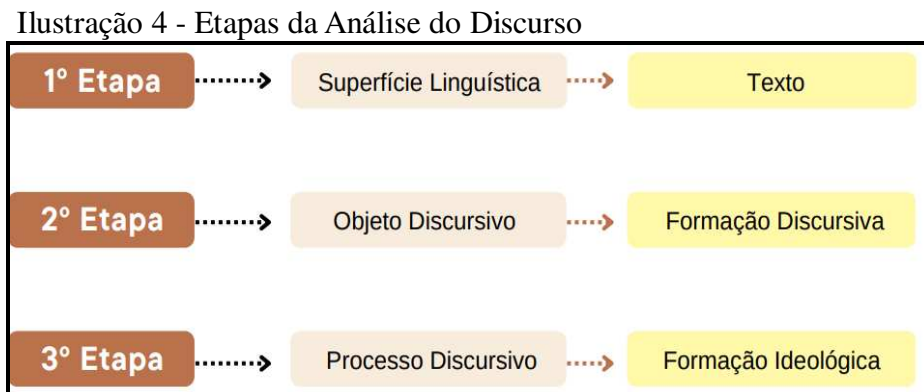
A análise dos dados ao utilizar a interpretação hermenêutica, localizaremos um padrão de dados no PG e, após isso, compararemos o contraste de informações obtidas das postagens feitas pelo Portal e os vínculos existentes nas relações sociais das seguidoras. Isso ocorreu com questionamentos sobre os significados das postagens: por que o autor postou? O que ele quis comunicar? Ao que eles estão se referindo para além das palavras? Por que este determinado conteúdo está sendo transmitido nessa rede social (PG)?

Posteriormente, foi utilizada a Análise Temática, descrita como a descoberta de agrupamentos de sentidos expressos no ato de comunicação dos participantes, cuja presença frequente destes pode significar algo importante para o entendimento do objeto em investigação (Minayo, 2013).

Outro aspecto da investigação de dados é que a pesquisa aborda a ideia de percurso, o curso e movimento, sendo assim, o discurso é a palavra prática da linguagem e da memória, levando em consideração o trabalho simbólico constitutivo do sujeito. As interpretações dos discursos emanam uma mediação necessária entre o homem e as realidades natural e social. Essa mediação discursiva torna possível a continuidade, o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive (Orlandi, 2005).

A Análise do Discurso (AD) quanto à natureza da linguagem interessa-se por práticas discursivas de diversas formas como: imagem, som, letra. Na AD o que interessa não é a organização linguística do texto, mas sim como o texto escrito/falado se organiza com a linguagem significativa do sujeito em sua relação com o mundo, ou seja, na natureza linguística histórica. Posto isto, a AD é feita não sobre o texto, mas sobre o discurso e para

isto AD tem três etapas (Orlandi, 2009). Como demonstrado abaixo:



Fonte: Orlandi (2009).

Na primeira etapa da AD o analista busca na discursividade a natureza linguística enunciativa, e desfaz a ilusão que aquilo, só pode ser dito daquela maneira, desnaturalizando a relação palavra coisa, na segunda etapa a partir do objeto discursivo o analista vai procurar relacionar as formações discursivas distintas com a formação ideológica que guia essas relações (Orlandi, 2006).

Outro método utilizado na pesquisa é a análise do silêncio, do dito não dito. De acordo com Orlandi (2007), o não dito tem relação direta com o não dito, isto deve ser acolhido na metodologia e posto em prática na análise, tratar o não dito como AD, o silêncio como horizonte e fundador que indica que o silêncio pode ser sempre outro (Orlandi, 2007).

A análise de dados netnográficos deve incluir os aspectos, visuais, de áudios, audiovisuais e gráficos de dados da comunidade *on-line*. Diversos aspectos podem ser utilizados para a análise de dados como imagens gráficas em movimentos, *emojicons* (emojis), os usos de cor, tipo de fonte e layouts de páginas e mensagens (Kozinets, 2014).

O PG está atrelado à linguagem e à memória da trajetória do portal, bem como, às relações existentes entre as seguidoras na esfera *on-line* e no espaço público urbano. A análise do discurso, ao priorizar a interpretação do sujeito, é um eixo metodológico que se alinha com a pesquisa netnográfica. Ao fazer a análise minuciosa das postagens e do discurso feito pelos nodos nos comentários, utilizaremos a análise de discurso buscando compreender a história e memória do objeto da pesquisa.

O lócus da pesquisa é a análise e coleta de dados netnográficos do Portal Geledés, feita primeiramente com as ativistas do PG, depois com suas seguidoras. O Geledés é uma rede social de cunho político em defesa das mulheres negras. O portal é uma ONG situada em São Paulo, criada em 1988. A pesquisa netnográfica será efetuada com a análise das

postagens, artigos e entrevistas com as ativistas do portal que aplicam o ativismo digital representado pelo Geledés.

4 AVALIANDO EM PROFUNDIDADE O PORTAL GELEDÉS

4.1 Analisando o conteúdo das políticas públicas articuladas pelo Portal Geledés

Nesta seção será embasada nas teorias afro-centrais da pesquisa e dos dados coletados do Portal do Portal Geledés para que adiante seja esplanada a discussão dos resultados. A discussão do Portal Geledés está utilizando os eixos da avaliação em profundidade, buscando compreender a historicidade do Geledés, contexto sócio-histórico que as ativistas estavam e que observaram a relevância do PG na nova estrutura do século XXI para a nova demanda dos movimentos sociais, mas agora na esfera *on-line*. Também constará as legislações, pesquisas e teorias que o Portal utiliza para ser um movimento social em rede antirracista, bem como os projetos e programas para a efetivação de políticas públicas para o combate do racismo no Brasil.

De acordo com Rodrigues (2008), a análise de conteúdo é a formulação dos objetivos, critérios, dinâmica de implementação, acompanhamento e avaliação. As Bases Conceituais podem ser paradigmas orientadores, concepções e valores expressos em conceitos centrais que denomina a política pública e a coerência encontra-se nas bases conceituais, na forma de implementação, já os critérios estabelecidos para o seu acompanhamento são os dados estatísticos entre outros.

Livros, artigos, portais virtuais, dados estáticos, postagens do Portal Geledés, postagens dos sites de sindicatos e a Legislação brasileira, acervo e memorial do Portal serviram para a análise da pesquisa neste primeiro momento.

O Portal Geledés é fruto da luta coletiva do MN e foi inaugurado em 1988, no mesmo período em que os movimentos sociais se destacavam pela luta da redemocratização do país, ao mesmo tempo que o MN ia conquistando espaço nas suas lutas, o Geledés também participava ativamente desses movimentos no espaço urbano público. Então, para ser aplicada a AP no eixo do conteúdo e contexto da política em questão, é essencial fazer uma explanação das reivindicações e conquistas do MN.

De acordo com Gonzalez (1982), com o golpe militar de 1964, um novo modelo econômico começou a ser instalado no Brasil, nas medidas da ditadura militar, entre elas destacou-se a violência policial que usava de sua total força para ir contra a população negra. Houve também a proibição de pensadores e iam contra o regime ditatorial, sendo assim, as elites negras foram desarticuladas no golpe de 1964, exílio de vários teóricos negros, como Abdias Nascimento. A retomada da arte pelo teatro negro, vinculado ao Movimento

Negro (MN) em 1970 - Centro Cultural e arte Negra (CECAM), foi um “grito” para as comemorações do 13 de maio para o 20 de novembro, alerta geral do Grupo de palmares. Em junho de 1978, o Movimento Negro Unificado (MNU) mobilizava-se contra a discriminação Racial. As atividades do MNU denunciaram em seu primeiro ano de existência vários casos de violência policial e o enterro da Lei Afonso Arinos¹¹ e realização do 20 de novembro em várias capitais do Brasil.

De acordo com Silvério e Trindade (2020), as ações do movimento negro levaram a participação ativa na construção da agenda normativa de reconhecimento da diversidade étnica e racial no Brasil, o movimento social também luta por uma educação igual para todos os cidadãos, esta mesma reivindicação foi objeto de estudo e debate na Convenção Nacional do Negro Brasileiro que ocorreu em 1945 e 1946 - São Paulo e Rio de Janeiro e a temática da educação foi iniciada em 1950 no I Congresso Negro Brasileiro. O objeto de pesquisa no MN foi interrompido e profundamente questionado no golpe militar de 1964, com a constituinte de 1987 o MN veio com demandas que fundamentadas do movimento feminista, especialmente do movimento feminista negro e da agenda internacional de direitos humanos.

De acordo com Rodrigues (2021), em 1975, na Associação de Imprensa, para o Congresso de Mulheres Brasileiras na solenidade pelo Ano Internacional da Mulher Negra, Lélia Gonzalez e suas companheiras de luta apresentaram o documento no qual caracterizavam a situação de opressão e exploração da mulher negra. O Manifesto das Mulheres Negras foi o primeiro de uma série de posicionamentos formais de feministas negras contra o que denominavam de “feminismo branco hegemônico”. Nos anos seguintes houve a fundação de vários grupos, entre eles o Geledés. Em 1990, a partir de contatos obtidos em eventos e reivindicações, o PG estabeleceu parcerias com algumas organizações internacionais como: *International Women’s Health Coalition*, a Fundação MacArthur e a Fundação Ford, *Bank of Boston Foundation*.

O MN foi e ainda é essencial na luta contra o racismo, seja no espaço virtual ou no espaço público urbano, entre algumas Legislações na luta pela igualdade racial do Brasil. A seguir, o quadro de marcos legais do MN e posteriormente algumas postagens do Geledés e as

¹¹ A lei tinha “baixo impacto”. “Se a pessoa fosse pega num contexto discriminatório, pagava-se uma fiança e ela era liberada. O ‘custo’ da discriminação era baixíssimo”, contextualiza ela. “[Ao contrário de hoje], antes se podia pagar, [o crime] podia prescrever, e a pessoa não era presa.” O historiador Domingues reconhece que a lei teve o mérito de “tipificar o preconceito racial como crime de contravenção penal” e de “criar a figura jurídica do negro” — mas “o dispositivo legal não teve eficácia na prática”. “[A lei] vigorou de 1951 a 1989, mas são raríssimos os casos conhecidos de processos e condenações com base na lei”, ressalta. (Geledés, 2021).

relações sociais existentes nas mesmas, que demonstram que o movimento social em rede ainda continua ativo na lata antirracista, seja na esfera *on-line* ou não.

Ilustração 5 - Marcos legais frutos de reivindicações do Movimento Negro

APOORTE LEGISLATIVO	ARTIGOS	GOVERNO
Constituição de 88	<p>Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.</p> <p>§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.</p> <p>§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.</p> <p>§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)</p> <p>I defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)</p> <p>II produção, promoção e difusão de bens culturais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)</p> <p>III formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)</p> <p>IV democratização do acesso aos bens de cultura; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)</p> <p>V valorização da diversidade étnica e regional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)</p>	José Sarney
Política Nacional de Igualdade Racial	A Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, instituída por meio do Decreto nº 4.886/2003, tem como objetivo a redução das desigualdades raciais no Brasil, com ênfase na população negra, mediante a realização de ações exequíveis a longo, médio e curto prazos, com reconhecimento das demandas mais imediatas, bem como das áreas de atuação prioritária.	Lula da Silva
Lei 12.288	<p>Art. 1º Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.</p> <p>E A LEI COMO UM TODO</p>	Lula da Silva

LEI 7.716 LEI 12.735	Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. <u>(Redação dada pela Lei nº 9.459, de 15/05/97)</u> Art. 2º <u>(Vetado)</u> . Art. 2º-A Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, em razão de raça, cor, etnia ou procedência Nacional	José Sarney e Dilma Rousseff
-------------------------	---	------------------------------------

Fonte: Elaborado pela autora baseado no marco Legislativo feito pelo Movimento Negro (2024).

A análise de conteúdo na avaliação em profundidade tem como objetivo investigar de forma sistemática, objetiva e detalhada os elementos subjacentes a um texto, discurso ou material, buscando identificar significados e estruturas que possam não ser evidentes à primeira vista. Quando se relaciona este eixo da avaliação em profundidade com as leis antirracistas e a Política Nacional de Igualdade Racial, podemos identificar algumas formas de construir essa ponte.

Na Lei 7.716 tem em seu foco principal identificação de expressões, frases, imagens e outras formas de comunicação que possam expressar racismo, discriminação ou preconceito, muitas vezes mascaradas em discursos que aparentemente são neutros. ao utilizar a avaliação em profundidade no Portal Geledés a pesquisa investigou, o uso de expressões racistas em comentários negativos contrários aos ideais antirracistas do Portal, também avaliou como a Portal faz combater os crimes raciais e se há uma banalização da sociedade brasileira em relação aos crimes raciais ou uma tendência em minimizar as punições previstas na lei.

Na Lei de crimes cibernéticos é crucial identificar e mapear manifestações racistas na internet. Essa análise pode examinar não apenas a presença explícita de discursos de ódio, mas também formas mais sutis de discriminação digital, como memes e *hashtags*.

Na análise da Política Nacional de Igualdade Racial foi evidenciado a inclusão racial e combate do racismo estrutural. Avalia-se o conteúdo produzido pelo governo, ONGs ou instituições educativas tendo o foco no Portal Geledés.

De acordo com Brasil (1988), o Artigo 215 afirma que: O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, apoiando e incentivando a valorização e a difusão das manifestações culturais. O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, bem como de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. O artigo também prevê a promoção de medidas para o acesso democrático aos bens culturais e destaca a função social da cultura. O

artigo reflete o compromisso de democratizar o acesso à cultura, reconhecendo-a como um direito essencial para o desenvolvimento humano e social. Isso amplia o conceito de cidadania ao incorporar a cultura como um direito constitucional básico.

A ênfase na proteção das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras demonstram um compromisso com a inclusão e a valorização da diversidade cultural. Além dos direitos mencionados acima, o artigo 215 também delega ao Estado a responsabilidade de incentivar e apoiar a produção cultural. Isso inclui políticas de financiamento, como a Lei Rouanet, e a criação de espaços culturais públicos.

Avaliar como o Estado promove a cultura, alocando recursos e fomentando projetos, é crucial para entender a eficácia dessa disposição constitucional. A proteção das manifestações culturais e do patrimônio material e imaterial é uma responsabilidade do Estado que visa a preservação histórica e a continuidade cultural. Isso inclui ações de tombamento de patrimônio cultural, museus, centros de memória, e apoio a festas e tradições populares. Todavia, apesar das garantias constitucionais, o acesso aos direitos culturais ainda é desigual (Carneiro, 2011).

Sendo assim, diversas comunidades, especialmente em regiões periféricas e rurais, têm dificuldade de acesso aos bens culturais. A implementação do Artigo 215 enfrenta o desafio de garantir que esses direitos cheguem a todos. O Artigo 215 representa a inclusão da cultura no Brasil, estabelecendo uma base jurídica sólida para a valorização, preservação e disseminação da diversidade cultural do país. Ele serve como um guia para políticas culturais e reflete o entendimento de que a cultura é fundamental para o desenvolvimento social e humano.

De acordo com Ministério da Educação (2013), a incorporação dos direitos culturais no ambiente educacional é fundamental para o desenvolvimento de uma cidadania cultural consciente. O ensino de história, arte e manifestações culturais populares nas escolas ajuda a promover o respeito à diversidade e fortalece a identidade cultural. Programas que incentivam o acesso a práticas artísticas e culturais nas escolas são uma forma de democratizar a cultura, pois expõem as novas gerações às expressões culturais e criam públicos futuros para as artes. Com a evolução tecnológica, o setor cultural precisa se adaptar, e o Estado deve investir em capacitações que preparem os profissionais da cultura para essas mudanças. Essa adaptação permite que a produção cultural chegue a públicos maiores e mais diversos.

Fortalecer políticas culturais que descentralizam o acesso à cultura e aloque recursos em diferentes regiões do Brasil é uma meta essencial para que os direitos culturais

sejam exercidos por todas as comunidades, especialmente o acesso às culturas de matrizes africanas e dos povos tradicionais.

O Portal Geledés é um dos principais movimentos sociais do ativismo digital voltado à promoção dos direitos das mulheres negras e à luta antirracista no Brasil. Ele atua disseminando informações sobre racismo, direitos humanos, questões de gênero, saúde e educação, nas ações afirmativas e na visibilidade da população negra, especialmente as mulheres negras. O PG é um espaço de debates sobre as ações afirmativas, isto acontece quando o Portal divulgou outras instituições e movimentos sociais antirracistas e ao publicar matérias e projetos autorais que visam a coletividade e a luta antirracista, um exemplo é o Coluna Nossas Histórias. A pesquisadora observou nas postagens analisadas que o portal diariamente publica artigos e notícias sobre casos de racismo no Brasil e na esfera global foi afirmado que o PG verifica a aplicação da Lei de Crimes Raciais, principalmente com o SOS Racismo. É na prática cotidiano que o Portal efetiva as legislações exemplificadas acima, quando o mesmo denuncia perfis tanto na esfera *on-line* quanto no espaço urbano público, buscando responsabilizar os autores dos crimes.

De acordo com Ribeiro e Castro (2024), Lula no início de seu primeiro mandato reconheceu a gravidade dos problemas sociais enfrentados pela sociedade brasileira, apontou em seus discursos diversas bandeiras progressistas como: o combate à fome; combate ao racismo e às desigualdades raciais, crescimento da taxa de cobertura da previdência e aprofundamento nas áreas da Assistência Social e Saúde.

De acordo com Brasil (2010), A Política Nacional de Igualdade Racial (PNIR) é um conjunto de diretrizes e ações determinadas pelo Estado brasileiro para promover a igualdade racial e combater o racismo e a discriminação racial no país. Instituída pela Lei 12.288 de 20 de julho de 2010, que criou o Estatuto da Igualdade Racial a mesa promove garantia de direitos e cria oportunidades para grupos raciais historicamente marginalizados, especialmente a população negra e os povos indígenas. O objetivo principal objetivo da política é combater a discriminação racial para a promoção à inclusão e a igualdade para pessoas de grupos raciais que enfrentam dificuldades socioeconômicas devido a fatores históricos e estruturais.

A PNIR destina-se a garantir o acesso igualitário à educação, emprego, saúde, cultura e segurança. A PNIR surge em um contexto de longa história de exclusão racial no Brasil, marcada pela escravidão e discriminação sistemática. O reconhecimento do racismo como barreira estrutural à igualdade social e econômica foi essencial para a criação de políticas públicas específicas que promovam a inclusão. (Geledés, 2020).

A política pública em questão tem a seguinte Instituições para a promoção de uma política pública antirracista no Brasil: de acordo com Brasil (2010), a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR) foi criada para coordenar e implementar o PNIR, a SEPPPIR lidera iniciativas, articula ações interministeriais e propõe políticas públicas voltadas à igualdade racial; Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR) é composto por representantes do governo e da sociedade civil, e tem como função acompanhar, avaliar e fiscalizar as ações do PNI.O Estatuto atua como base jurídica para a implementação do PNIR e formalizar o compromisso do Estado brasileiro com a igualdade racial; e o Planos de Ação Integrados : A PNIR estabelece que os órgãos públicos criem e implementem planos de ação para promover a igualdade racial, com foco específico em setores como educação, saúde e trabalho.

De acordo Geledés (2022), a implementação e efetivação das políticas de igualdade racial requer financiamento constante, mas em tempos de crise econômica, o orçamento destinado ao PNIR é um dos primeiros a sofrer cortes, o que afeta diretamente a continuidade dos programas. O PNIR ainda enfrentou resistência por parte de setores da sociedade que questionam a necessidade de ações afirmativas, como as cotas raciais. O combate a essa resistência requer campanhas de conscientização e educação para clara a importância da política.

De acordo com Geledés (2023), as políticas de ações afirmativas, como as cotas raciais, aumentaram o número de estudantes negros nas universidades. Essa conquista representa um avanço importante para a inclusão social e para a igualdade de oportunidades.

Sendo assim, à luz das teorias de Gonzalez e Sueli Carneiro a Política Nacional de Igualdade Racial é essencial para o combate ao racismo estrutural e promover uma transformação significativa no acesso à cultura, no incentivo à representatividade e na descentralização dos recursos. Sua prática evidencia a importância de incluir as vozes e as vivências negras e periféricas nas manifestações culturais como protagonistas. Assim, a PNIR, ao investir em políticas culturais inclusivas e descentralizadas, é um poderoso instrumento para o fortalecimento e a autonomia das populações afrodescendentes e periféricas no Brasil.

De acordo com Brasil (1989), a Lei 7.716, é conhecida como Lei de Prevenção e Combate ao Racismo e à Discriminação. Ela define e pune crimes decorrentes de preconceito de raça ou cor, sendo posteriormente ampliada para incluir discriminação por etnia, religião ou origem nacional. A Lei 7.716 define práticas discriminatórias como crimes. Isso inclui a negação de acesso a serviços e locais públicos, impedimento de contratação no emprego, recusas injustificadas de assistência médica, entre outros atos discriminatórios. Com a

inclusão do racismo como crime inafiançável e imprescritível na Constituição de 1988, a Lei 7.716 fortalece essa postura ao definir sanções penais específicas para práticas racistas. A referida Lei representa um avanço importante para a sociedade brasileira, pois oferece um respaldo legal contra práticas racistas. Ela é fundamental para combater a discriminação racial e promover a igualdade na sociedade brasileira.

De acordo com Geledés (2023), casos de racismo e discriminação muitas vezes são subnotificados, e é comum que a discriminação ocorra de forma impune, dificultando a aplicação legal. Além disso, a falta de treinamento e de conhecimento sobre a lei entre agentes do sistema judicial pode dificultar a tolerância adequada dos crimes de discriminação.

A Lei 7.716 foi uma das primeiras legislações no Brasil a considerar e combater o racismo como um crime. Surgiu em um contexto de necessidade crescente de medidas contra o preconceito racial e religioso, refletindo o compromisso do país com os direitos humanos após a redemocratização. O fortalecimento da efetivação da lei, o combate ao racismo estrutural e a promoção de campanhas de conscientização são medidas adicionais possíveis para garantir a efetividade da legislação.

A Lei 12.735, promulgada em 30 de novembro de 2012, dispõe sobre a inclusão de crimes digitais no Código Penal, sendo conhecida como a Lei de Crimes Cibernéticos. Essa lei tornou o Brasil um dos primeiros países a regulamentar a segurança no ambiente virtual e a punir atos criminosos no espaço digital. A Lei 12.735 criminaliza a invasão de dispositivos informáticos, como computadores, celulares e tablets, com o objetivo de obter, adulterar ou destruir dados e informações, ou instalar programas que não efetivem os direitos dos cidadãos (Brasil, 2012).

A luz de Faustino e Lippold (2023), a promulgação da Lei 12.735/2012 reflete a crescente incidência de crimes cibernéticos no Brasil, acompanhando o aumento da conectividade e da dependência da internet para atividades pessoais, comerciais e administrativas. A lei visa criar mecanismos específicos para prevenir, investigar e punir crimes cibernéticos, abordando questões como fraudes digitais, invasão de dispositivos, violação de dados e outros crimes eletrônicos. A legislação impulsionou campanhas de conscientização sobre segurança digital, incentivando empresas e usuários a adotarem medidas preventivas para proteger seus dispositivos e informações.

Com o avanço da tecnologia e o surgimento de novas formas de crimes digitais, é provável que a Lei 12.735 precise de atualizações. Crimes raciais na esfera digital vêm crescendo, com isto a referida lei necessita de uma atualização para conseguir efetivar a criminalização dos crimes cibernéticos no Brasil. Um dos maiores desafios na aplicação da

Lei 12.735 é a dificuldade em rastrear e identificar crimes cibernéticos, que utilizam diversas ferramentas para ocultar sua identidade.

O Geledés um papel significativo na elaboração e apoio de políticas e leis antirracistas no Brasil, incluindo iniciativas que influenciaram a criação de dispositivos legais como a Lei nº 7.716/1989 e o fortalecimento de legislações posteriores relacionadas ao combate ao racismo e à discriminação. A Lei 7.716/1989, que criminaliza práticas de discriminação racial, foi influenciada por um contexto social no qual organizações como o Geledés desempenharam um papel fundamental ao denunciar práticas racistas e ao defender a criação de uma legislação mais rigorosa contra o racismo. Durante as décadas de 1980 e 1990, o Geledés, junto com outras organizações do movimento negro, como o Movimento Negro Unificado (MNU), se envolveu ativamente em debates públicos, seminários e discussões legislativas que visavam enfrentar o racismo estrutural e exigir mecanismos legais de proteção (Geledés, 2020).

De acordo Geledés (2020), ao longo dos anos, o Geledés continuou a pressionar por avanços na legislação antirracista, o que contribuiu para aprimoramentos e inclusões na Lei nº 7.716/1989 e para o desenvolvimento de outras leis voltadas para a promoção da igualdade racial. Sua atuação foi determinante na implementação do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010), que consolidou direitos e políticas para combater o racismo e promover a inclusão da população negra em diversas esferas, incluindo educação, saúde e cultura. O Geledés também desempenhou um papel relevante no contexto da Lei 12.735/2012, que criminaliza crimes cibernéticos, incluindo manifestações de discriminação racial na internet.

O instituto é pioneiro em alertar sobre o racismo digital e a violência virtual sofrida por pessoas negras, especialmente mulheres, ao denunciar casos e promover campanhas de conscientização. Embora o Geledés não tenha elaborado diretamente essa lei, seu trabalho constante na conscientização sobre o racismo digital ajudou a destacar a importância de um combate legal ao racismo nas plataformas digitais. No caso do Estatuto da Igualdade Racial, o Geledés esteve diretamente envolvido na articulação e na mobilização para a formulação desse marco legislativo, colaborando com outras entidades e líderes para consolidar direitos sociais e econômicos para a população negra. O Estatuto representa o acúmulo de décadas de trabalho de organizações como o Geledés, que buscam transformar a igualdade racial em uma política de Estado. A atuação do Geledés – Instituto da Mulher Negra foi crucial para a criação e fortalecimento de leis antirracistas no Brasil. Sua influência e representação se estendeu desde a Lei 7.716/1989 até a participação ativa na consolidação do

Estatuto da Igualdade Racial e na conscientização sobre o racismo digital, abordado na Lei 12.735/2012. A presença do Geledés nessas esferas legislativas exemplifica o papel das organizações civis na transformação de demandas sociais em direitos garantidos.

O Geledés tem um papel significativo na elaboração e apoio de políticas e leis antirracistas no Brasil, incluindo iniciativas que influenciaram a criação de dispositivos legais como a Lei nº 7.716/1989 e o fortalecimento de legislações posteriores relacionadas ao combate ao racismo e à discriminação. A Lei 7.716/1989, que criminaliza práticas de discriminação racial, foi influenciada por um contexto social no qual organizações como o Geledés desempenharam um papel fundamental ao denunciar práticas racistas e ao defender a criação de uma legislação mais rigorosa contra o racismo. Durante as décadas de 1980 e 1990, o Geledés, junto com outras organizações do movimento negro, como o Movimento Negro Unificado (MNU), se envolveu ativamente em debates públicos, seminários e discussões legislativas que visavam enfrentar o racismo estrutural e exigir mecanismos legais de proteção (Geledés, 2020).

A participação direta do Geledés na luta antirracista desde a redemocratização do Brasil até os dias atuais. A atuação do Geledés nas Legislações enfatiza que a análise de conteúdo foi bem representada e reafirmada pelas reivindicações centrais do MN ressignificando-se para a esfera *on-line* e contribuindo para um ativismo digital antirracista, sólido e democrático.

Gomes (2019) e Gonzalez (2021) destacam o Movimento Negro Educador (MNE) como um ator político e pedagógico que ressignifica a raça como uma ferramenta emancipatória. Gonzalez (2021) também reforça a centralidade das mulheres negras na luta contra a opressão de gênero e raça, apontando para a dupla militância como um desafio histórico.

O Portal Geledés se insere como um prolongamento virtual do MNE, difundindo narrativas que emancipam mulheres negras e promovem a interseccionalidade. A análise de suas postagens no *Instagram* revela uma preocupação em abordar de maneira integrada as questões de raça, gênero e classe, em consonância com as ideias de Gomes (2019). Além disso, as campanhas antirracistas e feministas realizadas pelo Portal materializam a teoria de Gonzalez (2021), ao enfrentar a dupla opressão vivida por mulheres negras, incluindo racismo e sexismo.

Os resultados da análise de conteúdo indicam que o Portal Geledés incorpora a pedagogia antirracista ao dialogar com as estratégias do Movimento Negro Educador (MNE). Gomes (2019) e Gonzalez (2021) destacam que a politização da raça é um ponto central para

a emancipação da população negra.

4.2 Analisando o Contexto das políticas articuladas pelo Portal Geledés

Geledés participou ativamente na luta antirracista no Brasil o resultado foi a dedicação de projetos, programas, políticas públicas e iniciativas para o combate do racismo estrutural, um dos projetos que me chamou atenção é SOS Racismo. De acordo com o Geledés (2009) o SOS Racismo é:

O SOS-Racismo – Assessoria Jurídica em Casos de Discriminação Racial originou-se como a Seção Brasileira do SOS Racismo da França integrando o Programa de Direitos Humanos do Geledés – Instituto da Mulher Negra com os seguintes objetivos. 1 - Receber denúncias de discriminação racial sofridas por qualquer pessoa. 2 - O SOS-Racismo representa a vítima de discriminação racial junto ao Poder Judiciário. 3 - Orientar a vítima para obtenção de provas e testemunhas que possam caracterizar a ocorrência do crime. 4 - Contribuir para a formulação de legislação específica, que proteja os direitos humanos e civis dos grupos discriminados sexual e racialmente. 5 - Introduzir no processo judicial a discussão política-jurídica da questão racial no Brasil, porque a imagem social do negro identificada à marginalidade interfere negativamente no julgamento e na fixação da pena. 6 - Encaminhar para outros serviços ou instituições os casos que estejam fora de sua competência. 7 - Estimular a criação de serviços SOS-Racismo em todo o país.

No dia 1 de abril de 2020 foi julgado um dos primeiros casos do SOS Racismo, na postagem do *Instagram* as vítimas deram o testemunho de como tudo aconteceu e como eles enxergavam aquela situação, sendo homens negros e da periferia. A postagem obteve 534 curtidas e 8 comentários, um deles foi o comentário de Girassol 01 de abril/2020, mulher negra residente da Bahia que interagiu: “Só desumanização para nós!” e muitos outros nodos comentaram, todavia, para a disseminação do letramento racial é necessário que pessoas brancas também tenham conhecimento dos relatos e dos crimes raciais persistentes na sociedade. O Girassol 02 de abril/2020 comentou no post: “É muito revoltante! Fica um nó na garganta depois de ouvir os relatos. Até qdo?! Só gratidão e parabenização pelos trabalhos @portalgeledes !”, é evidente observar na postagem e nos relatos das vítimas no vídeo do Portal o quanto o racismo está estruturado na sociedade brasileira, sendo assim, é essencial políticas públicas de ações afirmativas como o #memóriatemcor para o combate de práticas racistas. No vídeo referente a postagem, Elias Silva, uma das vítimas do crime na época, relata que para ele, 14 tiros em uma abordagem policial é tentativa de homicídio, ele explicou a forma como o policial olhou para a vítima, "com sede me matar".

O racismo estrutural influencia as políticas de segurança pública e criminalização

no Brasil, há uma persistência histórica do controle racial desde o período colonial até os dias atuais. As operações policiais nas favelas do Rio de Janeiro resultam em altos índices de letalidade, especialmente de jovens negros. Existe uma "estatização da morte" através do aparato de segurança pública, legitimada por discursos racistas, o racismo estrutural molda as políticas de segurança pública no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro, resultando na criminalização e morte de jovens negros em favelas. Sendo assim, é necessária uma abordagem antirracista na criminologia e nas políticas de segurança para enfrentar esse problema histórico e persistente (Silva; Bicalho, 2023).

Entre os primeiros programas desenvolvidos por Geledés no enfrentamento desta questão está o programa SOS Racismo, de assistência legal para vítimas de racismo. Entre os casos atendidos pelos advogados do SOS Racismo, está o dos jovens Elias, Sidney e David, que frequentavam o projeto Rappers do Geledés. Em 1998, eles foram alvejados por policiais de uma viatura na rodovia Dutra ao voltar do Rio de Janeiro para São Paulo, após uma apresentação. Como relata o advogado de Geledés Rodnei Jericó, “assustados, eles imprimiram maior velocidade no carro, que foi alvejado nos pneus e colidiu em uma coluna de viaduto da rodovia. Sidney recebeu um tiro em uma das pernas, e os outros dois amigos só não foram alvejados por pura sorte ou desejo divino, pois foram 14 tiros no veículo”. Os agentes policiais alegaram, como sempre, abordagem de suspeitos de criminalidade. O inquérito policial não andou, no entanto, o SOS Racismo abriu procedimento administrativo na corregedoria da polícia federal rodoviária. Após todos esses anos, o processo foi julgado em agosto de 2019, condenando a União ao pagamento de indenizações.

O “Memória Tem Cor” é uma campanha sobre o genocídio da população negra, que ocorreu no *Twitter* dia 20 de março de 2020. Com as *hashtag* #MEMÓRIATEMCOR e #23MINUTOS, o Portal discutiu a violência que atinge jovens e homens negres, estes atingidos com maior intensidade, a campanha teve como objetivo principal o debate para a conscientização, denúncia e alegação de genocídio que impacta a população negra.

Nascimento (1978) afirma que a democracia racial é uma metáfora perfeita para demonstrar que o racismo no Brasil é institucionalizado pelo Estado nos níveis oficiais do governo e na sociedade brasileira, colocando a população negra em uma posição de inferioridade e o processo de embranquecimento é essencial para erradicar a “mancha negra” no país. A história não oficial brasileira registra um longo e antigo genocídio da população afro-brasileira.

Gomes e Laborne (2018) afirmam que após vários anos de luta do movimento negro e quilombola, estes não estão sozinhos na luta antirracista, pois, o movimento pelos direitos humanos, defensores públicos, Ministério Público e a CPI da Câmara dos Deputados investigaram as mortes de jovens negros no Brasil e os números alarmantes de assassinatos apontam para uma situação de genocídio da população negra.

De acordo com dados da CPI dos Deputados de 2016, p. 59 exemplifica sobre os assassinatos de jovens negros no Brasil:

No que diz respeito ao levantamento das causas e razões da violência contra os jovens negros e pobres, pode ser levantado que a razão primordial do genocídio institucionalizado de jovens negros e pobres é o racismo que, historicamente, acompanhou nossa trajetória. O povo brasileiro, desde sua origem, caracteriza-se pela colocação do não-branco como inferior. Tal funesta ideologia, arditamente e com o passar do tempo foi mantendo os negros submetidos a uma barreira que os impediu de atingirem a igualdade com os brancos, no contexto social. A partir de tal constatação-matriz, divisam-se todos os demais desdobramentos lógicos, que se constituem na segregação ocupacional, locacional e educacional, apenas para citarmos alguns exemplos.

De acordo com o relatório Final da CPI Assassinato de Jovens, 2016, p. 32:

Os índices atuais assumiram níveis gritantes. A cada 23 minutos ocorre a morte de um jovem negro no Brasil. A militância do Movimento Negro auscultada pela CPI, em sua totalidade, classificou como sendo um verdadeiro Genocídio da População Negra o que ocorre atualmente em nossa sociedade. De fato, os índices de mortalidade assumem dimensões de países em guerra

Com o levantamento de dados da CPI é inegável que ainda permeiam as práticas racistas baseadas no mito da democracia racial, chamando atenção para os assassinatos de pessoas negras, principalmente pela violência de abordagens policiais. Geledés apoiou as mães de diversas vítimas dessas práticas e cobriu os dias da CPI exigindo que a Justiça brasileira julgasse corretamente os culpados.

Geledés (2016) em seus posts no site, cobriram depoimentos de 24 mães que perderam seus filhos na violência policial, o PG trouxe dados de pesquisas para compor os argumentos baseados em pesquisas e em Legislações que demonstram que atos violentos afetam diretamente a população negra.

De acordo com a SISMAC (2020):

A cada 23 minutos morre um jovem negro no Brasil. Trabalhadores negros são as maiores vítimas de homicídios no Brasil. Em 2017, 75,5% das pessoas assassinadas no país eram pretas, o equivalente a 49.524 vítimas. (...) Entre as vítimas de violência letal aqui no país, 74,4% são negras. A cada 23 minutos morre uma pessoa negra. São 23.100 jovens negros mortos por ano, cerca de 63 por dia. A chance de um jovem negro ser morto é 2,5 vezes maior do que a de um jovem branco. No Brasil, a polícia também mata mais a população preta. Em 2019, o braço armado do Estado fez 5.804 vítimas. Do total, 75% (ou 4.533) eram negros. E, mesmo entre policiais, o número de mortos é superior quando se trata de pessoas pretas, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 65,1% dos policiais assassinados são negros.

De acordo com BBC (2016):

A CPI toma por base os números do Mapa da Violência, realizado desde 1998 pelo sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz a partir de dados oficiais do Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde. O último Mapa é de 2014 e contabiliza os homicídios de 2012: cerca de 30 mil jovens de 15 a 29 anos são assassinados por ano no Brasil, e 77% são negros (soma de pretos e pardos). Especialistas costumam usar a palavra epidemia para se referir à mortandade de jovens no Brasil, especialmente de jovens negros. De acordo com o Mapa da Violência, a taxa de homicídios entre jovens negros é quase quatro vezes a verificada entre os brancos (36,9 a cada 100 mil habitantes, contra 9,6). Além disso, o fato de ser homem multiplica o risco de ser vítima de homicídio em quase 12 vezes.

De acordo com G1 (2017):

Segundo a oficial de Programa do Fundo de População da ONU Ana Cláudia Pereira, "todos os anos são assassinadas no país 30 mil pessoas, 23 mil são jovens negros" (veja entrevista abaixo). A campanha pretende mostrar que preconceitos aumentam a discriminação racial e fazem com que os jovens negros sejam as principais vítimas, diz ela. Outros números lembrados na campanha "Vidas Negras", foram divulgados na última semana pelo Fundo das Nações Unidas (Unicef) em um documento que mostra que de cada mil adolescentes brasileiros, quatro vão ser assassinados antes de completar 19 anos. Se o cenário não mudar, serão 43 mil brasileiros entre os 12 e os 18 anos mortos de 2015 a 2021, três vezes mais negros do que brancos.

A campanha feita pelo Geledés em março de 2020 reafirmou o genocídio de pessoas negras com relatos de vítimas, testemunhas dos crimes, parentes, e amigos que ficaram na luta. É um marco importante na luta antirracista e na reflexão sobre o racismo estrutural no Brasil, pois nos posts analisados foi evidenciado testemunhos e experiências de pessoas negras que enfrentaram violência, genocídio e outras formas de racismo, criando um espaço de memória coletiva e resistência. Chama atenção a abordagem policial, a mesma ocasionando mortes de crianças, jovens, homens e mulheres negras, especialmente nas comunidades periféricas, percebe-se que existe um perfil de "criminosos" que a sociedade denomina: basta ser pessoa negra e pobre.

De acordo com Lélia Gonzalez (2021), o mito da democracia racial é uma forma de discriminação que tenta negar ou apagar as contribuições e a existência da cultura afro-brasileira e para combater o racismo é necessário que a questão racial seja abordada a partir de uma perspectiva cultural e identitária, destacando o papel da memória coletiva na resistência ao racismo. O "Memória Tem Cor" se alinha a esse pensamento ao trazer à tona histórias que são frequentemente silenciadas ou esquecidas, criando uma narrativa em que a memória negra é central para a luta contra o racismo.

De acordo com Carneiro (2011), as pessoas negras têm que ter o controle sobre sua própria história, cultura e ancestralidade, seguindo esse pensamento o “Memória Tem Cor” permite que as próprias vítimas compartilhem suas histórias e experiências de vida é um exemplo de descolonização, pois, a campanha dá lugar de fala para a população negra e a mesma é colocada como protagonista e mesmo que dolorosas suas memórias se tornam um mecanismo de luta contra o racismo.

De acordo com SISMAC (2020), aborda uma análise crítica sobre o genocídio da população negra no Brasil, especialmente no contexto da violência policial, o genocídio da população negra no Brasil é físico e simbólico e está relacionado a uma sociedade que marginaliza e dá aparatos estrutural para o racismo. O “Memória Tem Cor” atua justamente na denúncia desse genocídio e ao deixar visível e *on-line* os relatos das vítimas, confronta diretamente essas estruturas de poder, efetivando a luta antirracista do Portal.

Ilustração 6 - Post Memória Tem Cor 1



Fonte: Portal Geledés – Memória Tem Cor (2020)

Para ser feita uma intertextualidade entre a análise de dados e teoria é necessário exemplificar o discurso polêmico a luz de Orlandi. Segundo Orlandi (2009), o discurso polêmico é aquele que se constrói a partir de uma relação de confronto e disputa entre diferentes posições de sentido dentro de um espaço discursivo. Ele é caracterizado pela tensão

entre todas as partes do discurso, essas por sua vez se contrapõem, sustentando diferentes perspectivas sobre uma mesma questão. Na análise do discurso, a autora ressalta que o discurso polêmico não se limita a uma troca de opiniões, mas envolve um embate simbólico em que cada sujeito busca impor sua visão de mundo, sendo influenciado pelas condições de produção, pela historicidade e pelos lugares sociais que ocupa. Essa relação de oposição evidencia como o discurso é atravessado por forças ideológicas e como o sentido é sempre resultado de um jogo de disputas, ou seja, ele está aberto para novas discussões não ficando fechado a um tema central, sendo assim, é no interior desse diálogo que os sentidos emergem e se transformam.

O texto da postagem, Figura 03, descreve a morte brutal de Cláudia Ferreira e atribui responsabilidade ao Estado do Rio de Janeiro. A legenda do post é polêmico porque questiona o papel do Estado como uma entidade protetora dos cidadãos e, em vez disso, expõe seu envolvimento em práticas de violência institucional, especialmente contra a população negra e pobre. O discurso carrega uma crítica implícita, trazendo à tona uma contradição entre o papel que o Estado deveria desenvolver (proteção) e a realidade observada (violência e opressão). Ao expor a circulação das imagens na mídia, o texto também convida à reflexão crítica sobre a espetacularização da violência contra pessoas negras. O texto não é neutro, pois, faz a reflexão e se coloca em uma posição de debate com discursos que poderiam incluir a violência policial ou minimizar o racismo estrutural. Nesse sentido, se configura como polêmico, pois abre espaço para a disputa de interpretações dos internautas/seguidoras e seguidores. A postagem obteve 06 comentários, segue a análise dos mais relevantes para a pesquisa: "professores racistas", este comentário também é polêmico, pois entra em um debate direto com uma visão muitas vezes idealizada da profissão de professor.

Ao afirmar que há muitos "professores racistas", o comentário toca em um tema que provoca discussões e incomoda certos grupos que podem minimizar ou negar o racismo no sistema educacional. Ele provoca uma ruptura com o senso comum, ao expor que até mesmo aqueles que são responsáveis por educar e formar cidadãos estão inseridos e perpetuam práticas racistas. Esse tipo de afirmação gera disputa, questiona valores sociais e provoca reações. "Que horror", este comentário pode ser considerado como discurso lúdico porque expressa uma ocorrência emocional imediata e direta à situação ocorrendo uma amplitude de debates argumentativos partindo da frase.

De acordo com Orlandi (2009), o discurso lúdico pode ser entendido como aquele que se caracteriza pela utilização de estratégias discursivas voltadas ao prazer da linguagem, ao humor, à ironia ou à subversão de expectativas. Ele opera no campo do deslocamento de

sentidos, provocando rupturas ou estranhamentos em relação aos discursos hegemônicos. Sob a luz de Orlandi, o lúdico no discurso pode ser visto como uma forma de tensionar e desestabilizar os sentidos cristalizados e enraizados, possibilitando novas formas de significar e abrindo espaço para interpretações múltiplas. O caráter lúdico se realiza na relação entre o dizer e o não dizer, na polissemia, e no movimento constante de negociação de significados, evidenciando o funcionamento ideológico da linguagem de maneira mais leve e criativa. Portanto, o discurso lúdico seria um lugar de reinvenção e liberdade dentro dos limites impostos pelas condições de produção e pelas marcas ideológicas que atravessam o sujeito discursivo.

Ilustração 7 - Post Memória Tem Cor 2



Fonte: Portal Geledés – Memória Tem Cor (2020)

O relato do post (Ilustração 7) desafia o senso comum e a visão hegemônica da atuação policial. A ideia de que o primo da autora é visto como uma ameaça apenas por causa de sua aparência traz à tona uma contradição: o racismo estrutural que permeia as práticas policiais. A autora da postagem coloca em questão a naturalização do racismo, problematizando a maneira como negros são frequentemente suspeitos e criminalizados. Isso cria um confronto direto com discursos que tentam invisibilizar ou justificar essa violência. Portanto, é um discurso polêmico porque propõe uma visão alternativa e crítica, abrindo

espaço para a disputa de sentidos sobre segurança pública e racismo estrutural. No prosseguimento desta postagem foram escolhidos alguns comentários para serem analisados de acordo com AD de Orlandi. Segue alguns comentários: “É nosso cotidiano! Racista! Violento! Por isso, resistimos! Como dizem as mulheres negras, nossos passos vêm de longe!” Esse comentário também se enquadra como discurso polêmico, ao trazer essa experiência pessoal, o internauta não apenas relata um fato, mas questiona a maneira como o racismo e o preconceito moldam as interações sociais cotidianas da sociedade brasileira. Já no comentário “É nosso cotidiano! Racista! Violento! Por isso, resistimos! Como dizem as mulheres negras, nossos passos vem de longe!”, esse comentário abre um espaço de disputa de sentidos, confrontando narrativas que tratam o racismo como algo ocasional ou como um problema do passado, ao mostrar que ele ainda molda a sociedade contemporânea. Na análise da intertextualidade o comentário pode ser caracterizado como lúdico, uma vez que abre um espaço amplo sobre ancestralidade, racismo e violências.

De acordo com Orlandi (2009), o discurso autoritário é aquele que busca eliminar a multiplicidade de sentidos, impondo uma interpretação única e incontestável. Ele funciona de maneira monológica, ou seja, não permite espaço para o diálogo, a negociação ou a contestação de sentidos. Esse tipo de discurso apresenta-se como absoluto, naturalizando suas posições como verdades evidentes e inquestionáveis. A autora nos ajuda a compreender que os sentidos dos discursos são sempre produzidos em meio a relações de poder e ideologia. Sendo assim, o comentário da internauta traz uma repetição de diversos temas, como emprego, saneamento, pessoas despreparadas do governo. É um comentário extenso e mesmo com diversas palavras a ela recorre para os mesmos temas, não dando espaço para novas discursos, denominando-se como um discurso autoritário.

No dia 20 de março de 2020, na campanha do Geledés: “Memória tem Cor”, foram feitas 31 postagens com o somatório de 46.413 curtidas e 288 comentários. Serão feitas a seguir, algumas amostragens de postagens e dos comentários relevantes para a discussão da pesquisa netnográfica e análise de discurso. O *Twitter* de Flávia P.R, repostado pelo Portal no *Instagram*: “Não ter água nas favelas, em tempos de corona vírus, também é uma forma de genocídio da população negra! #Memóriatemcor”.

Ilustração 8 - Post Memória Tem Cor 3



Fonte: Portal Geledés – Memória Tem Cor (2020).

O conteúdo do post (Ilustração 8) relata o assassinato de Luana Barbosa, a vítima não aceitou ser revistada por policiais e era negra, periférica e lésbica. O post de Patricia demonstra-se como lúdico, pois mesmo que pequeno estimula aos leitores sobre vários debates críticos sobre o crime contra Luana, especialmente por ser uma mulher negra, da periferia e lésbica. No decorrer da análise dos comentários do post um chamou atenção:

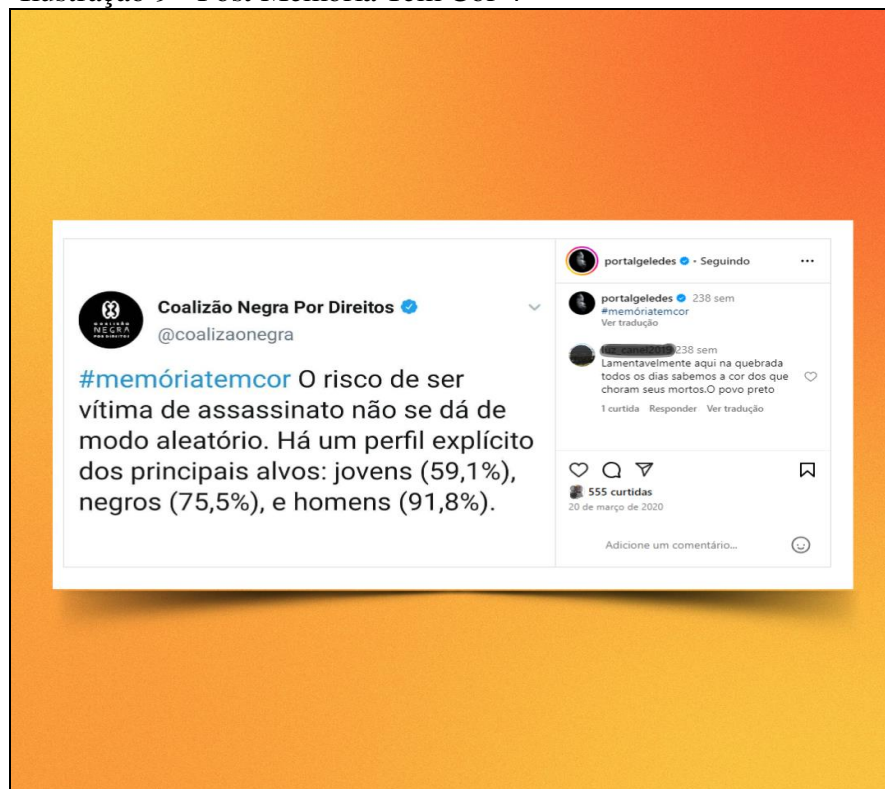
Que a História seja justa! Que sejamos fortes lúcidos e conscientes! Que estejamos juntos na dor e na alegria! Que Nossa arma seja nossa coragem, solidariedade, respeito e amor incondicional a nós mesmos! Que olhemos o presente o passado e o futuro pela garra de nossos ancestrais que escreveram sua própria história página a página com a força e a beleza que nos são peculiares!

O comentário desafia a classe dominante que tende a desumanizar ou invisibilizar a vida de pessoas marginalizadas. O uso de expressões como “nossa arma seja nossa coragem” e “solidariedade” propõe uma resposta coletiva à violência e à discriminação, destacando a importância de unir forças em prol de uma mudança social. Isso revela uma tensão com os discursos hegemônicos que muitas vezes minimizam ou negam a gravidade da

opressão. A autora do comentário faz uma convocação à justiça, que não é apenas uma aspiração, mas uma exigência em face das injustiças históricas e contemporâneas enfrentadas por pessoas negras, lésbicas e periféricas, como Luana. Elementos que configuram o discurso polêmico. Já uso de “juntos na dor e na alegria” propõe uma união entre aqueles que compartilham experiências semelhantes de opressão. Isso estabelece um espaço de luta e solidariedade, questionando a marginalização de vozes que representam a comunidade negra e LGBTQIA+.

O Portal Geledés é identificado como um espaço de ciberfeminismo, promovendo a luta integrada por gênero e raça, em linha com Gonzalez (2021) e Carneiro (2011). As campanhas analisadas mostram um esforço em abordar a dupla opressão vivida pelas mulheres negras, colocando-as como protagonistas na produção e disseminação de conteúdo. Embora o Portal traga à tona a importância da dupla militância, os achados mostram que as narrativas das mulheres negras ainda são restritas à lógica da auto-representação. Como Carneiro (2011) aponta, há a necessidade de avançar para estratégias que influenciem diretamente os sistemas de poder e decisão política, rompendo com a marginalidade simbólica. Isso inclui um maior engajamento com políticas públicas e instituições

Ilustração 9 - Post Memória Tem Cor 4



Fonte: Portal Geledés – Memória Tem Cor (2020).

O resumo da postagem (Ilustração 9) relata a porcentagem dos riscos de assassinatos na cidade, com ênfase nas pessoas mais vulneráveis, revelando como esse tema é abordado no espaço público urbano e na esfera *on-line* e como os comentários refletem as questões sociais presentes no Brasil. A seguir, um relato que menciona a realidade da comunidade, suas implicações e a forma como se enquadra nas categorias de discurso propostas por Orlandi. O comentário “Lamentável! Aqui na quebrada, todos os dias sabemos acordos que choram seus mortos. Ó povo preto.”, se caracteriza como discurso polêmico e lúdico porque aborda a realidade de violência e assassinato que afeta desproporcionalmente jovens, negros e homens. Essa narrativa desafia as estruturas da sociedade brasileira que muitas vezes inviabilizam ou minimizam a gravidade da violência que esses grupos enfrentam. A expressão “aqui na quebrada” localiza a fala em um contexto específico, indicando que a realidade da comunidade é marcada por lutos constantes e pela dor coletiva, uma experiência que não é suficientemente reconhecida nas narrativas oficiais, expandindo debates que permeiam essas questões sociais. Ao afirmar que “todos os dias sabemos acordos que choram seus mortos”, o internauta destaca a normalização da violência e a perda diária de vidas negras nas comunidades. Isso revela um sentido de urgência e um chamado à atenção para o que acontece nas periferias, onde a violência é uma constante.

Ilustração 10 - Post Memória Tem Cor 5



Fonte: Portal Geledés (2020)

A postagem sobre o cemitério do Jardim São Luiz (Ilustração 10) e os comentários que os acompanham oferecem uma acentuada oportunidade de AD. Essa análise revela como as expressões de dor e resistência se manifestam em um contexto de violência racial e social. A postagem: "No cemitério do Jardim São Luiz, zona sul de SP, tem a maior quantidade de chumbo debaixo da terra. E se juntamos todas as lágrimas das mães que enterraram seus filhos negros ali, o mar seria um pouco para guardar.". Na AD chama atenção para uma forte imagem de dor e de perda, relacionando diretamente a violência e o luto à experiência das mães que perderam seus filhos, especialmente aqueles que são negros. Essa narrativa é conjunta de emoção e crítica social, fazendo uma conexão entre a realidade de violência enfrentada pela população negra e a memória coletiva de dor. A AD a luz de Orlandi enfatiza a postagem como discurso lúdico por trazer a denúncia da violência na periferia. Aplicando-se a intertextualidade, a utilização da metáfora do “chumbo” traz tanto a violência física quanto as mortes resultantes dela, questionando a normalização dessa tragédia social. E os comentários não tentam silenciar ou deslegitimar outras perspectivas. Ao contrário, eles abrem espaço para que diferentes vozes e experiências sejam ouvidas.

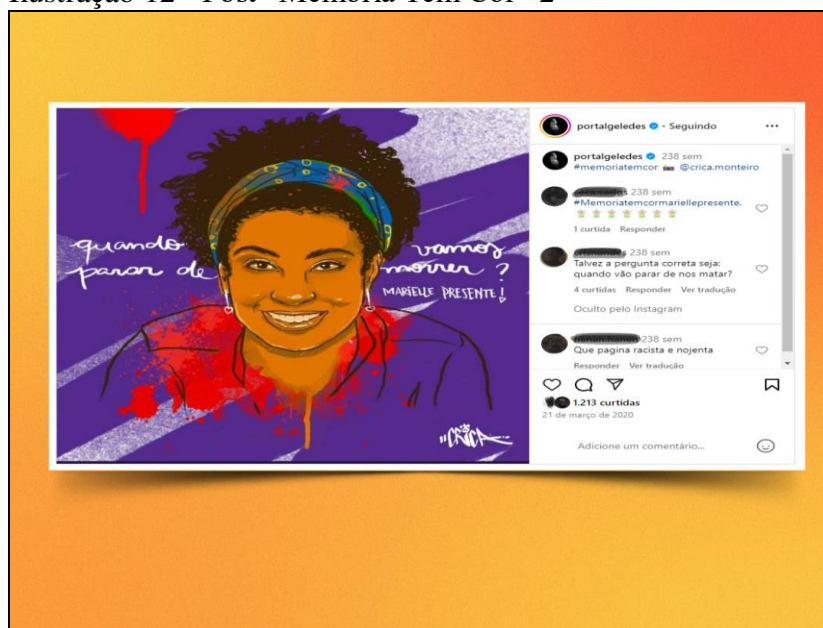
Ilustração 11 – Post “Um Certo Alguém”



Fonte: Portal Geledés – “Um Certo Alguém” (2021).

A análise da postagem (Ilustração 11) é referente a coluna “Um certo Alguém” do site Itaú Cultural e os comentários que a acompanham, à luz da teoria do discurso de Eni Orlandi, revelam a complexidade das interações discursivas que envolvem cultura, poder e resistência. A seguir, apresento um argumento detalhado sobre porque esses discursos se caracterizam como lúdicos, polêmicos e autoritários, bem como a interação entre eles. Postagem: Valorização da Cultura afro-brasileira, o post que apresenta a série de edições com artistas que promovem a cultura afro-brasileira e destaca a Ocupação Chiquinha Gonzaga é uma forma de discurso que pode ser considerada polêmica, o texto destaca a participação de figuras como Betty Belisário e Adriana Aragão, que representam a resistência e a valorização da cultura negra. Essa reafirmação da identidade cultural é uma forma de contestar a marginalização das vozes afro-brasileiras, denominando-se discurso lúdico. A promoção de eventos culturais que celebram a diversidade é uma forma de crítica à exclusão sistemática de determinadas identidades e experiências. O evento não reúne apenas artistas, mas também provoca uma reflexão sobre a importância da inclusão e do reconhecimento da cultura afro-brasileira. O comentário do internauta (Ilustração 11) se caracteriza como discurso autoritário, pois contém ameaças e uma linguagem agressiva e utiliza uma abordagem que se baseia na intimidação, prometendo ação da SWAT caso sua identidade não seja respeitada. Esse tipo de discurso visa silenciar e deslegitimar a voz da postagem, estabelecendo um controle sobre o discurso que não é aceitável em um espaço democrático.

Ilustração 12 - Post “Memória Tem Cor” 2



Fonte: Portal Geledés – Memória Tem Cor (2020).

Marielle Franco foi e ainda é um símbolo de resistência e exemplo da violência contra pessoas negras, o post (Ilustração 12) “Quando vamos parar de morrer?” faz um lembrete da violência que atinge as populações marginalizadas, como os negros e as pessoas da periferia. A frase é um exemplo claro de um discurso lúdico e polêmico, que provoca reflexão e debate em torno da violência sistemática e da negligência do Estado em relação às vidas desses grupos sociais. Já o comentário do internauta “que página racista e nojenta” não abre espaço para reflexões, pois é contrária a perspectiva crítica que o PG oferece para a sociedade brasileira, limitando as discussões críticas e antirracistas, portanto é um discurso autoritário.

Os levantamentos das postagens do PG evidenciam práticas racistas no Brasil, mesmo após a luta do MN e com todo o suporte de Leis, Programas e políticas públicas de igualdade racial, na esfera virtual e no espaço urbano público. O Geledés salienta e reafirma sua luta antirracista, porém demonstra que no Brasil é alarmante os casos de racismo e como a democracia racial é naturalizada pelos brasileiros.

A luz de Faustino e Lippold (2023) apontam que o colonialismo digital reproduz hierarquias de poder e práticas racistas, por outro lado Kozinets (2014) enfatiza o potencial transformador do ciberativismo na criação de redes de resistência e mobilização social.

Seguindo por este viés a atuação do Portal Geledés exemplifica o ciberativismo descrito por Kozinets (2014), ao transformar o *Instagram* em uma plataforma de engajamento político e educativo. Por meio de campanhas como “Memória Tem Cor”, o Portal desafia a colonialidade digital, visibilizando histórias de mulheres negras e promovendo discussões sobre a desigualdade racial. Essa prática reforça o potencial emancipatório do ciberfeminismo descrito por Faustino e Lippold (2023).

Lago e Montibeler (2023) discutem o embranquecimento como uma estratégia de exclusão e alienação das culturas negras, enquanto Carneiro (2011) aborda a intersecção do racismo com o sexismo, evidenciando as dificuldades enfrentadas por mulheres negras no Brasil. O Portal Geledés atua como um contrapeso às práticas de embranquecimento, resgatando a valorização de pessoas negras em suas publicações e campanhas. Por meio da criação de conteúdos educativos, o Portal confronta diretamente o racismo estrutural e desafia as hierarquias sociais impostas pela pigmentocracia descrita por Lago e Montibeler (2023). Além disso, as ações do Portal destacam as especificidades da mulher negra, combatendo estereótipos históricos como os apontados por Carneiro (2011).

De acordo com Fernandes (2008), confundimos democracia racial com tolerância racial, pois, democracia significa igualdade social, econômica e política, todavia, no Brasil

peças negras não têm as mesmas oportunidades que as peças brancas, em termos econômicos, prestígio social e poder, na prática não há uma concordância, mas sim racismo mascarado na democracia racial.

De acordo com Silva (2013), o racismo do Brasil apesar de atuar silenciosamente, não ecoa sem ser percebido na população negra, é no jogo da democracia racial que a falsa cidadania opera, seus sons se propagam através do distanciamento do que é real ou não.

Sueli Carneiro (2011, p. 65) afirma que:

Uma das características do racismo é a maneira pela qual ele aprisiona o outro em imagens fixas e estereotipadas, enquanto reserva para os racialmente hegemônicos o privilégio de ser representados em sua diversidade. Assim, para os publicitários por exemplo, basta enfiar um negro no meio de uma multidão de brancos em um comercial para assegurar suposto respeito à diversidade étnica e racial e livrar-se de possíveis acusações de exclusão racial das minorias. Um negro ou japonês solitários em uma propaganda povoada de brancos representa o conjunto de suas coletividades. Afinal, negro e japonês são todos iguais, não é mesmo?

Munanga (p. 01, 2004) afirma ainda que:

Apenas desta forma poderemos compreender por que se trata de um conceito tão polêmico e, também, por que em determinados contextos políticos e momentos históricos o racismo adquire tanta vitalidade e se desenvolve com tanta agressividade: ele não é uma conclusão tirada dos dados da ciência, de acordo com pesquisas de laboratório que comprovem a superioridade de um grupo étnico sobre outro, mas uma ideologia deliberadamente montada para justificar a expansão dos grupos de nações dominadoras sobre aquelas áreas por eles dominadas ou a dominar. Expressa, portanto, uma ideologia de dominação, e somente assim pode-se explicar a sua permanência como tendência de pensamento. Vê-lo como uma questão científica cuja última palavra seria dada pela ciência é plena ingenuidade, pois as conclusões da ciência condenam o racismo e nem por isso ele deixa de desempenhar um papel agressivo no contexto das relações locais, nacionais e internacionais. O racismo tem, portanto, em última instância, um conteúdo de dominação, não apenas étnico, mas também ideológico e político. É por isso ingenuidade, segundo pensamos, combatê-la apenas através do seu viés acadêmico e estritamente científico, uma vez que ele transcende as conclusões da ciência e funciona como mecanismo de sujeição e não de explicação antropológica. Pelo contrário superpõe-se a essas conclusões com todo um arsenal ideológico justificatório de dominação.

O PG é uma assembleia pública de aparecimento da sociedade em rede brasileira. Ele caracteriza a importância significativa da coletividade que envolve especialmente gênero e raça, deixando evidente que a população do Brasil é subjetiva e diversa. O uso da tecnologia desenvolve novos modelos de ação política. Sendo assim, o PG é um exemplo da execução política para as mulheres negras brasileiras.

Ribeiro (2023), Oliveira (2023) e Barbosa (2023) descrevem a colonialidade como uma estrutura global que desumaniza populações negras, perpetuando desigualdades por meio de hierarquias raciais. A decolonialidade, por outro lado, é vista como uma prática e

teoria de resistência que busca romper com a lógica hegemônica, promovendo uma sociedade justa e solidária.

O Portal Geledés desafia a lógica da colonialidade digital (Faustino e Lippold, 2023) ao promover conteúdos que resgatam histórias reprimidas e amplificam vozes marginalizadas, especialmente de mulheres negras. As campanhas e postagens analisadas demonstram o esforço do Portal em combater a invisibilidade histórica, criando um espaço de reconhecimento e resistência, alinhado às práticas decoloniais discutidas por Ribeiro (2023) e Barbosa (2023).

4.3 Analisando a trajetória institucional do Portal Geledés

Nesta seção de análise traremos o resultado da coleta de dados sobre a trajetória do PG, e uma síntese de suas fundadoras e da equipe atual elas participam, traremos também, alguns comentários que demonstram a efetivação feita pelo Portal e sua reafirmação na luta coletiva antirracista.

A trajetória é fundamental para a avaliação em profundidade, pois inclui seus múltiplos itinerários, deslocando-se entre diversas posições dos atores e grupos sociais. A avaliação de uma política pública deve acompanhar suas trajetórias atores institucionais e destinatários dessa política (Rodrigues, 2016). Sendo assim, a pesquisa analisou o PG, desde os movimentos sócio-históricos antes da criação do Portal e ações na luta antirracista que comprovaram a efetivação do Geledés na luta antirracista.

Segundo o portal, as ações do Geledés são projetos próprios ou em parceria com outras organizações que defendem o direito à cidadania, juntamente com o monitoramento do portal e o debate que se levanta dos referidos temas no Brasil e no mundo.

Na questão racial o Geledés se junta às lutas dos movimentos negros, pela criminalização de qualquer forma de ato racista e suas diversas manifestações na sociedade brasileira. O portal trabalha a defesa das políticas de ações afirmativas nos diferentes campos das políticas públicas para que, assim, haja uma eliminação das desigualdades raciais, promoção e valorização social da população negra (Portal Geledés, 2021).

O PG tem diversos projetos em andamento e alguns já efetivados, entre eles destacam-se: “Nossas Histórias” - NH, uma realização da Rede de Historiadoras Negras e Historiadores Negros em parceria com o Portal e o Acervo Cultne. Toda quarta-feira, um texto elaborado por historiadoras e historiadores negros é publicado no portal, tendo como objetivo

principal potencializar reflexões voltadas à superação do racismo no Brasil e o letramento histórico como prática de democratização do conhecimento. Outro projeto importante que está em curso é o “Coletivas Negras que Movem”, este programa divulga, semanalmente, artigos do Programa de Aceleração do Desenvolvimento de Lideranças Femininas Negras Marielle Franco do Fundo Baobá (Geledés, 2023). Segue abaixo Quadro 04: Trajetória Institucional Geledés:

Ilustração 13 - Quadro síntese trajetória institucional

Luta pela cidadania da população negra	
Trajetória institucional	Ações
Rompendo o pacto do silêncio	S.O.S Racismo
Saúde reprodutiva da população negra	Programa de saúde do Geledés (Seminário nacional: políticas e direitos reprodutivos das mulheres negras)
Saúde da população negra	Política Nacional da Saúde Integral da População Negra
Políticas afirmativas para negros	Projeto Geração XXI (Defesa oral sistema de cotas) Coletiva Negras que Movem Educação antirracista
Comunicação	Portal de Comunicação (Um das principais difusoras no Brasil e com rico conhecimento internacional na questão racial) (Comunicação como um direito humano) Cursos Seminários
Pandemia	Protegendo e lutando por mulheres negras Geledés retratos da pandemia PLPs em ação – Geledés no enfrentamento ao coronavírus e na violência contra mulheres Curso: raça, gênero, democracia e participação política no Brasil Coluna Nossas Histórias Enfrentamento à Evasão Escola: Implicações da Covid-19 para a permanência na Educação Básica
Histórico	Centro de memória Geledés – Instituto da mulher negra

Fonte: Elaborado pela autora baseado na pesquisa Netnográfica do PG (2024).

Na delimitação da pesquisa (meses de março e novembro de 2020 até 2023) o Curso “Raça, Gênero, Democracia e Participação Política no Brasil” foi tema central de 16 postagens do *Instagram* do Geledés com 3.298 curtidas e 53 comentários. Outro projeto efetivado pelo PG foi a Coluna Nossas Histórias, de acordo com o Portal aCNH é uma parceria entre a Rede de HistoriadorXs NegrXs, o Geledés e o Acervo Culture. São postados artigos e relatos de experiência para expandir o letramento racial no Brasil e colocar as pessoas negras no protagonismo. A CNH na delimitação da pesquisa contou com 18

postagens, ao todo foram 3.686 curtidas e 71 comentários.

A seguir a síntese das postagens efetuadas pelo Portal na coluna NH realizadas durante março e novembro de 2020 - 2023:

Ilustração 14 - Resumo das postagens referente a coluna “Nossas Histórias”

AUTORA(O)	ARTIGO	COMENTÁRIOS
Karine Teixeira	Mulheres Negras na luta contra o patriarcalismo	Não houve comentários
Vandelir Camilo	Trajatória de vida Dr. José Maurício Nunes Garcia	Não houve comentários
Jacques Ferreira Pinto	Dimensões da história negra no Brasil	Seguidores marcaram o autor e parabenizaram o Portal pelo post e temática.
Igor Antônio Santiago Soares	Sorte ou azar no jogo do Bicho no pós-abolição	Uma seguidora do Portal comentou que o post a faz relembrar da história de sua família e o jogo do Bicho e que traz ancestralidade e emoção. Os demais comentários foram parabenizando o autor pelo tema e metodologia, parabenizando também o Portal pela temática.
Caio Arrobal	Trajatória de James Wildon Johson no século XX nos EUA.	Comentários de seguidores parabenizando o post e a temática. Um seguidor infomrou que não concorda com o título trazuiu para o português: “como se faz um ex-negro?”, o mesmo indicou que o título ficaria melhor se fosse “homem de cor”.
Ingrid Aquino	Pretas em movimento: estratégias e transgressões na Imprensa Negra paulista	Marcações no post para que mais pessoas vissem o post e comentários parabenizando a autora e o Geledés pela temática.
Caroline Barroso Miranda	Raça, gênero e classe: o que o livro didático não conta das nossas histórias?	Comentários positivos sobre a temática e o post.
Antônio Carlos Araújo Ribeiro Júnior	Trajatória da pianista Tânia Maria Corrêa Reis	Comentários com emojis de coração.
Stephanie Ramos	Trajatória de Patrício José Cláudio na educação antirracista	Não houve comentários no post.

Patrícia Teixeira	Territórios repatriados	Comentários parabenizando a autora e o Portal pela temática.
Tayane Aparecida Rodrigues	Relatos de experiências de Benzedeadas	Comentários que reafirmaram sobre a afetividade, ancestralidade das benzedeadas no Brasil, também houve mais relatos de experiências com benzedeadas nos comentários.
Renata Melo Barbosa	Representações das mulheres negras no cinema e literatura brasileira.	Comentários parabenizando a autora e o Geledés pela temática e post.
Raiza Cristina	Protagonismo de mães negras na luta pela liberdade	Não houve comentários no post.
Mayara Santos	Trajetórias das primeiras médicas negras da Bahia	Comentários positivos sobre a temática.
Silvane Silva	Lutas das quilombolas no Brasil	Comentários com emojis de coração
Raimunda Conceição Sodré	Festa de quilombo: devoção e luta por direitos na comunidade Narcisa	Comentários com a marcação da autora e comentários positivos sobre a pesquisa e o post.

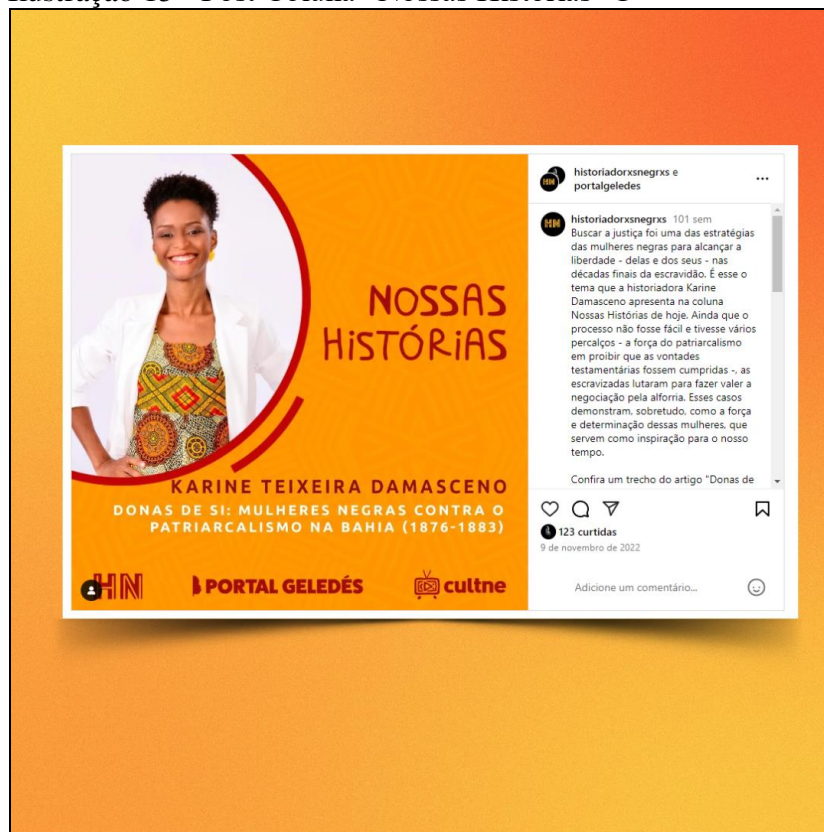
Fonte: Elaborado pela autora na pesquisa netnográfica da coluna “Nossas Histórias” (2024).

Seguindo a análise baseada nas teorias de Gonzalez (2021), o PG se empenha promover a cultura afro-brasileira como um mecanismo de transformação social, por meio de suas campanhas e projetos, entre elas destaca-se a coluna “Nossas Histórias”, Geledés também esteve e está na luta para a efetivação plena da Lei 10.636/2003. Lélia ao centralizar as dificuldades e os problemas sociais que as mulheres negras enfrentam no Brasil, colocando-as como protagonistas, o Portal promove esse protagonismo negro dando lugar de fala para as pessoas negras, sendo assim, o PG efetiva e apoia o letramento racial e de gênero no Brasil, proporcionando assim, um ambiente antirracista.

De acordo com Carneiro (2011), a intencionalidade é essencial no movimento negro, na luta contra o racismo, pois, traz à tona questões sociais relacionadas ao sexismo, gênero, raça, trabalho e classe social, enfatizando que as mulheres negras são as mais afetadas nessas relações de poder. O Geledés tem como objetivo central a luta interseccional, todavia, para que isso aconteça é necessário práticas cotidianas que denunciem e combatam o racismo, entre eles destaca-se o Centro de Documentação e Memória Geledés.

O Portal Geledés é identificado como um espaço de ciberfeminismo, promovendo a luta integrada por gênero e raça, em linha com Gonzalez (2021) e Carneiro (2011). As campanhas analisadas mostram um esforço em abordar a dupla opressão vivida pelas mulheres negras, colocando-as como protagonistas na produção e disseminação de conteúdo.

Ilustração 15 - Post Coluna “Nossas Histórias” 1



Fonte: Portal Geledés – Coluna “Nossas Histórias” (2022).

Essa postagem (Ilustração 15) pode ser vista como uma manifestação dos três tipos de discurso descritos por Orlandi. É polêmico porque questiona as estruturas de poder, autoritária ao refletir a resistência contra o sistema opressor, e lúdica pela e força das mulheres negras ao subverterem normas e luta por sua liberdade. Ao analisar essa luta à luz dessas três categorias discursivas, percebe-se a riqueza da narrativa, que é ao mesmo tempo um retrato de resistência histórica e uma fonte de inspiração para novas formas de luta por justiça.

Ilustração 16 - Post Coluna “Nossas Histórias” 2



Fonte: Portal Geledés – Coluna “Nossas Histórias” (2022)

A postagem (Ilustração 16) fala sobre o médico negro José Maurício Nunes Garcia Júnior, narrada pelo historiador Vandelir Camilo na coluna "Nossas Histórias", aborda o papel fundamental das biografias e estudos de trajetória na ampliação do conhecimento histórico sobre o protagonismo das pessoas negras. A história de Nunes Garcia redimensiona as possibilidades de vida para a população negra no Brasil do século XIX, demonstrando que mesmo diante de adversidades, indivíduos negros conseguem alcançar posições de destaque e reconhecimento, como no caso da medicina. Essa narrativa contribui para o resgate e a valorização das histórias de resistência e sucesso de pessoas negras, muitas vezes apagadas ou negligenciadas na historiografia tradicional. A abordagem da trajetória de Nunes Garcia permite não apenas uma reflexão sobre as condições de vida no Brasil naquela época, mas também uma análise mais ampla das oportunidades e obstáculos enfrentados pela população negra ao longo da história. Essa postagem poderia ser vista como portadora de discursos que desafiam as narrativas hegemônicas, categorizando-se como polêmico, ao mesmo tempo em que reconstrói espaços de valorização histórica através de novas interpretações – discurso lúdico, contestando a autoridade do discurso oficial que muitas vezes ignora esses personagens.

Ilustração 17 - Post Coluna “Nossas Histórias” 2

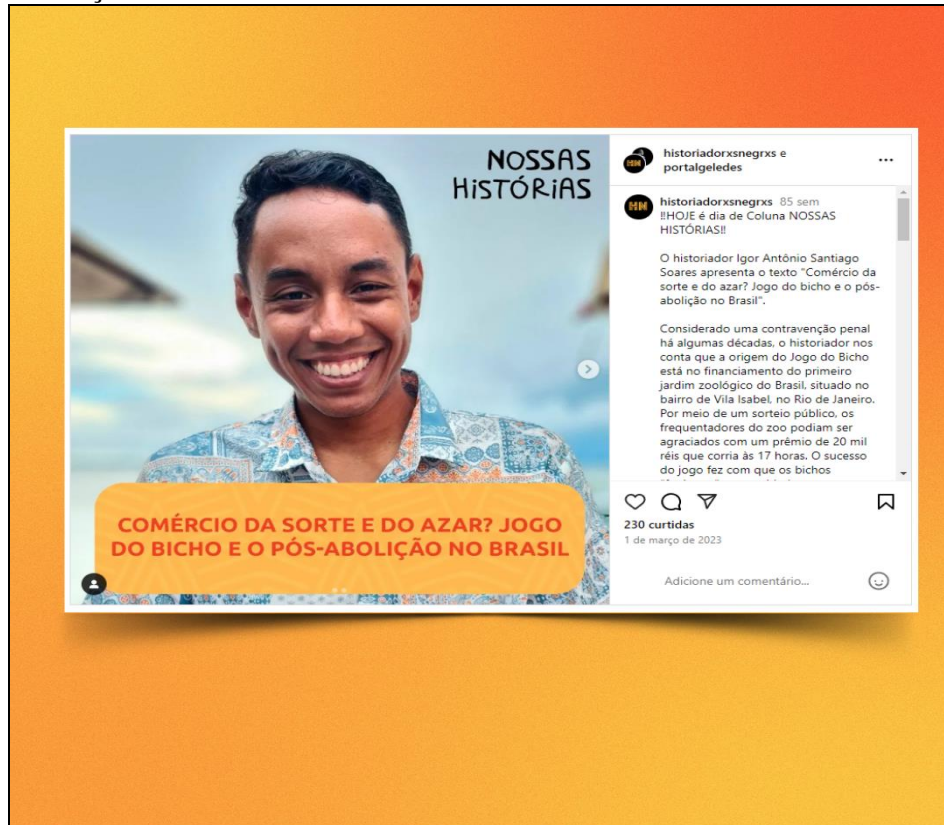


Fonte: Portal Geledés – Coluna “Nossas Histórias” (2022)

A postagem apresentada na coluna "Nossas Histórias" (Ilustração 17)), escrita pelo historiador Jacques Ferreira Pinto, explora a história negra no Brasil do século XIX, com foco no campo da saúde. O texto destaca a região de Jaguará, em Minas Gerais, e discute como as pessoas negras, principalmente as escravizadas, enfrentavam questões relacionadas à saúde e ao adoecimento em suas lutas pela liberdade. A narrativa amplia a compreensão das ações e resistências desses sujeitos, demonstrando como a saúde era um espaço importante tanto no passado quanto no presente. Essa análise revela que mesmo em condições de opressão extrema, as pessoas negras realizam estratégias para cuidar de sua saúde e resistem às condições degradantes impostas pela escravidão. A dimensão da saúde é apresentada como uma ferramenta de resistência e luta por autonomia, enfatizando a capacidade desses indivíduos de reivindicar espaços de dignidade. A postagem levanta questões que confrontam o discurso tradicional sobre a história da saúde no Brasil, que frequentemente negligencia a perspectiva das pessoas escravizadas. Ele questiona a narrativa dominante ao destacar a agência das pessoas negras na gestão de sua própria saúde, em vez de retratá-las como vítimas passivas. Essa abordagem evidencia a presença do discurso polêmico ao desafiar a visão dominante da saúde na escravidão e ao apresentar essas pessoas como ativas na luta pela

liberdade e sobrevivência.

Ilustração 18 - Post Coluna “Nossas Histórias” 3



Fonte: Portal Geledés – Coluna “Nossas Histórias” (2023)

A postagem sobre o artigo (Ilustração 18) "Comércio da sorte e do azar? Jogo do bicho e o pós-abolição no Brasil", escrito pelo historiador Igor Antônio Santiago Soares, explora as origens e a expansão do jogo do bicho no contexto do pós-abolição no Brasil. O texto revela que o jogo, criado inicialmente para financiar o primeiro Jardim Zoológico do Brasil, localizado no Rio de Janeiro, rapidamente se popularizou e foi reservado para outras regiões. O jogo envolve diversos grupos sociais, especialmente os mais pobres, que viam no jogo uma chance de aumentar sua renda, ainda que dependa da sorte. A narrativa também abordou a relação entre os vendedores de bilhetes, exploradores de bancos de jogo e a polícia, que, em muitos casos, utilizavam a força e o aparato repressivo para negociar proteção. O jogo do bicho, embora considerado uma contravenção penal, era um meio de sobrevivência econômica para muitos e parte das dinâmicas sociais e econômicas do Brasil no período imediatamente após a abolição. Na AD a referida postagem caracteriza-se como um discurso polêmico que se revela na análise do jogo do bicho como uma prática que subverte as normas determinantes, sendo ao mesmo tempo uma forma de resistência econômica e uma

contravenção penal. A presença de um mercado informal que desafiava a legalidade das leis impostas pelo Estado, especialmente no contexto da pós-abolição, coloca em evidência uma tensão entre a legalidade e a necessidade de sobrevivência dos setores marginalizados. Assim, surge uma polêmica do confronto entre os valores morais e legais e a prática cotidiana que envolve as classes populares.

De acordo com Geledés (2016):

O dia 13 de maio de 1988 marcou o Centenário da Abolição da Escravidão, com protestos que mostravam como esse fato nunca se concretizou no país. Principalmente entre as mulheres negras, trabalhadoras em subempregos de pouca remuneração e nenhuma seguridade social, sem que suas denúncias sobre a opressão e omissão do Estado Brasileiro fossem acatadas. No contexto de mudança de uma situação que não seria mais aceita, em 30 de maio de 1988 surgiu **Geledés – Instituto da Mulher Negra**. A organização destacou os elementos simbólicos da cultura da diáspora negra e afro-brasileira como poderosos suportes conceituais do levante feminino contra o poder masculino, e pôs em debate as pautas imprescindíveis às mulheres negras, ampliando o viés social e político das reivindicações do feminismo negro brasileiro. Da sede inicial num quarto emprestado por uma de suas fundadoras na Vila Sônia até o endereço atual, no coração da cidade de São Paulo, **Geledés** virou referência na luta pelos direitos e pela igualdade social de mulheres e negros, que sofrem desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades por causa do racismo e do sexismo que estruturam o nosso país.

Geledés somando seus programas no Brasil, a instituição hoje atua juntamente a órgãos internacionais, como OEA e a ONU, para seguir ampliando a voz dos movimentos negros pela criminalização efetiva do racismo em suas várias manifestações no Brasil, defendendo a ação efetiva nos campos de políticas públicas para a propagação da igualdade racial (Geledés, 2016).

Todas as áreas do Portal dialogam para com as questões de direitos humanos, em Geledés a educação como direito humano efetiva-se na forma de projetos de capacitação e formação, na expansão e proteção dos direitos educativos para estudantes negras e negros e na busca na implementação efetiva da lei 10.639/2003 (Geledés, 2016).

Em abril de 2023, Geledés em parceria com o Instituto Alana, lançaram uma pesquisa inédita de engajamento das secretarias de educação com a aplicação da Lei 10.639, o intuito da pesquisa é demonstrar o quanto as Secretarias Municipais de Educação estão organizadas para inserir efetivamente os conteúdos e abordagens no currículo escolar sobre história e cultura africana e afro-brasileira comprometidos com uma educação antirracista (Geledés, 2023).

A pesquisa feita pelo PG e Instituto Alana evidencia que apenas 8% das secretarias têm o orçamento para ensino das relações étnico-raciais, o estudo afirma também

que apenas 5% dos municípios brasileiros afirmam ter implementado uma dedicada a agendas antirracista.

Geledés no *Instagram* no dia 17 de novembro de 2022, fez uma campanha do novembro negro no Manifesto #MeninasDecidem na postagem foram depoimentos de 04 estudantes solicitando uma escola com ensino antirracista, na legenda o PG reforça que a importância do próximo governo (Governo de Lula) para a garantia da Lei 10.639.

Neste#NovembroNegro, a @redemalala quer saber: Que educação você quer? No Manifesto #MeninasDecidem, meninas de diferentes regiões do Brasil apresentam suas demandas e propostas para uma educação de qualidade, que valorize suas ancestralidades e histórias! A Rede Malala reforça a importância dos próximos governos priorizarem uma educação antirracista, que garanta condições efetivas para a implementação da LDB alterada pelas leis 10.639/2003 e 11.645/2008, transformando o ecossistema da educação pública no Brasil, como defendemos na Carta Compromisso pelo Direito à Educação nas Eleições 2022. O Manifesto e a Carta estão no link da bio! **colora imagem pedida à clara**

De acordo com Gussi (2016), o Estado não é o único articulador dos interesses demandas dos atores públicos, as políticas públicas deixam de ser exclusividade do setor público e incorporam outras esferas: o setor privado e o terceiro setor, o Estado assume um papel de articulador e direcionador compartilhando e delegando competências para outras instituições, que posteriormente tornam-se uma rede articulada de agentes promotores e implementadores de ações pelos governos e seus parceiros. Seguindo o eixo da avaliação em profundidade no eixo da trajetória, é necessário perpassar pelos atores institucionais, a seguir será feita uma trajetória das mulheres negras que compõem o corpo da diretoria do PG.

As mulheres negras que fazem parte da diretoria do PG, demonstram que a luta antirracista deve ser interdisciplinar, crítica e de participação dos movimentos sociais. Com as mulheres negras, participando ativamente nos movimentos cruciais na defesa da democrática e as reivindicações do movimento negro, essas mulheres são retratos da coletividade do MN e ressignificaram a participação social, não apenas no espaço urbano públicos, como também na esfera virtual.

Nas questões de gênero, o Portal soma à agenda feminista, ou seja, atua contra a violência doméstica e sexual contra a mulher, empenha-se na luta pela igualdade do mercado de trabalho, defende os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e atua na descriminalização do aborto e contra os estereótipos e estigmas que se reproduzem em relação às mulheres nos meios de comunicação (Portal Geledés, 2021).

Nos projetos desenvolvidos nos últimos anos pelo Geledés, destacam-se: “Curso de Multimídia”, curso gratuito que capacitou jovens negros da cidade de São Paulo, com a

finalidade de prepará-los para o mercado de trabalho e estimulou a produção, em diversas áreas da comunicação com foco na questão racial e gênero; “Memória tem Cor”, campanha apoiada pelo *Twitter* Brasil, Fundação Tide e Setubal e Mutado; “Guia do *Instagram*”, este projeto foi para celebrar o Dia Internacional da Mulher Negra, Latino-americana e Caribenha, voltado para ações de reflexão sobre as relações de poder que levaram as mulheres negras a serem alvos de discriminação e várias outras violências, “Guia do *Instagram*” também foi vinculado à trajetória antirracista e evidenciou as conquistas do movimento negro, como as cotas raciais na área da educação; “A Criação do Canal do Youtube”, ação efetuada em 2018, para fazer uma extensão das pautas e abranger um novo público, bem como a ampliação dos conteúdos disponibilizados no Portal (Geledés, 2023). A seguir Ilustração 19 da trajetória das ativistas do Geledés:

Ilustração 19 - Trajetória das ativistas

NOME/OFÍCIO	TRAJETÓRIA
Antônia Aparecida Quintão - PRESIDENTA	<p>Coordenadora de Cursos de Educação Continuada do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas (CCSA) da Universidade Presbiteriana Mackenzie.</p> <p>Membro do Grupo: Identidade e profissional e idade docente: desafios e perspectivas para a formação e atuação docente na área de negócios na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD)</p> <p>É Professora adjunta no Centro de Ciência Sociais e Aplicadas da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Pesquisadora no Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (Portugal), no Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares do Negro Brasileiro na Universidade de São Paulo e no Núcleo de Estudos em Liderança e Diversidade nas Organizações da Universidade Presbiteriana Mackenzie.</p> <p>Participa como professora convidada no curso: “Aspectos da Cultura e da História do Negro no Brasil”, promovido pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo.</p>
Sônia Nascimento – VICE PRESIDENTA	<p>Fundadora do Geledés</p> <p>Coordenação dos projetos no Programa de Direitos Humanos no Geledés: SOS Racismo; Atendimento Psicossocial às Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Sexual e Projeto PLP – Promotoras Legais Populares</p> <p>Foi integrante da Comissão do Negro e Assuntos Antidiscriminatórios – CONAD da OAB/SP;</p> <p>– da Coordenação Região Sudeste do</p>

	<p>Movimento Nacional de Direitos Humanos; – da Executiva da Comissão da Mulher Advogada da OAB/SP Política Nacional da Saúde Integral da População Negra</p>
Érica Pereira – Coordenadora de Gestão Administrativa e Financeira	Coordenadora Executiva e bacharel em direito, graduanda em contabilidade e gerente administrativa de Geledés – Instituto da Mulher Negra
Sueli Carneiro – Coordenadora de Difusão e Gestão da Memória Institucional	<p>Coordenadora executiva de Geledés Instituto da mulher Negra; coordenadora da área de Direitos Humanos de Geledés; editora do Portal Geledés e coordenadora do Projeto PLP 2.0 aplicativo de combate a violência contra a mulher vencedor do Desafio de Impacto Social Google . É também diretora vice-presidente do Fundo Brasil de Direitos Humanos. É ativista do Movimento Feminista e do Movimento Negro do Brasil; autora de artigos sobre gênero, raça e direitos humanos em diversas publicações nacionais e internacionais.</p> <p>Membro do Grupo de Pesquisa “Discriminação, Preconceito e Estigma” da Faculdade de Educação da USP, membro do Conselho Consultivo do projeto Saúde das Mulheres Negras do Conectas em parceria com o Geledés, do Conselho Consultivo da Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, do Conselho Consultivo do Projeto Mil Mulheres, e membro da Articulação Nacional de Ongs de Mulheres Negras Brasileiras; fellow da Ashoka Empreendedores Sociais.</p>
Nilza Iraci – Coordenadora de Advocacy e Incidência Política	<p>É presidenta e coordenadora de comunicação de Geledés – Instituto da Mulher Negra, coordenadora da Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras. Integra o Conselho Deliberativo do Instituto Patrícia Galvão, o Comitê Internacional do Fórum Social Mundial e o Conselho Consultivo do Observatório de Gênero.</p> <p>Esteve presente nas principais lutas feministas e antirracistas nos 30 últimos anos e também no processo pela redemocratização do país. Participou de todas as conferências da ONU, na última década, levando a perspectiva de gênero e raça, e foi coordenadora do Comitê Internacional da Conferência das Américas preparatória para a Revisão de Durban.</p> <p>Desde 1988 vem se dedicando a projetos de formação e capacitação de mulheres negras em TICs, Comunicação, Mídia e Advocacy, tendo realizado várias atividades no setor, com vários artigos publicados sobre o assunto em diferentes mídias.</p> <p>Foi uma das brasileiras indicadas para o Prêmio Nobel da Paz, na campanha que selecionou mil mulheres de todo o mundo para concorrer ao prêmio.</p>

Suelaine Carneiro – Coordenadora de Educação e Pesquisa	Coordenadora de Educação e Pesquisa
Natália de Sena – Coordenadora de Redes Sociais e Comunicação Institucional	Atua como Estrategista Digital / Gerenciamento de projetos digitais e Redes sociais de Geledés Projetos Geledés: “Nossas Histórias”; Coletiva Negras que Movem Campanhas e Parcerias: Exposição de Geledés no Google Arts & Culture; ‘Racismo e Bullying: Como proteger jovens negras?’ Projetos Desenvolvidos e executados nos últimos anos: Curso de multimídia; “Memória tem cor”; Gui <i>Instagram</i> ; Criação do Canal no Youtube; #Geracional e Documentário 30 anos de Geledés.
Maria Sylvia Aparecida – Coordenadora de Políticas Públicas e Promoção da Igualdade de Gênero e Raça.	Graduada em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, no ano de 1994, em São Paulo. Mestranda no programa de Pós-Graduação em Humanidades, Direitos e outras Legitimidades – Diversitas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP Ativista de Direitos Humanos – atua em questões de Gênero, Raça e Etnia, no enfrentamento à violência contra a mulher e violência doméstica e familiar; Sócia efetiva do Geledés-Instituto da Mulher Negra, organização onde atualmente ocupa o cargo de Coordenadora de Política de Promoção de Igualdade de Gênero e Raça, no triênio 2021/2024; Membro da Coordenação Operativa e do GT Jurídico da Coalizão Negra Por Direitos Conselheira Estadual da Ordem dos Advogados do Brasil Presidente da Comissão de Igualdade Racial da Ordem dos Advogados do Brasil Secretária Executiva na coordenação da Plataforma Dhesca Brasil; Associada do Instituto Patrícia Galvão Mídia e Direitos Coordenadora Regional do Curso Promotoras Legais Populares, projeto que visa a capacitação de Lideranças Femininas Comunitárias em direitos humanos e direito das mulheres, no sentido de multiplicar informações nesses temas; fortalecer o exercício da cidadania e acesso à justiça e atuação na rede de enfrentamento à violência doméstica. Coordenadora do projeto PLP2.0-JUNTAS, um aplicativo para celulares, que tem como objetivo auxiliar no enfrentamento e prevenção à violência contra a mulher.

Fonte: Elaborado pela autora na pesquisa netnográfica (2024).

O PG, ao utilizar os instrumentos tecnológicos, efetiva suas pautas antirracistas e

propaga a igualdade de gênero e classe. Isso pode ser notado nos programas concluídos, tanto na esfera online, bem como, no espaço público urbano, concretizando-se assim, uma rede de mecanismos de mudança social. O Geledés, ao ser referência nas comunidades eletrônicas, expande parcerias que colaboram para a realização de suas reivindicações. Um exemplo disso é o trabalho conjunto com grandes empresas responsáveis por gerenciar as maiores redes sociais mundiais (*Instagram e Twitter*). Essa simultaneidade é crucial para o alcance do maior número de pessoas em diferentes níveis demográficos (local, regional, nacional e internacional).

A comunicação é um direito humano e, partindo desse viés, o Programa de Comunicação do Geledés entende que o tema em questão é essencial para os movimentos sociais, em especial para as mulheres negras. A comunicação vai para muito além da visibilidade, ela é um nexos de empoderamento. Posto isso, o portal investe na capacitação de mulheres negras, com uma formação baseada na educomunicação e no empoderamento de ativistas e instituições dos movimentos sociais (Geledés, 2021).

De acordo com Geledés (2020), Sueli Carneiro, com seu trabalho e ativismo pelo Geledés, contribuiu para a criação do Estatuto da Igualdade Racial, um marco legal que define direitos e diretrizes para a promoção da igualdade racial no Brasil. O movimento pelo direito à educação e pelas cotas raciais também teve a participação ativa de Sueli, que sempre defendeu as ações afirmativas como uma ferramenta de reparação histórica e de inclusão para a população negra no Brasil. O movimento pelo direito à educação e pelas cotas raciais também teve a participação ativa de Sueli, que sempre defendeu as ações afirmativas como uma ferramenta de reparação histórica e de inclusão para a população negra no Brasil. A Lei de Cotas, que reserva vagas em instituições federais de ensino superior para estudantes negros, indígenas e de baixa renda, contou com o apoio de organizações e intelectuais do movimento negro, incluindo Sueli Carneiro, que ajudaram a embasar a legislação por meio de pesquisas e articulação política.

Apesar da ativista não ter elaborado diretamente essas leis, suas campanhas e denúncias foram fundamentais para a criação de um ambiente legal e social que considera o racismo virtual um crime e que busca proteção para as vítimas de discriminação *on-line*.

De acordo com Geledés (2020), Sônia Nascimento é uma figura importante na construção e apoio de políticas e leis voltadas para a promoção da igualdade racial e de gênero no Brasil, atuando em organizações como o Geledés – Instituto da Mulher Negra. Sua trajetória no movimento negro, especialmente em defesa dos direitos das mulheres negras e da juventude, contribuiu para fortalecer leis e políticas públicas essenciais. Ainda que Sônia

Nascimento tenha atuado mais como ativista de base e educadora, sua influência se estendeu ao apoio e *advocacy* de várias legislações antirracistas e de proteção às mulheres. Sua atuação na conscientização e mobilização das bases do movimento negro foi essencial para o apoio popular à lei e para as discussões que culminaram no estatuto, especialmente ao evidenciar como a discriminação racial afeta a população negra de forma estrutural e contínua. Nascimento atuou na conscientização sobre a aplicação da Lei Maria da Penha em relação às mulheres negras, destacando as especificidades das violências que elas enfrentam devido à intersecção entre racismo e sexismo. Nascimento apoiou as políticas de ações afirmativas no ensino superior, uma das grandes conquistas do movimento negro no Brasil.

Nascimento proporcionou ideias do movimento negro ajudando assim, a defender e a popularizar a importância das cotas raciais e sociais, atuando junto ao Geledés e em outras mobilizações que enfatizavam como a educação superior é uma ferramenta de ascensão social para a população negra. Sendo assim, sua contribuição ajudou a legitimar e fortalecer a implementação da Lei de Cotas em universidades, defendendo o acesso a oportunidades educacionais para os jovens negros e periféricos.

Sônia Nascimento, ao lado de outras lideranças do Geledés, contribuiu para a mobilização em prol do Estatuto da Igualdade Racial, que define direitos e diretrizes para combater o racismo e promover a igualdade racial em diversas esferas, como saúde, educação e trabalho. Nascimento trabalhou para a efetivação da Lei Maria da Penha bem como a implementação da referida lei, para que atendesse às necessidades específicas das mulheres negras, promovendo campanhas e discussões sobre como o racismo agrava a vulnerabilidade dessas mulheres à violência e ao acesso à justiça. Com o avanço da internet, Sônia Nascimento e o Geledés denunciaram o aumento do racismo digital, pressionando para que o governo adotasse medidas que responsabilizassem os autores de crimes cibernéticos e de discriminação racial online. Sua atuação garantiu a criar um ambiente propício para leis como a Lei de Crimes Cibernéticos que aborda o racismo e a violência digital, incluindo a proteção de minorias nas redes sociais.

A qualidade e a frequência de suas postagens impactam diretamente no engajamento. Uma boa análise envolve verificar se os conteúdos estão gerando interação ativa (curtidas, comentários, compartilhamentos) e se o alcance está alinhado com o esperado para o perfil da instituição. Para que a qualidade e frequência sejam avaliados é importante que os indicadores de desempenho estejam bem alinhados com os objetivos institucionais. Isso pode incluir as estratégias como o engajamento, alcance, taxas de crescimento dos seguidores, entre outras, para medir o impacto das estratégias adotadas, este é o trabalho desenvolvido por

Natália Sena (Geledés, 2022).

A ativista Nilza no Portal Geledés conseguiu estruturar campanhas de *advocacy*, utilizando ações como campanhas de mobilização, eventos públicos, parcerias para uma luta do combate ao racismo. Nilza coloca os canais de comunicação do Geledés (como as redes sociais, eventos no espaço urbano público e comunicações institucionais) para dar maior visibilidade à luta antirracista no Brasil (Geledés, 2021). A ativista Suelaine é coordenadora de educação e pesquisa do Portal e contribuiu para a garantia de que as atividades de pesquisa que envolvem a questão racial sejam integradas ao ensino, proporcionando aos estudantes uma experiência educacional crítica (Geledés, 2022).

Antônia Aparecida Quintão é uma figura proeminente no campo das relações raciais e da inclusão no Brasil, atualmente presidindo o Geledés – Instituto da Mulher Negra. Com uma formação acadêmica sólida, ela é graduada, mestre e doutora pela Universidade de São Paulo (USP) e realizou pesquisas sobre a cultura afro-brasileira e questões raciais no ambiente organizacional. Antônia também possui um pós-doutorado pela USP, onde investigou os desafios enfrentados por mulheres negras em cargos estratégicos e de liderança no mercado de trabalho. Além de sua atuação como presidenta do Geledés, Antônia é professora na Universidade Presbiteriana Mackenzie, onde lidera pesquisas sobre diversidade racial nas organizações. Também se destacou em projetos internacionais, incluindo o estudo das relações Brasil-África, e publicou textos acadêmicos sobre escravidão, exclusão e integração racial, como o capítulo *Africa in Brazil: Slavery, Integration, Exclusion* no livro *Brazil-Africa: Relations Historical Dimensions and Contemporary Engagements*.

A trajetória do Portal Geledés reflete um compromisso com a promoção da igualdade racial e dos direitos das mulheres negras, contribuindo significativamente para o debate público e acadêmico sobre racismo e inclusão social

A análise das postagens na coluna "Nossas Histórias" destacou a importância do letramento histórico para a superação do racismo. Textos que abordam figuras históricas negras, como o Dr. José Maurício Nunes Garcia, e eventos importantes, como a história do bicho, mostram como a história negra no Brasil foi negligenciada e precisa ser resgatada para fortalecer a identidade negra e combater o racismo.

O Portal Geledés demonstra uma contribuição significativa para a formulação e promoção de políticas públicas antirracistas, como observado em sua trajetória institucional. Gomes (2019) e Rodrigues (2008) enfatizam que a avaliação dessas políticas deve considerar sua capacidade de provocar mudanças estruturais e não apenas simbólicas.

A luz de Rodrigues (2008) a avaliação em profundidade deve considerar

dimensões temporais, contextuais e subjetivas para compreender a eficácia de políticas públicas. Gomes (2019) argumenta que a interseccionalidade é crucial para interpretar as múltiplas camadas de opressão enfrentadas por grupos marginalizados. Os achados demonstram que o Portal Geledés adota uma abordagem interseccional, ao integrar questões de raça, gênero e classe em suas estratégias de comunicação digital. A avaliação em profundidade, proposta por Rodrigues (2008), também é refletida na análise do impacto institucional e comunitário do Portal, que promove articulações com outros movimentos sociais e amplia os vínculos entre ativistas e público.

5 CONSIDERAÇÕES QUE EMERGEM DA PESQUISA AVALITIVA

5.1 Contribuições teóricas e empíricas e plano de divulgação em CT&I

As redes sociais são relevantes, pois propiciam a manifestação de corpos expostos¹² nas ruas. Essas pessoas carregam consigo seus *smartphones*, estes, na maioria das vezes, possuem acesso à internet pelos dados móveis, repassando em tempo real o que está acontecendo no ato político (Butler, 2018).

O Portal Geledés é uma organização que desfruta das ferramentas virtuais para construir relações de movimento antirracista, antissexista, antiLGBTQIA+fóbica e que luta pela inclusão dessas minorias, ou seja, o referido portal é atravessado por movimentos sociais em rede que se tornam mecanismos de mudança social.

O ativismo digital desempenhado pelo Geledés não apenas amplia a visibilidade das pautas raciais, mas também oferece um espaço de resistência e decolonização no ambiente virtual. A colonialidade, que historicamente marginaliza e subordina populações negras, encontra no ciberespaço um novo campo de batalha, onde o ciberativismo se revela essencial para o fortalecimento das lutas identitárias. Nesse sentido, a atuação do Portal Geledés vai além da simples comunicação; trata-se de um mecanismo de transformação social, que articula conhecimento, engajamento e mobilização para enfrentar o racismo em suas múltiplas dimensões. Ao empregar tecnologias digitais como aliadas, o Portal consegue não só resistir às estruturas de opressão, mas também promover uma educação antirracista que desafia e desestabiliza o pensamento colonialista ainda presente na sociedade brasileira.

As investigações de rede social ajudam a examinar sobre como as redes sociais se manifestam por meio da conectividade da rede de computadores. É evidente que a mudança tecnológica está se incorporando ao que se chama de mecanismos de mudança social.

As vinculações das redes sociais podem tornar as conexões fracas em fortes à medida que as pessoas acrescentam novos tipos de junções, tais como encontrar-se pessoalmente ou sincronicamente *on-line* (Kozinets, 2014).

Um fato histórico das redes sociais como mecanismos de mudança social são os movimentos sociais de 2013. Inesperadamente, milhares de brasileiros começaram a sair pelas ruas protestando, inicialmente contra a tarifa dos transportes públicos. A manifestação começou em Natal e logo depois propagou-se em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte,

¹² Ativistas de movimentos sociais

Fortaleza e, no final do mês de junho, os atos já tinham chegado a mais de 80 cidades. Um dos pontos marcantes nesse contexto foi que as manifestações de 2013 foram viabilizadas pelas redes sociais.

O Geledés incentiva a permanência de vínculos fortes e tem um grande potencial para transformar conexões fracas em relações firmes, pois ele oferece cursos de formação para a comunidade (de forma presencial e remota), faz *lives* no *Instagram* e apoia a organização de movimentos sociais em rede e fora delas, fortalecendo, assim, os vínculos de seus atores sociais.

De acordo com Gomes (2019), Gonzalez (2016), Barbosa e Oliveira (2023), o contexto sócio-histórico da colonialidade reafirma a superioridade branca ocidental, e evidencia o racismo como peça fundamental para a reafirmação de práticas racistas no Brasil juntamente com o mito da democracia racial.

O movimento negro em toda sua trajetória colaborou para que a igualdade racial no Brasil fosse efetivada, todavia, ao analisar a trajetória do Portal Geledés notou-se que muitas pessoas negras têm seus direitos básicos negligenciados e apesar de várias políticas públicas antirracistas, pois na prática o racismo ainda continua matando pessoas negras.

O plano de divulgação do Portal Geledés nos meses de março e novembro dos anos de 2020 a 2023, foi fundamental para o letramento de gênero e racial. Os dados baseados em pesquisas, estudos e levantamentos científicos, demonstram que a rede social é um mecanismo de mudança social (Carvalho, 2014).

Em resumo o PG participou e participa de vários marcos históricos para o combate ao racismo no Brasil, é reconhecido internacionalmente e nacionalmente pelas pesquisas, projetos e ações coletivas para a comunidade negra e na luta pela igualdade racial.

Os comentários e as relações sociais em rede foram notados com maior intensidade quando houve relatos de vítimas de racismo e temas que a sociedade hegemônica denomina como “polêmicas”. Foi inequívoco que ocorreu uma maior interação dos nodos do Portal quando o mesmo fazia campanhas com *hashtags* em parcerias com outras organizações como foi na campanha “Memória Tem cor” e “23 minutos”, estas campanhas comprovaram constatou que no Brasil não há democracia racial, mas sim o mito que é reafirmado no cotidiano da sociedade brasileira.

Por fim, na seção quatro, a análise de dados, discussão e avaliação dos resultados e da política pública reforçam a importância ao empenho qualitativo de demonstrar pelas estatísticas, pelos números, dados que estes entes formais representam o ativismo digital como política pública. As políticas públicas antirracistas, impulsionadas pelo ativismo digital

do Geledés, demonstram a importância de iniciativas que atuem tanto na esfera virtual quanto na prática cotidiana do espaço urbano público, promovendo uma sociedade mais justa e igualitária. Portanto, o estudo reafirma a relevância do ativismo digital e das plataformas de comunicação como agentes de mudança social, capazes de influenciar políticas públicas e fomentar a luta antirracista em todas as esferas da sociedade.

A pesquisa destaca a relevância do Portal Geledés como um agente transformador no campo das políticas públicas antirracistas no Brasil, utilizando ferramentas digitais para amplificar protagonismo das pessoas negras e articular demandas sociais. Os achados confirmam que o Portal atua como uma plataforma educativa, alinhada ao Movimento Negro Educador (Gomes, 2019; Gonzalez, 2021), promovendo a conscientização e mobilização sobre questões de raça, gênero e classe; Rompe com narrativas coloniais ao desafiar a colonialidade digital (Sodré, 2006; Faustino; Lippold, 2023) e criar espaços de resistência no ambiente virtual; Incorpora uma perspectiva interseccional (Carneiro, 2011), destacando a luta das mulheres negras contra múltiplas formas de opressão.

Mobiliza comunidades digitais por meio de ciberativismo, transformando redes sociais em espaços de participação democrática e resistência política (Kozinets, 2014; Gohn, 2015); Contribui para a construção e implementação de políticas públicas ao se articular com fóruns e conselhos nacionais e internacionais (Rodrigues, 2008). Esses pontos reforçam o papel do Portal Geledés como um catalisador de mudanças sociais e políticas, utilizando a comunicação digital para combater o racismo estrutural e promover a igualdade de gênero e classe.

Os resultados obtidos destacam contribuições teóricas e empíricas significativas para o campo de estudo das políticas públicas e da comunicação digital - utilizada como direito humano. O portal promove a conscientização, implementação sobre questões raciais e de gênero, como também contribui para a formulação e implementação de políticas públicas que combatem a discriminação em sua totalidade para a efetivação da cidadania no Brasil.

O Portal Geledés é identificado como um espaço de ciberfeminismo, promovendo a luta integrada por gênero e raça, em linha com Gonzalez (2021) e Carneiro (2011). As campanhas analisadas mostram um esforço em abordar a dupla opressão vivida pelas mulheres negras, colocando-as como protagonistas na produção e disseminação de conteúdo.

Embora o Portal tenha sucesso em expandir o alcance das pautas feministas negras, ele enfrenta o desafio do racismo algorítmico (Silva, 2023), que pode limitar a circulação e visibilidade de seus conteúdos em plataformas como *Instagram*. Além disso, há o risco de que a hipervisibilidade digital não se traduza em transformação social efetiva,

especialmente em espaços onde o racismo estrutural permanece invisível.

5.2 Limitações da pesquisa e sugestões para estudos futuros

Ao encontrar nas postagens do Portal Geledés alguns comentários racistas, notou-se que as contas *fakes* estão cada vez mais se ampliando fatos equivocados e conservadores. Entrei nas contas desses comentários racistas, os perfis eram privados e as fotos de eram baixadas da internet, foi evidente um padrão nos dois perfis, quase a mesma quantidade de seguidores e com ideias parecidas.

Os achados indicam que, embora o Portal tenha ampliado o debate sobre raça e gênero, ainda há desafios para transformar esse ativismo digital em políticas públicas com impacto mensurável. O contexto apresentado reforça a necessidade de uma articulação mais sistemática entre as ações online e as práticas de controle social e pressão política offline.

À luz das autoras e autores mencionados ao longo da pesquisa e dos achados do capítulo quatro revelam que o Portal Geledés é um exemplo poderoso de resistência e transformação no ambiente digital, mas enfrenta limites estruturais que dificultam seu impacto mais amplo. Ele avança ao ressignificar a história e identidade negra, mas opera em um sistema de colonialidade digital que restringe sua autonomia e alcance. Expandir suas ações offline, alinhando-se às demandas locais e construindo pontes com comunidades marginalizadas (Rodrigues, 2008).

Assim, para potencializar seu impacto, recomenda-se que o Portal: Investir em tecnologias mais autônomas, rompendo com as limitações impostas por plataformas coloniais digitais (Faustino; Lippold, 2023). E Expandir suas ações *offline*, alinhando-se às demandas locais e construindo pontes com comunidades marginalizadas (Rodrigues, 2008).

Recomenda-se para as pesquisas futuras que utilizem a avaliação em profundidade baseados no ativismo digital, pois é necessário a representatividade nos estudos interdisciplinares sobre a temática. Tentar participar dos cursos, projetos, seminários *on-line* ou presencial que o Portal Geledés oferece.

5.3 Recomendações da pesquisa avaliativa para a agenda pública e produto técnico

Sugere-se que estudos futuros aprofundem a análise sobre o impacto de outras plataformas digitais na promoção de políticas públicas antirracistas de forma densa e crítica seguindo os eixos da avaliação em profundidade, ampliando assim o escopo e a compreensão

das dinâmicas de ativismo digital no Brasil e do percurso avaliativo nas políticas públicas. Em resumo, a dissertação reafirma a importância do Portal Geledés como um agente vital na luta contra o racismo e a discriminação, utilizando estratégias de comunicação digital para a efetivação das políticas públicas no país.

Com base nos achados da pesquisa, as seguintes recomendações são propostas para orientar estudos futuros: Investigar o impacto do ativismo digital em outras redes sociais, como *TikTok* e *Twitter*, que têm características distintas em termos de público e alcance. Comparar as estratégias do Portal Geledés com as de outros movimentos sociais para identificar práticas inovadoras de ciberativismo e engajamento.

Realizar uma análise longitudinal das ações do Portal, abrangendo períodos mais amplos e mudanças contextuais, como avanços tecnológicos e mudanças políticas no Brasil. Investigar como o Portal se adapta a novos desafios, como a desinformação e o controle algorítmico nas plataformas digitais.

Estudar as interações nas redes sociais do Portal Geledés, analisando como seguidores interpretam e reagem aos conteúdos publicados. Focar nas dinâmicas de formação de redes sociais e no papel dessas interações na amplificação de pautas políticas.

Analisar o Portal Geledés com iniciativas semelhantes em outros países, analisando como movimentos antirracistas globais utilizam ferramentas digitais. Explorar o impacto de contextos sociopolíticos e culturais distintos na eficácia das estratégias de ciberativismo.

Avaliar o impacto das políticas públicas associadas às demandas promovidas pelo Portal Geledés, considerando indicadores concretos de mudança social e inclusão. Explorar mais profundamente a questão do racismo algorítmico nas plataformas digitais, utilizando o Portal Geledés como estudo de caso para identificar práticas discriminatórias e soluções antirracistas. Pesquisar como a criação de algoritmos antirracistas pode ser promovida por movimentos sociais na esfera on-line e no espaço urbano público.

Desenvolver estudos que investiguem o impacto de estratégias educativas decoloniais, como as promovidas pelo Portal, em escolas e universidades. Avaliar o papel do Portal Geledés na formação de novos educadores comprometidos com práticas antirracistas e interseccionais.

Por fim, a pesquisa reafirma a importância de estudos sobre a interseção entre ciberativismo, feminismo negro e políticas públicas no Brasil. O Portal Geledés exemplifica como plataformas digitais podem ser usadas para resistir às estruturas coloniais e promover mudanças significativas na sociedade. Pesquisas futuras devem continuar aprofundando essas

relações, explorando novos contextos e metodologias para compreender melhor os desafios e as possibilidades do ativismo digital no combate ao racismo estrutural e às desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, M. da F.; CARDOSO, M. R. Da exclusão social ao desalento: um olhar “decolonial”. *Ágora*, Rio de Janeiro, v. 26, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4414-2023-015>. Acesso em: 13 fev. 2024.
- BARBOSA, A. C.; OLIVEIRA, R. G. de; CORRÊA, R. M. Cuidado em Saúde e mulheres negras: notas sobre colonialidade, re-existência e conquistas. *Ciência saúde coletiva*, [s. l.], v. 28, n. 9, p. 2469-2477, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232023289.13312022>. Acesso em: 13 fev. 2024.
- BARBOSA, R. R. da S.; SILVA, C. S. da; SOUSA, A. A. P. Vozes que ecoam: racismo, violência e saúde da população negra. *Rev katálysis*, [s. l.], v. 24, n. 2, p. 353-363, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e77967>. Acesso em: 20 fev. 2024.
- BARBOSA, V. L. E. Decolonialidade e Serviço Social: um debate emergente. *Serv. Soc. Soc.*, [s. l.], v. 146, n. 1, p. 161-182, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.308>. Acesso em: 13 fev. 2024.
- BORGES, T. De volta ao Cemitério São Luiz, contra o genocídio nas periferias. **Periferia em movimento**, São Paulo, 2 jun. 2015. Disponível em: <https://periferiaemmovimento.com.br/de-volta-ao-cemiterio-sao-luiz-contr-o-genocidio-nas-periferias/>. Acesso em: 2 abr. 2024.
- BORGES, T. R. S. Branquitude e epistemologia antirracista: por uma linguística aplicada efetivamente crítica. *Trab linguist apl*, [s. l.], v. 60, n. 3, p. 826-840, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/010318139565511520210311>. Acesso em: 20 fev. 2024.
- BRASIL. Câmara dos deputados. Comissão parlamentar de inquérito homicídios de jovens negros e pobres. **Relatório final**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1358026. Acesso em: 15 mar. 2024.
- BRASIL. **Decreto nº4.886, de 20 de novembro de 2003**. Institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PNPIR e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4886.htm. Acesso em: 15 mar. 2024.
- BRASIL. **Lei 12.735 de 30 de novembro de 2012**. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar, e a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para tipificar condutas realizadas mediante uso de sistema eletrônico, digital ou similares, que sejam praticadas contra sistemas informatizados e similares; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12735.htm. Acesso em: 15 mar. 2024.
- BRASIL. **Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Brasília, DF: Presidência da República, 1989. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm. Acesso em: 15 mar. 2024.
- BRASIL. Ministério das Comunicações. **Pesquisa mostra que 82,7% dos domicílios brasileiros têm acesso à internet**. Brasília, 14 abr. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2021/abril/pesquisa-mostra-que-82-7-dos-domicilios-brasileiros-tem-acesso-a-internet>. Acesso em: 13 jun. 2022.

- BRUN, J. A. **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CARNEIRO, S. **Mulher Negra**. São Paulo: Geledés, 1993.
- CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 22 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- CASTELLS, M. **A galáxia da Internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- CASTELLS, M. **Redes de Esperança e indignação: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- DAVIS, A. **Mulher, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ESCÓSSIA, F. A cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado no Brasil, diz CPI. **BBC News Brasil**, Rio de Janeiro, 6 jun. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36461295>. Acesso em: 10 maio 2024.
- FAUSTINO, D.; LIPPOLD, W. **Colonialismo Digital: Por uma crítica hacker-Fanoniana**. São Paulo, Boitempo, 2023.
- FLORESTAN, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Editora Globo, 2008.
- GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de empresas**, São Paulo. V. 35, n.2, 1995, p. 57-63.
- GOFFMAN, E. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- GOHN, M. da G. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. 7 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.
- Gomes N. L.; Laborne, A. A. de P. Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra. **Educ rev**, [s. l.], v. 34, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698197406>. Acesso em: 5 mar. 2024.
- GOMES, N. **O movimento negro unificador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.
- GONZALEZ, L. **Por um Feminismo Afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- GUSSI, A. F. Avaliação de políticas públicas entre modelos hegemônicos e perspectivas epistemológicas emergentes. In: JORNADA INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 8., 2017, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: UFMA, 2017.

HOFLING, E. de M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, [s. l.], ano 23, n. 55, nov. 2001.

INSTITUTO GELEDÉS. **Memória Tem Cor**. 2020a. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B9-uHkTh51z/>. Acesso em: 5 mar. 2024.

INSTITUTO GELEDÉS. **Memória Tem Cor**. 2020b. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B99EUlaBse5/>. Acesso em: 5 mar. 2024.

INSTITUTO GELEDÉS. **Memória Tem Cor**. 2021. 1 Print. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CL9tWZIMV0G/>. Acesso em: 5 mar. 2024.

INSTITUTO IBIRAPITANGA. Geledés – lições de um farol. **Equidade racial**. São Paulo. 2021. Disponível em: <https://www.ibirapitanga.org.br/historias/geledes-licoes-de-um-farol/>. Acesso em: 10 fev. 2024.

KEND, I. X. **Como Ser Antirracista**. Rio de Janeiro: Alta Cult Editora, 2020.

KOZINETS, R. V. **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2014.

LAGO, M. C. de S.; MONTIBELER, D. P. da S.; MIGUEL, R. de B. P. Pardismo, colorismo e a “mulher brasileira”: produção da identidade racial de mulheres negras de pele clara. **Rev Estud Fem**, [s. l.], v. 31, n. 2, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2023v31n283015>. Acesso em: 25 mar. 2024.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Métodos de coletas de dados: observação, entrevista e análise documental. In: LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARQUES, M. A cada 23 minutos, um jovem negro morre no Brasil', diz ONU ao lançar campanha contra violência. **G1 Distrito Federal**, Brasília, nov. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/a-cada-23-minutos-um-jovem-negro-morre-no-brasil-diz-onu-ao-lancar-campanha-contraviolencia.ghtml>. Acesso: 25 mar. 2024.

MAZON, E. Falta de internet ou acesso precário afetam mais pobres e potencializam desigualdades. **GZH comportamento**. 26 jun. 2021. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2021/06/falta-de-internet-ou-acesso-precario-afetam-mais-pobres-e-potencializam-desigualdades-ckqcuwywn00ap0180sp3ytrjd.html#:~:text=Segundo%20dados%20da%20Pesquisa%20Nacional,7%25%20de%202018%20para%202019>. Acesso em: 13 jun. 2022.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

OLIVEIRA, R. G. de; CUNHA, A. P. da; GADELHA, A. G. dos S.; CARPIO, C. G.; OLIVEIRA, R. B. de; CORRÊA, R. M. Desigualdades raciais e a morte como horizonte: considerações sobre a COVID-19 e o racismo estrutural. **Cad Saúde Pública**, [s. l.], v. 36, n.

9, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00150120>. Acesso em: 10 maio 2024.

OLIVEIRA, T.; AMADOR, F. S. Estilizações marginais: considerações sobre colonialidade e problemas clínicos do trabalho na docência da educação básica. **Psicologia & Sociedade**, [s. l.] v. 35, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2023v35e277040>. Acesso em: 10 maio 2024.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. São Paulo: Pontes, 2005.
PEREIRA, A. A.; MAIA, J. L.; LIMA, T. C. S. de. Os “rolês” do movimento negro brasileiro na atualidade, nas “pegadas” da educação. **Rev Inst Estud Bras**, [s. l.], n. 75, p. 162-183, jan. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i75p162-183>. Acesso em: 20 maio 2024.

PIMENTA, C. **Interdisciplinaridade nas Ciências Sociais**. Braga: Editora Húmus, 2013.

PONTES, M. M. **Soul: conheça mais sobre o estilo que dominou o mundo**. Betim: Sociedade Artística Brasileira, 2020. Disponível em:
<https://www.sabra.org.br/site/soul/#:~:text=A%20m%C3%BAsica%20soul%20surgiu%20no,e%20disseminado%20entre%20os%20negros>. Acesso em: 9 maio 2023.

PORTAL GELEDÉS. **Maria Sylvia**. São Paulo, abr. 2021. Disponível em:
<https://www.geledes.org.br/maria-sylvia-aparecida-de-oliveira-coordenadora-de-politicas-de-promocao-da-igualdade-de-genero-e-raca/>. Acesso em: 26 abr. 2024.

PORTAL GELEDÉS. **Natália de Sena Carneiro**: coordenadora de redes sociais e comunicação institucional. São Paulo, abr. 2021. Disponível em:
<https://www.geledes.org.br/natalia-de-sena-carneiro/> Acesso em: 23 abr. 2024.

PORTAL GELEDÉS. **O que é Geledés?** São Paulo, abr. 2016. Disponível em:
<https://www.geledes.org.br/o-que-e-geledes/>. Acesso em: 18 nov. 2022.

PORTAL GELEDÉS. **Pesquisa inédita mostra engajamento das secretarias de Educação com aplicação da Lei 10.639**. São Paulo, maio 2015. Disponível em:
<https://www.geledes.org.br/cpi-da-camara-dos-deputados-apura-o-exterminio-de-jovens-negros-reaja/>. Acesso em: 10 abr. 2024.

PORTAL GELEDÉS. **Quem somos?** São Paulo, abr. 2016. Disponível em:
<https://www.geledes.org.br/geledes-instituto-da-mulher-negra/quem-somos/>. Acesso em: 7 abr. 2024.

PORTAL GELEDÉS. **SOS Racismo de Geledés: memória institucional**. São Paulo, mar. 2009. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/sos-racismo-de-geledes-memoria-institucional/> Acesso em: 3 maio 2024.

RIBEIRO, D de F. A decolonialidade na pesquisa e prática psicodramáticas: pela superação de epistemicídios históricos. **Rev Bras Psicodrama**, [s. l.], v. 31, 2023. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/psicodrama.v31.596>. Acesso em: 16 maio 2024.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ROCHA, F. de B. **A quarta onda do movimento feminista: o fenômeno do ativismo social.** 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.

RODRIGUES, C.; FREITAS, V. G. Ativismo feminista negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional. **Rev Bras Ciênc Polít**, [s. l.], n. 34, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2021.34.238917>. Acesso em: 6 abr. 2024.

RODRIGUES, L. C. Método experiencial e avaliação em profundidade: novas perspectivas em políticas públicas. **Revista Desenvolvimento em Debate**, [s. l.], v. 4, n. 1, 2016, p. 103-155.

RODRIGUES, L. C. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. **AVAL Revista Avaliação de Políticas Públicas**, [s. l.], ano 1, vol. 1, n. 1, p. 7-15, jan./jun. 2008.

SCHMIDT, B.; PALAZZI, A.; PICCININI, C. A. Entrevistas online: potencialidades e Desafios para coleta de dados no contexto da pandemia de COVID-19. **REFACS**, Uberaba, v. 8, n. 4, p. 960-966, 2020. Disponível em: <https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/refacs/article/view/4877>. Acesso em: 20 fev. 2024.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação e realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul/dez. 1995.

SILVA, D. N. Movimento feminista no Brasil. **Brasil Escola**, Goiânia, [20-?]. Disponível em: <https://brasilestola.uol.com.br/historiab/feminismo.htm>. Acesso em: 9 maio 2023.

SILVA, J. C. F. da; BICALHO, P. P. G. de. por uma criminologia antirracista: chacinas policiais como persistência e reinvenções do controle racial brasileiro. **Psicologia & Sociedade**, [s. l.], v. 35, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2023v35e277144>. Acesso em: 9 maio 2023.

SILVA, M. A. B. da. Educação antirracista no contexto político e acadêmico: tensões e deslocamentos. **Educ Pesqui**, [s. l.], v. 47, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147226218>. Acesso em: 9 maio 2023.

SILVA, Maria Ozanira Silva e. Construindo uma abordagem participativa para avaliação de políticas públicas e programas sociais. *In*: INTERNATIONAL CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 28., 2009, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 2009.

SILVÉRIO, V. R.; TRINDADE, L. R. da.; CONCEIÇÃO, I. A. da; SILVA, N. P.(2022). Lei de cotas +10: o financiamento como desafio. **Educação & Sociedade**, [s. l.], v. 43. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.254982>. Acesso em: 7 abr. 2024.

SOARES, S. S. D.; STENGEL, M. Netnografia e a pesquisa científica na internet. **Psicologia USP**, [s. l.], v. 32, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6564e200066>. Acesso em: 25 fev. 2024.

SODRÉ, M. **As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política.** Rio de Janeiro: MAUAD Editora, 2006.

SOUSA, K. do N.; SILVA, A. V.; FERREIRA, R.; SANTO, T. B. do E. “Pra nós que somos negras, tudo é mais difícil”: cartografia de uma mulher negra em sofrimento psíquico.

Physis: Revista de Saúde Coletiva, [s. l.], v. 33, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-7331202333070>. Acesso em: 25 fev. 2024.

SOUZA C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, [s. l.], n. 16, p. 20-45, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>. Acesso em: 25 fev. 2024.

SOUZA, C. **Políticas públicas**: conceitos, tipologias e sub-áreas. Salvador: Fundação Luís Eduardo Magalhães, 2002.

WADE, P. Compreendendo a "África" e a "negritude" na Colômbia: a música e a política da cultura. **Estud afro-asiát**, [s. l.], v. 25, n. 1, p. 145-178, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-546X2003000100007>. Acesso em: 25 fev. 2024.

APÊNDICE A – AUTORIZAÇÕES PARA A PESQUISA E TCLE



Universidade Federal do Ceará
Programa de Pós-Graduação e Avaliação de Políticas Públicas

CARTA DE APRESENTAÇÃO PARA PESQUISA E TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

(À instituição na qual solicita autorização para realização da pesquisa)

Prezadas(os),

Eu ANDRÉA GEISIANE GOMES DA SILVA, matrícula 518929 discente do Mestrado Acadêmico em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (UFC), estou desenvolvendo um projeto de dissertação sobre: **GELEDÉS: O QUILOMBO VIRTUAL NA LUTA PELA DESCOLONIZAÇÃO DIGITAL BRASILEIRO**. Sendo assim, solicito a vossa contribuição com a realização do estudo, sua colaboração é de fundamental importância para o desenvolvimento e construção da pesquisa. O desenvolvimento do estudo será de responsabilidade da discente, sob orientação da Profa. Dra. Maria de Nazaré Moraes Soares. Agradecemos sua contribuição em participação como colaborador de pesquisa e solicitamos a sua autorização para pesquisa de informações para estudos acadêmicos, bem como publicações em eventos e revistas científicas. Por ocasião da publicação dos resultados, será referenciado o projeto em questão, mantendo-se o sigilo necessário quando tratar-se de nomes. Informamos que essa pesquisa não acarretará nenhum dano material ou pessoal para as partes (pesquisador e pesquisado).

Objetivo geral da pesquisa: (Objetivo geral da pesquisa de mestrado).

Os(as) pesquisadores(as) estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

<p>_____ Profa. Dra. Maria de Nazaré Moraes Soares Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas (UFC) – Siape 1685520</p>	<p>_____ Identificação e assinatura do aluno(a) (Incluir matrícula UFC e CPF)</p>
--	---

Considerando, que fomos informados (as) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em autorizar a utilização dos dados em pesquisa científica. Estou ciente que receberei uma via desse documento.

Fortaleza, 03 de fevereiro de 2023.

 Identificação e assinatura do colaborador de pesquisa (Incluir cargo/função e CPF)

APÊNDICE B – TABELA DE COLETA DE DADOS NETNOGRÁFICOS

Março de 2020				
Dia	Números de curtidas	Números de comentários	Tema	
02	644	03	Largo de São Francisco da Prainha - CASA MARIELLE	
08	564	02	VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E MULHERES NEGRA	
	183	00		
09	357	01	8M	
	1633	33		
16	399	06	GRANDES NOMES NEGRAS NO CINEMA	
	682	04		
20	404	05	POPULAÇÃO NEGRA E O CORONAVÍRUS	
	354	00		
	596	01		
	409	01		
	470	04		
	4.467	28		
	1.045	05		
	3.697	21		
	3.140	37		
	3.091	24		
	894	09		
	1030	07		
	288	01		
	762	02		
	3.709	30		
	441	01		#MEMORIAMCOR
	3.489	29		
	725	03		
	1.979	06		
	1.875	05		
1.452	06			
527	01			
557	01			
448	00			
1.278	02			
419	01			
3.091	22			
3.139	34			
254	00			
1.166	04			
1.217	04			
23	718	01	PANDEMIA E O ADOECIMENTO PSÍQUICO DE JOVENS NO SISTEMA EDUCATIVO	
25	333	04	FAVELAS E PERIFERIAS; POBREZA, DESCASO E	

VULNERABILIDADE. E EM SUA MAIORIA
PESSOAS NEGRAS

Novembro de 2020			
Dia	Números de curtidas	Números de comentários	Tema
01	2.725	07	CARA DE GENTE BRANCA - RACISMO ESTRUTURAL
	910	06	CARLOS CAÓ - SÍMBOLO NA LUTA ANTIRRACISTA NO BRASIL
02	752	01	"NA PRÁTICA A TEORIA É OUTRA: AS BARREIRAS DA SORORIDADE"
	1695	08	ROSANA PAULINO UMA DAS MAIORES ARTISTAS PLÁSTICAS DO PAÍS
03	334	03	RAÇA, GÊNERO, DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO PP NO BRASIL - DEFESA DE NEGRES DE DIREITOS
	2.024	12	JOÃO CÂNDIDO - UM DOS PRINCIPAIS LÍDERES DO MOTIM NAVAL
04	4.419	51	PORQUE É ERRADO DIZER "QUE OS NEGROS ESCRAVISARAM OS NEGROS"
	1.905	10	NEGRO COSME - LÍDER DA INSURREIÇÃO NEGRA, DEFENSOR DA LIBERDADE E DA EDUCAÇÃO
05	3.781	30	MATE O AMOR ROMÂNTICO ANTES QUE ELE TE MATE
	652	03	BENEDITA DA SILVA E A CANDIDATURA ELEITORAL PARA AS MULHERES
06	770	14	DIVULGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES: EDITAL PÚBLICO IGUALDADE DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO BÁSICA
07	8.031	43	A LUTA ABOLICIONISTA CEARENSE - DRAGÃO DO MAR
	3.090	24	UMA CARTA DE AMOR AS MULHERES NEGRAS
08	2.352	25	BIOGRAFIA DE LEDA MARTINS
	318	02	ELEIÇÕES DOS EUA E COMO PODE INFLUENCIAR O MUNDO
10	11.256	41	OS PRIMEIROS ENGENHEIROS NEGROS DO BRASIL: IRMÃOS REBOUÇAS
	525	02	OS PRIMEIROS ENGENHEIROS NEGROS DO BRASIL: IRMÃOS REBOUÇAS
11	2.316	09	Virgínia Leone - debate clínico sobre a psique humana.
	712	11	RECONHECIMENTO DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DO VALE DO IGUAPE
12	3.712	16	O Bairro da Lapa - João Francisco dos Santos - MADAME SATÃ
	291	02	ABORTO PATERNAL - HISTÓRIA DE BIANCA
	1.914	19	HISTÓRIA DE MARINA SILVA

13	356	01	A MULHER NEGRA E PRISÃO DENTRE E FORA DA TELA
	1.299	11	EU MULHER EM LUTA - POEMA DE MÍRIAN ALVES
14	486	02	POLÍTICAS ANTIRRACISTAS E ELIMINAÇÃO DA IGUALDADE RACIAL
	919	08	AS OBRAS DE Oswaldo de Camargo
17	397	01	Raça, Gênero, Democracia e Participação Política no Brasil Promoção da equidade de raça e gênero - AULA 9
18	392	00	QUILOMBO E MEMÓRIA NEGRA
20	8.646	12	NACIONALIZAÇÃO DO DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA

Novembro de 2020

Dia	Números de curtidas	Números de comentários	Tema
	695	02	DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA E LUTA ANTIRRACISTA
20	1.124	07	03 MOTIVOS PARA O DIA DA CONCIÊNCIA NEGRA
	2.994	10	VIOLÊNCIA RACIAL NA REDE CARREFOUR
21	286	05	TECNOLOGIA ANCESTRAL
23	190	01	MOSTRA AUDIOVISUAL (ENTRE)VIVÊNCIAS NEGRAS - MUSEU DA PESSOA - VENCEDORES
	570	04	DITADURA E GENOCÍDIO NEGRO POR GABRIELLE DE OLIVEIRA
25	402	01	O ESPECTRO DE MARIELLE FRANCO É A RESISTÊNCIA NEGRA
	928	03	25 DE NOVEMBRO DIA DA NÃO VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
	74.372	407	

Março de 2021

Dia	Números de curtidas	Números de comentários	Tema
01	234	00	MULHER NORDESTINA: NETA DE ÍNDIA APESAR DO PAÍS NÃO DESISTE NUNCA
	304	01	Reações ao mito da democracia racial no contexto moçambicano (Sec.XX)".
03	126	05	Retratos da Pandemia - PORTAL GELEDÉS E MÍDIA NINJA
	264	03	Um Certo Alguém - OCUPAÇÃO DE CHIQUINHA GONZAGA
	549	04	Março de Lutas - #MarçodeLutas -
05	305	00	Março por Marielle: Instituto lança Agenda Colaborativa - 03 ANOS DE IMPUNIDADE
	920	10	O RJ CONTINUA SEGREGADO
06	270	01	A seção Coletiva Negras que Movem

	959	04	DIVULGAÇÃO DE PEÇA TEATRAL DE CAMILA PITANGA -ON-LINE
07	686	07	PRIMEIRA MULHER NEGRA A VIAJR PELO ESPAÇO - JEMISON
08	195	05	Suelaine Carneiro: A mulher no movimento feminista
	171	00	DAS MÃOS QUE FIZERAM O MUNDO
09	219	06	ESPETÁCULO NUANG - CONSTRUÇÃO DE UM UNIVERSO POÉTICO SOBRE ANCESTRALIDADE
10	160	04	JUDICIÁRIO BRASILEIRO EM PRETO E BRANCO POR RAFAEL ROSA
	413	02	O legado de Marielle nas casas legislativas do país

Março de 2021

Dia	Números de curtidas	Números de comentários	Tema
11	226	03	DOCUMENTÁRIO SOBRE O ESPETÁCULO NEGRO BANZO
12	2.229	07	Léa Garcia – Atriz e Ativista Social Negra
	371	01	NEGROS NÃO VIAJAM NO TEMPO
13	312	01	Privação de liberdade de meninas na sociedade. por MAYARA SILVA
14	596	06	TRÊS ANOS SEM MARIELLE FRANCO
	394	06	Marielle Franco foi e é muitas
15	116	01	#TemGenteComFome* - VIDAS PERDIDAS NA PANDEMIA
	988	03	LUGAR DE FALA E A FALA DO LUGAR
16	332	01	#TemGenteComFome - UNIDAS CONTRA A FOME
	1498	01	#TemGenteComFome
	169	01	"Uma cidade e um complexo industrial sob o mito da democracia racial"
17	108	03	Nilza Iraci é inspiração, é referência, é orgulho pulsante
	233	04	A jornalista Katia Mello faz um chamado aos brancos e aponta para a importância da campanha #temgentecomfome,
18	144	00	Começa nesta semana a edição de 2021 do Festival Bixanagô Bixanagô - ON-LINE
			#GêneroeEducação Conhecer os conceitos de gênero, raça e sexualidade é fundamental para a prevenção e o combate às violências
19	308	05	
20	2.271	13	Artigo de Leandra Silva é Oloya, para a Coletiva Negras que Movem
21	304	02	LIVE - Diálogos sobre o Dia Internacional da Eliminação da Discriminação Racial

Março de 2021

Dia	Números de	Números de	Tema
-----	------------	------------	------

	curtidas	comentários	
22	377	05	#NemPenseEmMeMatar - CONTRA A CULTURA FEMINICIDA DO BRASIL
	164	00	#GêneroeEducação - LIVE - Igualdade de Gênero na Educação Básica
23	854	09	PODE A LÉSBICA FALAR?
	165	00	NOSSAS HISTÓRIAS, Stephane Ramos
24	579	00	#TemGenteComFome - Junte-se às lideranças, ativistas e artistas que apoiam a campanha
	351	01	VOZES QUE SE NÃO SILENCIAM
	153	00	A importância de comunicar ações públicas de enfrentamento às desigualdades de gênero e raça
25	268	03	PRECISAMOS CONVERSAR SOBRE A IGNORÂNCIA
	1.240	24	DIA DE VACINA 1 DOSE - Nilza, COORDENADORA EXECUTIVA DO GELEDÉS
26	334	09	A LIMITAÇÃO PARA PERSONAGENS NEGROS EM JOGOS DE LUTAS
	10.646	258	VACINA DE SUELI CARNEIRO
27	263	05	INTERNET COMO FERRAMENTA REVOLUCIONÁRIA
28	1.836	42	VACINA SONIA NASCIMENTO - UMAS DAS FUNDADORAS DO GELEDÉS
30	28	00	O samba de Pixinguinha - E A CONSTRUÇÃO DO BRASIL MODERNO
	168	03	MATERNIDADE NEGRA NO PÓS ABOLIÇÃO
31	645	05	COTAS PARA BRANCOS E RICOS E NINGUÉM NUNCA QUESTIONOU
	34.357	742	

Novembro de 2021

Dia	Números de curtidas	Números de comentários	Tema
02	7.535	168	O MOVIMENTO NEGRO E CIRCULAÇÃO DE REFEÊNCIAS ANTIRRACISTAS
03	178	00	A 7ª aula do curso "GÊNERO, RAÇA E DIREITOS HUMANOS
	166	00	DEMOCRACIA RACIAL
	652	05	A ÁFRICA PARA OS BRASILEIROS E PARA O RESTO DO MUNDO
04	125	02	RETRATOS DA PANDEMIA - Vítima de intolerância religiosa, Hekler
	103	01	O ÚLTIMO DIA - Como um corpo preto ama? Quem ama o corpo preto?
05	138	00	abertura do Eixo Curatorial do NICHÓ
	237	02	NOVEMBRO 2021
	259	04	Edital Igualdade de Gênero na Educação Básica.
10			A 8ª aula do curso "GÊNERO, RAÇA E DIREITOS HUMANOS

11	206	04	Prêmio Estratégias de Equidade no Enfrentamento à Evasão
	52	01	Edital Igualdade de Gênero na Educação Básica.
12	537	02	crítica sobre o FILME Marighella
13	69	00	Mapeamento das Promotoras Legais Populares - PLPs.
16	248	02	960-1970: Grupo Palmares de Porto Alegre e a afirmação do Dia da Consciência Negra
	16.750	299	EU NÃO CORRO COM OS LOBOS
	205	01	Tiçã – imprensa negra e consciência em Porto Alegre nos anos de chumbo
17	227	01	JAZZ B DIA 20 DE NOVEMBRO
	126	06	A 9ª aula do curso “GÊNERO, RAÇA E DIREITOS HUMANOS
	2.978	34	COMO DESCOBRI O RACISMO DEPOIS DE 20 ANOS DE CHIQUITITAS
	233	00	Gabriel Hoytil Araújo - HOMEM NEGRO MORTO
18	109	01	1960-1970: Grupo Palmares de Porto Alegre e a afirmação do Dia da Consciência Negra
	200	06	OS QUILOMBOLAS GRITAM POR SEUS DIREITOS NO MUNDO
	534	03	MULHERES NEGRAS E OS TÍTULOS ACADÊMICOS
19	66	00	Ocupação Maria D’Aparecida – Movimento nº 1”
	853	10	A comitiva é formada pelos reis Joseph Adebayo Adewole
	273	01	ROUPAS QUENTES VOZES FORTES
20	411	01	CONTANDO UMA HISTÓRIA BEM LONGA
	99	00	comemoração aos 33 do Geledés
	242	08	AEROPORTO PINTO MARTINS E A CONSCIÊNCIA NEGRA
21	901	07	A 18ª Marcha da Consciência Negra reuniu milhares de pessoas nas ruas de São Paulo

Novembro de 2021

Dia	Números de curtidas	Números de comentários	Tema
22	121	01	II Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada em 2001
	118	02	Mês da Consciência Negra, a historiadora Patrícia Teixeira Alves ocupa a coluna NOSSAS HISTÓRIAS
24	137	00	A 10ª aula do curso “GÊNERO, RAÇA E DIREITOS HUMANOS
25	181	00	LIVE – O Reconhecimento da INJÚRIA RACIAL como CRIME DE RACISMO

26	191	00	Vamos relembrar da 18ª Marcha da Consciência Negra ?
	388	01	Na campanha “Toda Friday é Black
28	99	01	INQUIETAÇÕES UTOPIAS ESCRITAS
	6.747	148	"O corpo branco velho desperta compaixão, benevolência, cuidado. É o corpo do “bom velhinho”
29	348	01	VENDEM-SE LIMÕES; DESEJAM-SE MORANGOS
	1.312	14	O QUE A GENTE NÃO FIZ A ACADEMIA ADOECE
	42	02	LIVE - "O impacto da pandemia no trabalho infantil doméstico e na exclusão escolar".
	168	02	É HOJE! LIVE – O Reconhecimento da INJÚRIA RACIAL como CRIME DE RACISMO pelo Supremo Tribunal Federal
30	45	01	
	48	01	Dia 30 de novembro é o Dia de Doar
	45.029	745	

Março de 2022			
Dia	Números de curtidas	Números de comentários	Tema
02	472	05	NOSSAS HISTÓRIAS - O ofício de benzedeira
03	220	03	VIAGEM DE LIDERANÇAS NO MN PELA AMÉRICA LATINA
	883	05	TODO CIENTISTA É BRANCO? NÃO!
04	137	00	Nossa Coordenadora de Políticas de Promoção da Igualdade de Gênero e Raça, Maria Sylvia
06	1.047	09	NA PAZ E NA GUERRA CONTINUA-SE NEGRO
	84	00	Dia pela Eliminação da Discriminação Racial
07	89	02	PRORROGAÇÃO DO PRÊMIO DE ENFRENTAMENTO DA EVASÃO ESCOLAR
	870	06	A IMPORTÊNCIA DO FEMINISMO NEGRO PARA O MOVIMENTO FEMINISTA BRASILEIRO
08	226	03	COMBINARAM DE NOS MATAR. MAS NÃO COMBINAMOS DE MORRER
	149	02	As mulheres Afro latino-americanas oferecem à sociedade um novo projeto
	8.764	01	HISTÓRIAS DO FEMININO NÃO TRADUZ A REALIDADE DAS MULHERES NEGRAS
09	95	00	O ÚLTIMO DIA - Como um corpo preto ama? Quem

			ama o corpo preto?
	197	04	NOSSAS HISTÓRIAS - Renata Melo Barbosa do Nascimento
13	306	04	CINCO FORMAS DE EXERCER SEU ANTIRRACISMO
15	85	00	“Seta - Caminhos Possíveis:
	135	00	GARANTIA PARA AGENDA DE GÊNEROS
16	131	00	NOSSAS HISTÓRIAS - Protagonismos de mães negras:
	353	15	Pedagogias da Geração Hip-hop e Culturas Juvenis nas Escolas,
20	2.016	16	Campo da Comunicação
21	1.230	10	SAUDAÇÕES AO RITO DE PASSAGEM
22	60	00	Prêmio Estratégias de Equidade no Enfrentamento à Evasão Escolar: Implicações da COVID-19 para a permanência na Educação Básica.
	107	05	Vidas Negras, do Museu da Pessoa.
23	309	06	NOSSAS HISTÓRIAS - Racismo afeta diariamente a jornada de trabalhadoras
	99	02	Enfrentamento à Evasão Escolar: Implicações da COVID-19 para a permanência na Educação Básica.
24	93	01	Enfrentamento à Evasão Escolar: Implicações da COVID-19 para a permanência na Educação Básica.
29	78	00	Enfrentamento à Evasão Escolar: Implicações da COVID-19 para a permanência na Educação Básica.
30	221	02	NOSSAS HISTÓRIAS - lutas das mulheres quilombolas no Brasil
	1.173	08	SEM AÇÕES CONCRETAS, ANTIRRACISMO BRANCO É ENGANAÇÃO
	18.875	105	

Novembro de 2022			
Dia	Números de curtidas	Números de comentários	Tema
02	--	--	NOSSAS HISTÓRIAS - Nas experiências negras, festejar é também um gesto de insurgência.
03	496	01	O BADERNAÇO
04	920	15	A Articulação de Resgate e Reforço da Agenda de Durban
07	7.306	33	MAIS MULHERES NEGRAS NO DEBATE DO CLIMA NO BRASIL
	9.367	100	SOBRE OBSESSÃO DE PESSOAS BRANCAS POR PROTAGONISMO
08	1.342	11	“Moçambicanas em luta e a construção de uma heroína da libertação colonial”
	197	03	Seminário "Meninas por uma Educação com Igualdade"
09	123	00	NOSSAS HISTÓRIAS - estratégias das mulheres negras para alcançar a liberdade
10	6.686	39	CÁRCERE ou Porque as Mulheres Viram Búfalos

--	00	#ComDurbanSemRacismo #mulheresnegras #racismo #Durban
11	6.716	35 PANTERA NEGRA E A FORÇA DO PODER FEMININO
12	870	03 Os Tempos de Leci – Uma Homenagem à Leci Brandão”
	460	00 HIPERSESEXUALIZAÇÃO DOS CORPOS TRANS
13	441	01 NEGRAS VOZES E ARTIGAS NEGROS
	534	02 PALMARES E A FUNDAÇÃO CULTURAL
14	129	00 'Rasgos da Memória', com Fábio Rodrigues Filho
	129	00 A Sessão do CERD - Delegação brasileira, nominada Articulação de Resgate e Fortalecimento da agenda de Durban
16	369	04 1º Festival Pernambucano de Literatura Negra,
	--	00 Nossas Histórias - Vandellir Camilo
	1.029	07 Das cantigas do sagrado ao corpo cênico que pulsa. Um mergulho na história do Brasil
	87	00 TECNOLOGIA DIGITAL E O MERCADO DE TRABALHA PARA JOVENS
17	234	04 #MeninasDecidem -
	181	00 O Brasil é tema nesta semana do Comitê pela Eliminação da Discriminação Racial e pelos Direitos Humanos (CERD) da ONU.
19	722	07 Participe da 19ª Marcha da Consciência Negra de São Paulo
	418	02 PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL- GOVERNO LULA
20	333	04 indicamos 6 publicações que estão disponíveis no Centro de Documentação e Memória Institucional do Instituto da Mulher Negra.
	3.956	30 CONSCIÊNCIA NEGRA: NÃO PERCA TEMPO COM O INCONFORMISMO RACISTA
21	34	07 19 Marcha da Consciência Negra
22	1.987	13 A exposição “Moçambicanas em luta e a construção de uma heroína da libertação colonial”,
23	130	04 Nossas Histórias - Jacques Ferreira Pinto nos convida a percorrer dimensões da história negra no Brasil do século XIX,
	515	07 COLABORAÇÃO COM O MUSEU DA PESSOA
25	4.486	107 Sueli Carneiro - 64ª Prêmio Jabuti 2022

Novembro de 2022

Dia	Números de curtidas	Números de comentários	Tema
26	716	08	MULHERES NEGRAS E AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS
27	1.557	20	RACIONAIS MC'S
29	6.652	59	AULA ABERTA COM O GRUPO DOS RACIONAIS
	678	08	GELEDÉS PARTICIPOU DO Observatório de

			Direitos Humanos do Poder Judiciário (ODH) - BRASÍLIA
30	423	02	Marcha da Consciência Negra 2022
	53.843	536	

Março de 2023			
Dia	Números de curtidas	Números de comentários	Tema
	232	04	NOSSAS HISTÓRIAS - Comércio da sorte e do azar
01	331	03	CARTA ABERTA EM DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
02	268	03	*"The Black Brazilian Women's Movements and Their Contributions to the Global Anti-racist Agenda"*
03	5.339	47	Mulheres Negras representam o maior grupo nas instituições federais de ensino
04	3.210	42	"Descansa militante!" a conversa de quem naturalizou o racismo
06	546	02	"Memórias das Comunidades Quilombolas de Paracatu
	1.574	10	PROJETO "FALAS" - HISTÓRIAS IMPOSSÍVEIS
	300	01	ENTREVISTA DE Maria Sylvia Aparecida -
08	--	05	NOSSAS HISTÓRIAS - racismo nos Estados Unidos da América
	157	00	8M E A LUTA DA MULHER NEGRA
	860	08	RACISMO E DESIGUALDADE NO TRABALHO
	60	00	8M - socióloga Eva Alterman Blay
09	90	00	PODCAST 2082 - CURSO
10	401	05	MULHERES NEGRAS NA UNIVERSIDADE
13	951	15	"Enití Lànà - Aquele que abre o caminho
14	6.878	108	PRÉ LANÇAMENTO DO LIVRO DE SUELI CARNEIRO O CENTRO DE MEMÓRIA DE GELEDÉS
	90	06	PODCAST 2082
15	660	07	COMBATE AO RACISMO NA PRIMEIRA INFÂNCIA
	250	03	NOSSAS HISTÓRIAS - Imprensa Negra paulista.
16	498	15	#ReeLeitura. - Cidinha da Silva, "Sobreviventes"
17	234	01	CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS NEGRAS E INDÍGENAS
19	905	15	MULHERES NEGRAS NO PODER - ANA FLÁVIA
20	483	03	Meninas Negras que vão Além - APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS
21	2.186	20	Sueli Carneiro lança seu novo livro: "Dispositivos de Racialidade".
	1.592	11	Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial
22	555	06	NOSSAS HISTÓRIAS - Raça, gênero e classe: o que

	290	00	o livro didático não conta das nossas histórias? COMBATE AO RACISMO NA PRIMEIRA INFÂNCIA
23	2.511	31	SOBRE HOMEM BRANCO E DE CLASSE MÉDIA NO BRASIL
24	287	01	QUAIS CARREIRAS BUSCAM MULHERES NEGRAS NA SOCIEDADE?
	163	00	AS CARTAS ATEMPORAIS DE MUKANDA
27	4.797	35	PEDAGOGIA ANTIRRACISTA
	567	08	POR UMA VIDA SEM MILITARIZAÇÃO
28	192	01	II VOZES NEGRAS
29	397	12	Morre a ativista negra Neilda Fabiano
	1.785	14	A GRAMÁTICA CORPORAL DA CAPOEIRA
30	298	11	NOSSAS HISTÓRIAS - movimento da Guerrilha do Araguaia
	40.024	453	

Novembro de 2023

Dia	Números de curtidas	Números de comentários	Tema
	634	02	#projetomukambu -
01	1.206	08	bloco afro do Brasil, o Ilê Aiyê.
	286	15	Bastidores do Projeto Mukambu - #projetomukambu
02	409	10	Geledés - Instituto da Mulher Negra está participando do evento “Feminist Network for Gender- Transformative Education”
	108	00	Sobre o Rio de Janeiro
03	43	02	#FemNet4GTE - TURQUIA
	905	14	"Faremos Palmares de Novo: A questão racial no Brasil – novos e velhos desafios", CARNEIRO
06	118	05	turma 2 de multimídia!! - CURSO
	116	11	DOMA: SABERES NEGROS E ENFRENTAMENTO AO RACISMO
07	136	02	“Infância e adolescências: cuidado e saúde mental”
	163	05	aula aberta sobre seu novo EP, “Alma Imortal”,
08	138	01	Oumou Sangaré é uma das maiores vozes africanas na luta contra o sexismo e o racismo
	884	02	VIRGÍNIA QUARESMA - PRIMEIRA JORNALISTA NEGRA DE PORTUGAL E DO BRASIL
09	102	01	Oumou Sangaré conta como se tornou conhecida mundo afora como o Pássaro de Wassoulou
10	1.124	05	AS DORES PSÍQUICAS E A MORTE E A MORTE DE HOMENS NEGROS
	316	06	As Tartarugas Ninja: Caos Mutante”, -
	60	00	CHRIS HANI - O ÚLTIMO COMANDANTE DO UMKHONTO WE SIZWE (MK)
11	152	01	FALA, CAROLINA! ” da Rede Tecendo Democracias e Territórios, do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico - IBDU.
	163	01	NOSSAS HISTÓRIAS - pianista Tânia Maria Corrêa

Reis.

16	183	08	O podcast Pessoas - Temporada Vidas Negras
	350	16	Ubuntu. - REPORTAGEM DA TURMA 2 DO CURSO
17			DE MULTIMÍDIA GELEDÉS
	399	06	Quantos Dias. Quantas Noites"
18	4.593	39	ONDE ESTÃO OS PRETOS NO TOPO?
19	5.489	38	20 N - Grupo Palmares de Porto Alegre
	2.934	53	incluir a história e cultura afro-brasileira no currículo escolar
20	88	01	20N - o ativista e poeta negro Arnaldo Xavier?
	491	02	20N - meninas negras e suas jornadas educacionais.
	419	04	PELE ALVO: A BALA NÃO ERRA O NEGRO
21	227	07	Dona Dalva - MUSEU DA PESSOA
	1.040	24	Quantos dias. Quantas noites"
	605	04	#ADPFVidasNegras - primeira sessão de julgamento da ADPF "Vidas Negras"
22	283	02	*Pretos no Topo faz - CURSO DE MÍDIA GELEDÉS
	127	01	juízo da ADPF pelas nossas vidas. - #ADPFVidasNegras
	391	14	GELEDÉS RECEBE DO GOVERNO FEDERAL CONDECORAÇÃO
23	112	01	PODCAST - NEGO BALA
	310	02	21ª sessão do Grupo de Trabalho Intergovernamental para a efetiva implementação da Declaração e do Programa de Ação de Durban,

Novembro de 2023

Dia	Números de curtidas	Números de comentários	Tema
	195	02	anos de atividades da Rede Nacional de Religiões Afro-brasileiras e Saúde
24	1.958	30	Faculdade de Educação da USP, é uma das ganhadoras do Prêmio Tese Destaque USP/2023 - Adriana Tolentino Sousa
	95	00	PRETOS NO TOPO?
	164	01	artigo completo de Rafaela C. Procknov - COLETIVA NEGRAS QUE MOVEM
	888	05	ARTIGO DE LUCIANE - COLETIVA NEGRAS QUE MOVEM
27	558	24	REIVINDICAÇÃO AO PRESIDENTE LULA PARA TER UMA MINISTRA NEGRA
	356	04	Geledés – Instituto da Mulher Negra encerrou nesta sexta-feira 24 sua participação na 21ª sessão do Grupo Intergovernamental
	107	03	Tasha & Tracie são as gêmeas rappers
28	276	04	UMA VOZ NEGRA PRECURSORA DA PSICANÁLISE NO BRASIL
	1.504	26	50 anos do Hip-hop - DOUTORES HONORIS
	446	01	VOCÊ SABE O QUE É UBUNTU?
30	174	01	3º Fórum Global contra o Racismo e a Discriminação,

225	13	Bastidores do Projeto "Pretos no Topo?"
167	01	Audiência sobre Educação domiciliar
573	01	“Volume X da Coleção História Geral da África” - 3º Fórum Global contra o Racismo e a Discriminação da Unesco
98	01	SAMBA: ANCESTRALIDADE E CONTINUIDADE
32.888	418	